

Bancários brigam pela jornada de 6 horas

Pág. 12

Artigos de
Antonio Carlos Felix Nunes,
Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo
e Luiz Eduardo Greenhalg.

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL — Cr\$ 15,00 — ANO 2 — Nº 44 — DE 28/12 A 3 DE JANEIRO



1978: O ANO QUE ROUBOU O SONO DOS DITADORES.

Brasil, balanço político. Greves, passeatas, assembleias, concentrações, eleições. O movimento operário e popular avançou, e muito, nas conquistas democráticas, agravando a crise do regime militar.

O que será de 1979? O fim da ditadura?

Nesta edição, a primeira parte do balanço do ano. Págs. 3 a 7.

1 A luta pela anistia caminha rumo à boca do povo.

(Ampla, geral e irrestrita, sim senhor! O movimento viveu um grande crescimento e atormenta todos aqueles que cometeram arbitrariedades nestes 14 anos. E abre a cortina da esperança para todas as vítimas da violência política neste período.) Pág. 3

2 «Porrada não detém mais o movimento operário»

(Quem garante é o metalúrgico Zé Pedro de Osasco: «conquistamos o direito de fazer greve e não ir preso».) Pág. 5

3 O arrocho salarial perdeu a virgindade

(As paralisações nos locais de trabalho exigem melhores condições de vida) Pág. 4

4 Povão vota no MDB e faz picadinho do governo.

(No atacado, todos concordam que as urnas falaram e disseram no último dia 15 de novembro: «chega de sufoco». No varejo, a esquerda diverge, quanto aos rumos da nova atuação parlamentar. É tema para debate.) Pág. 6

5 Crise econômica: tempo das vacas magras.

(A catástrofe não veio, mas já mandou lembranças. Enquanto isto, a concentração de renda aumenta e o governo não apresenta soluções eficazes para a crise.) Pág. 7



CONFIRMADO:

Socialistas gaúchos não comem criancinhas

Muito pelo contrário: eles querem mesmo é fortalecer uma corrente política dentro do MDB, iniciativa que consideram mais necessária agora com a recente vitória do partido opositor nas eleições de 15 de novembro.

Pág. 11

Futebol:

craques na bola
e pernas de pau
nas urnas.

Pág. 10

Novos protestos contra a aliança da repressão brasileira e uruguaia



A presença de 200 policiais na rua da Praia, em pleno centro de Porto Alegre, no último dia 21, não foi suficiente para em algum momento perturbar a vitória conseguida pela campanha de arrecadação de fundos pela libertação de Flávia Schilling. O ato público programado pelo CBA-RS pretendia apenas encerrar oficialmente duas semanas de coletas no Rio Grande do Sul e em outros Estados que conseguiram reunir cerca de 400 mil cruzeiros, o que corresponde aos 15 mil dólares exigidos pelo governo uruguaio para pagar «as despesas» de Flávia por seis anos de prisão. No entanto, a violenta intervenção policial, realizando prisões, ferindo estudantes e arrancando as faixas diri-

das à população, serviu para chamar ainda mais a atenção da opinião pública para a atuação governamental. Não satisfeito em ter se omitido até o momento em intervir junto ao governo uruguaio para exigir a liberdade para Flávia, as autoridades brasileiras ainda se preocupam em reprimir um ato público dirigido a dar satisfações à população, que se solidarizou massivamente com a campanha fazendo com que apenas em Porto Alegre, em coletas de rua, fossem conseguidos 300 mil cruzeiros. E além do mais, enquanto a Secretaria de Segurança dispõe de um numeroso efetivo para impedir um pacífico ato público, as investigações sobre o sequestro dos uruguaio

Lilian Casarigo e Universindo Rodriguez Diaz estão paralisadas. A polícia, com o apoio de setores da imprensa e das próprias autoridades, procura manter silêncio sobre este escandaloso atentado à segurança da pessoa humana e, inclusive, à soberania nacional. Policiais uruguaio, em colaboração com policiais brasileiros - como a imprensa já provou exaustivamente - realizam um sequestro e o governo finge ignorar a gravidade do crime. Sua omissão nesta investigação para apurar os responsáveis é idêntica à sua omissão para libertar Flávia. Assim, o Governo mostra para a opinião pública, mais uma vez, sua íntima ligação com o governo repressivo do Uruguaio ao aprovar, na prática, sua atuação.

Música e idéias de Diana, a nova baiana



«Por que esta noite tão imensa? Guitarra, responde você. Os homens são deuses mortos de um templo já derrubado, nem seus sonhos se salvaram, só uma sombra permaneceu. E passo as madrugadas buscando um raio de luz». O poema de Atahualpa Yupanqui lembra Diana Pequeno, com seu canto natural cortando a noite em busca da luz. Iniciando a sua carreira há aproximadamente um ano, depois de cantar para um público essencialmente universitário, Diana Pequeno, 20 anos de idade, experimentou sua grande emoção diante de uma diversificada platéia de quase duas mil pessoas, quando fez o show de lançamento de seu primeiro disco — «Novos Horizontes», no Teatro Castro Alves, em Salvador.

Ela costuma dizer que aquilo que diz respeito ao povo, ele sente. Em Salvador, sua terra natal, Diana Pequeno falou ao Em Tempo: «Esse show foi para mim o que chamo de «prova de povo», porque estava ali, naquele teatro gigantesco, gente das mais variadas classes, e, pela vibração manifestada ao meu canto, confirmou-se um velho pensamento meu, que o negócio está no sentimento e não nessa mentalidade fabricada, onde só chega aquilo que foi permitido, massificando o gosto.

Acontece que numa sociedade dividida em classes, o povo recebe a mercadoria musical mais atrasada, o lixo, enquanto que as elites, as classes dominantes, recebem o melhor, a produção mais qualificada, por que a música também é distribuída de acordo com a divisão social. Nesse universo, minha teoria é diferente: acho que o que é bom deve ser levado para todo mundo. Aliás, nessa questão, o artista leva muita responsabilidade de ser conivente ou não.

No meu caso, eu tenho, em artistas como o Elomar, Violeta Parra, Mercedes Sosa, Atahualpa Yupanqui e todos esses nomes, um ponto de apoio, um começo, um princípio de expansão na produção de uma arte que, puro, mas sobretudo popular.»

levar esse sentimento para um público amplo — as minhas interpretações contribuem em três níveis: poético, cultural e informativo, cumprindo, evidentemente, um papel político. Meu trabalho está muito mais próximo das expressões ditas espontâneas, ou seja, uma projeção folclórica, ou um neofolclore — expressão inventada por alguns autores hispano-americanos. Não o folclore folclórico como hoje é usado, como expressão do pitoresco, mas um folclore como autêntica manifestação popular.

Dentro desse panorama, a minha intenção, que acredito não ter sido a primeira aqui, mas considero muito importante, é a de tentar abrir uma brecha para mostrar um lado cultural esquecido ou diluído pela força da engrenagem das multinacionais do som. No meu trabalho, busco romper esse cerco sólido com que todo artista esbarra: os crivos que são impostos pelas gravadoras e por toda empresa capitalista, que impõem uma série de restrições em critérios para todo o artista.

No meu caso, acredito que o pessoal abriu uma exceção, mas com uma certa esperteza, porque a intenção realmente era desbancar uma outra imagem muito consumida no mercado. Era mostrar uma figura pitoresca, nativa, desde que o desejo, evidentemente, era de vender uma imagem. Mas aí pintou o resultado do trabalho: simples, forte, de conteúdo, que surpreendeu a muita gente. É claro que esse processo não surgiu de uma maneira milagrosa, nem foi fruto de um talento individual, mas, sim, de uma necessidade que a gente sente nesse momento em que as coisas se tornam mais sufocadas, em que o grito está parado no ar, como diz Guimarães.

Nessa posição, e aí está minha forma de luta — a de

Intervenção do reitor no DCE de Pelotas



No dia da posse o reitor baixou uma portaria suspendendo, sem data, a ratificação pelo Conselho de DAs, alegando que havia ocorrido fraudes na eleição. A resposta dos estudantes foi uma concentração no centro da cidade, carta aberta à população e ao ministro da Educação, que se encontrava em Pelotas. O Conselho de DAs repudiava a acusação de fraude na eleição e reafirmava a concordância das várias chapas com a vitória de «Construção».

Com essa decisão, quem ficava na «legalidade» era a própria reitoria, que se recusava a aceitar uma decisão majoritária do Conselho de Diretores Acadêmicos, conforme determina a legislação.

Encostado na parede o reitor não se conteve: afirmando que vários membros de «Construção» eram inelegíveis, decretou interven-

ção no DCE, tendo determinado, no último dia 20, que o Conselho de DAs formasse uma lista sextupla, de onde ele escolheria o interventor. Os DAs se recusaram a entrar na jogada do senhor Ibsen e unidos na defesa da vitória da chapa «Construção» e da garantia da independência e da autonomia de suas entidades representativas, já começam a apontar na perspectiva da formação de um DCE-Livre.

Entusiasmado com o caso do regime, o reitor Ibsen Wetzel Stephan, da Universidade Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul, aderiu a moda.

A cada nova derrota que sofre frente aos alunos, resolve baixar portarias, ora apelando para os decretos repressivos tipo o 228, ora indo contra a própria legislação que regulamenta a participação estudantil dentro da Universidade, sempre na

conveniência da reitoria e contra as decisões dos alunos.

Dessa vez tudo começou com o resultado das eleições diretas prévias para o Diretório Central dos Estudantes (DCE), da UFPEL.

Essa prática já é comum entre os estudantes para burlar os dispositivos arbitrários que impedem eleições diretas nas entidades estudantis a nível de Universidade. Os estudantes realizam uma prévia e depois o Conselho de Diretores Acadêmicos referenda, para efeitos legais, a chapa vencedora perante a reitoria.

O reitor estava certo que a chapa de direita, «Eclósos», que contou com todo o seu apoio, sairia vencedora nas prévias. Os estudantes, no entanto, não tem as mesmas idéias que o senhor reitor e elegeram nas prévias diretas a chapa opositora «Construção».

Uma nova revista na luta pela democracia

Com uma tiragem de 40.000 exemplares, distribuídos em todo território nacional, está nas bancas com circulação mensal, desde os primeiros dias de dezembro, a revista «Singular e Plural», publicada pela Editora Global, com 80 páginas, vendida a 35 cruzeiros. Procurando, segundo Marcos Faerman, editor-chefe, preencher o espaço vazio deixado pela pequena imprensa de outro, tratando de assuntos gerais e aprofundando-se no campo das reportagens, a revista traz como diretor responsável o ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Audálio Dantas e, entre os editores nomes consagrados da imprensa brasileira: Fernando Moraes, Marcos Faerman, Rodolfo Konder, Moacir Amâncio. Ainda como colaboradores Lourenço Diaféria, Hélio Fernandes, Wagner Carelli, entre outros. Disposta a ser tribuna de todas as opiniões e posições do horizonte político, social e

cultural, a linha editorial fundamenta-se, conforme o próprio nome, na proposta de oferecer aos leitores uma pluralidade de idéias, porta voz das variadas correntes ideológicas, e de posicionamento frente as realidades do País, considerando a democracia como alvo vital e imediato.

Com firme propósitos empresariais e de mercado, «Singular e Plural» não é considerada por seus responsáveis uma publicação nãica, pretendendo a médio prazo competir com a grande imprensa nacional, entrando firme num sistema industrial, mas mantendo sua independência, apoiando-se mais na força criativa de sua equipe do que exatamente na força empresarial. Outra proposta defendida pela mesma, é a de dar voz aos criadores culturais, criticados pela grande imprensa, nem sempre por pessoas interessadas em informar ou realmente situar o artista dentro de seu verdadeiro papel. Seguindo

este pensamento, a revista terá em seu quadro de colaboradores nomes como Jorge Mautner, Caetano Veloso, Ruth Escobar, Marcus Pereira entre outros, polêmicos e criticados pela imprensa burguesa. Importante para sua sobrevivência é que haja nos setores empresariais e publicitários, uma conscientização geral quanto a questão da chamada «mídia democrática», isto é, os publicitários devem lutar pela veiculação de anúncios nos distintos órgãos informativos, inclusive aqueles que dissionam das opiniões dominantes, e os de esquerda.

Para o primeiro número a «Singular e Plural», vem com matérias de Hélio Fernandes, Jorge Mautner escreve sobre o Brasil no próximo século, Cara a Cara com Erasmo Dias, informações sobre política nacional, internacional, e uma editoria dedicada aos fatos que compõem a vida atual intitulada «Nossa Época».

GERAIS



EM TEMPO!

EM TEMPO!
14 anos de regime militar
Até quando?

O semanário nacional EM TEMPO coloca à venda os mais valorizados títulos de leitor: assinaturas do jornal. Comprando o título, ou seja, fazendo a assinatura, você recebe toda semana um jornal comprometido, como você, na luta pelas liberdades democráticas. E faz uma economia de Cr\$280,00. Ao fazer sua assinatura anual, você ainda recebe grátis um livro. Escolha entre os títulos abaixo o livro que você deseja ganhar:

EM TEMPO!
PRESOS DENUNCIAM 233 TORTURADORES
O livro completo dos policiais e militares acusados

- 1- "MEMORIAL DE IDÉIAS POLÍTICAS" — Edgar da Mata-Machado
- 2- "AS RESERVAS MINERAIS E O FUTURO DA HUMANIDADE" — Francisco Fonseca
- 3- "PEDRO" (infantil) — Bartolomeu Queirós e Sara Ávila
- 4- "GUERRILHAS D'AMOR" — Sérgio Gama
- 5- CADERNOS DO PRESENTE I: "Economia Política Brasileira em Questão" — Guido Mantega e Maria Moraes.
- 6- CADERNOS DO PRESENTE II: "Graves Operárias — 1968/78" — Vários autores
- 6- "EUROCOMUNISMO X LENINISMO" — Coleção Polêmica — Vários autores

EM TEMPO!
DEVASSA NA PETROQUÍMICA
GOVERNO ACOBERTA TERROR

Faça hoje mesmo sua assinatura e dê outras a seus amigos neste Natal. EM TEMPO é um presente inteligente e combativo:

Faça aqui sua assinatura e economize Cr\$ 280,00

Desjeje fazer assinatura anual de EM TEMPO e receber 52 exemplares por apenas Cr\$500,00

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Preencha este cupom e coloque no correio. Não é necessário selar. O pagamento poderá ser feito da forma que lhe convier (vale postal, cheque cominado ou cheque nominal em nome da EDITORA APARTE S/A).

Dê em tempo de presente neste natal e economize mais cr\$ 280,00

Desjeje apresentar uma assinatura anual de EM TEMPO: 52 exemplares por apenas Cr\$500,00

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Preencha este cupom e coloque no correio. O pagamento poderá ser feito da forma que lhe convier (vale postal, cheque cominado ou cheque nominal em nome da EDITORA APARTE S/A).

Oposição denuncia as manobras na OAB gaúcha

O autoritarismo e a falta de democracia interna são uma prática constante na OAB/RS e no seu último Congresso, realizado dias 14 e 15 em Porto Alegre, este procedimento chegou aos limites do paradoxo: O documento final, posicionando-se pela Anistia, Constituinte e retorno ao pleno exercício das liberdades democráticas, foi praticamente imposto ao Plenário pela direção da Ordem, na pessoa de seu presidente regional, Justino Vasconcelos, muito antes do término do encontro e portanto sem representar a síntese das posições discutidas.

O Congresso, apesar de tratar temas importantes na conjuntura, caracterizou-se pelo esvaziamento e pouca participação dos advogados gaúchos. A razão disso segundo a Oposição foi, uma clara manobra da direção da OAB que transferiu o Congresso de

outubro, vésperas das eleições para o Conselho Regional, tentando com isso impedir a propaganda política do programa de Oposição, para dezembro, vésperas do recesso Judiciário.

O documento final, sob o título de Proclamação de Porto Alegre, conclama a todos os brasileiros a um congressamento geral pela volta ao Estado de Direito, o que só será obtido com uma Anistia, a convocação de uma Assembleia Constituinte e a substituição da atual Lei de Segurança Nacional por outro diploma legal «compatível com a abertura liberalizante, objeto de compromisso formal, solene e público do futuro presidente da República». O documento posiciona-se também «pela reintegração do Poder Judiciário na plenitude de suas prerrogativas, resguardando-lhe a estrutura e independência», bem como

pelos eleições livres e diretas para todos os governantes e mandatários.

As críticas da Oposição ao documento não situam-se apenas ao processo autoritário de seu encaminhamento, mas segundo depoimento da advogada trabalhista Olga Araújo, pela necessidade de atualizar e concretizar as propostas, de modo que a OAB/RS saia de seu tradicional opositorismo verbal e passe a definir passos concretos na direção de seus trabalhos. Cita como exemplo o caso da proposta de Constituinte onde, além da palavra de ordem, faz-se necessário reivindicar os passos concretos de sua convocação: Anistia ampla total e irrestrita; total liberdade de organização e expressão de todas as posições ideológicas que se expressem na sociedade brasileira e eleições livres e diretas para todos os cargos eletivos.

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Alvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tibúrcio, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente), Suplentes: Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente), Secretário de Redação: Luiz Nadai.

Produção e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges.

Editor-Geral: Jorge Baptista.

EDITORIAIS: Nacional: Flaminio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Antonina Silveira, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Fábio Munhos, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Flávia Resende, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Samira Zaidan, Sérgio Alli, Wilson Prudente. Internacional: Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (sub-editores), Aluisio José Montei-

ro, Altair More, Cecília Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Varga, Lana, Marinete Oliveira, Olívia Matos, Suzana Rios, Virginia Pinheiro. **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (coordenador), Aráznio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valdeir Amorim. **Arte:** Sérgio L. Papi (diagramação), Sete Maringoni, Duto Bicilho, Sian, Martínez (ilustração), Ennio Bruins F., Jesus Carlos, João Roberto Martins F., Niels Andreas (foto). **Jorniquo e Pesquisas:** Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quinteiro, Silvestre Prado, Valdeir Amorim.

Revisão: Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé.

SUCURSALIS: **Belo Horizonte** (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélis Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilar, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan (redação), Mariza Araújo (administração). **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Aruina, 1407 — loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schirmer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Cláudio Almeida,

Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. **Recife** — Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, (coordenação), Fred Novato, Paulo Santos, Rebeca Scastru, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira (administração). **Rio de Janeiro** (R. do Lago, 290 — sala 408): Adauto Moraes, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Mendonça, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Meirelles, Lígia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Aarão Reis, Margarida Auran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas. **Salvador:** (Av. Sete de Setembro, 202 — sala 501): Adelino Oliveira, João Henrique, Antonio D'Á, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria.

ESCRITÓRIOS: **Aracaju** (SE): David Dantas. **Campinas** (SP): Rinaldo Barros.

Fortaleza (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos José Saravia Jr., Vinício de Araújo, (administração) e distribuição). **João Pessoa** (PB): Aurelio Aquino, Gerardo de Araújo, Manoel Campos. **Recife** (RN): Cícero Correia, Francisco de Assis.

ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Lima, Jesus Varela. Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalg, Luis Alberto Marcondes Piccini (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Adelmio Oliveira (Salvador). Diretor-Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Rua Bernardo de Guimarães, 1884 — Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 — Pinheiros (São Paulo) — CEP. 05415 — Telefones: 280 4759 e 853-6680.

Distribuidores: Diários Associados e Super Bancas. Composto e impresso nas oficinas dos Diários Associados. Rua sete de Abril, 230, São Paulo, S.P.

Avanço popular agrava crise do regime militar

BALANÇO DE 1978

Greves, passeatas, assembleias, concentrações, atos públicos, eleições. O movimento operário e popular cresceu, deu saltos decisivos neste ano de 1978. Anistia, liberdade sindical, direito de greve, formação de comissões de fábrica, mudanças na estrutura sindical fascista, constituinte, votação nos candidatos populares, reconstrução da UNE, fim da carestia, liberdades democráticas. A cada dia as bandeiras

firmaram-se, nas mãos dos sindicatos «autênticos», oposições sindicais, entidades estudantis, parlamentares combativos, jornais da imprensa nanica, movimento de assalariados, comitês de anistia.

E não só o movimento popular deixou de ser o mesmo. A crise da ditadura aprofundou-se com essa cunha introduzida: o regime militar, embora ainda sólido, apresenta

rachaduras também significativas. Vêm à tona mais e mais denúncias de corrupção, de torturas e assassinatos: a verdadeira história destes 14 anos começa enfim a ser contada. 1978 acumula forças para um arranque ainda mais agudo em 1979. Novos pesadelos para os ditadores se anunciam — desta vez, quem sabe, eles poderão até cair da cama...

Nesta edição, Em Tempo começa a dar um

balanço do ano que passou, com os olhos fixados no que agora se inicia. São as cinco páginas seguintes. Semana que vem tem mais.



Anistia na ofensiva

Luiz Eduardo Greenhalg

A luta pela Anistia ganhou em 1978 a amplitude suficiente para deixar de ser uma iniciativa que repousava nas costas de algumas personalidades democráticas preeminentes, para se estabelecer como preocupação fundamental em consideráveis setores da sociedade. Agora, em 1979, trata-se de popularizá-la, vinculando-a de fato com a luta por melhores salários, contra a carestia, por sindicatos livres e autênticos, pelas comissões de fábrica, por exemplo.

A luta pela anistia, no período mais recente da história do nosso país, tem fato marcante em 1975 se fundou o Movimento Feminino pela Anistia. Antes dele as manifestações sobre o tema eram esparsas e isoladas.

Foi em 1977 que a palavra anistia se fortaleceu, levada no bojo das mobilizações estudantis.

Em 1978, entretanto, com o auge e fortalecimento das lutas populares, e com o surgimento dos diversos Comitês Brasileiros pela Anistia, CBAs, é que a luta pela anistia ganhou a ampli-

tude suficiente para deixar de ser uma luta que repousava nas costas de algumas personalidades democráticas preeminentes, para se estabelecer

como preocupação fundamental em consideráveis setores da sociedade brasileira.

Avanço a duras penas

Pode-se afirmar que o ano de 1978 foi um ano de avanço, que culminou com a realização do Congresso Nacional pela Anistia em São Paulo, de 2 a 5 de novembro. Entretanto esse avanço foi

conseguido a duras penas, pois o regime militar, no intuito de superar a sua crise, acenou com reformas e promessas de liberalização, com nova Lei de Segurança Nacional, tentando dividir a oposição democrática e confundir a opinião pública com relação a questão da Anistia.

As mobilizações feitas durante a greve de fome a nível nacional dos presos políticos brasileiros, as respostas dadas pelos movimentos de anistia, às prisões (desde Cajá aos membros da convergência socialista) aos atentados a bomba contra a imprensa independente, e outras arbitrariedades contribuiu para o fortalecimento da luta pela anistia e, ao mesmo tempo, para o descrédito das encenações liberalizantes do regime.

Por outro lado, o esforço para unificar, a nível nacional, as entidades de luta pela anistia, em torno de um programa mínimo comum e em ações conjugadas, fortaleceu o movimento a tal ponto que permitiu a realização do Congresso Nacional.

Rapidamente, as questões políticas que se colocavam no início do ano tais como a da reciprocidade da anistia, a da responsabilização criminal dos torturadores e a da vinculação da luta pela

Anistia com as demais lutas pelas liberdades democráticas, foram superadas e coesionados os pontos principais.

Nesse sentido, a reunião realizada na Bahia em setembro, elaborou a chamada «Carta de Salvador» em que tais pontos estão estampados e significam o consenso político em que se assentou o Congresso.

Dessa forma, não se ausentando das questões concretas que o dia a dia colocou durante todo o ano, consubstanciadas em prisões, sequestros, torturas, atentados à bomba, perseguições políticas, e discutindo as questões políticas e organizativas é que puderam os movimentos pela Anistia, conquistar e ao mesmo tempo consolidar esse importante espaço político, que foi o Congresso.

Agora, rumo à boca do povo.

Pela primeira vez, os familiares dos mortos e desaparecidos puderam trazer à público, em conjunto, a situação de que foram vítimas seus parentes. Novos casos surgiram, novas denúncias estouraram. E assim foi com a questão dos presos políticos, dos exilados e banidos, dos cassados, aposentados e demitidos. O Congresso

Nacional pela Anistia foi o fato mais significativo do ano da luta pela Anistia, e seu reflexo serão sentidos por muito tempo pelo regime militar.

A questão da companheira Flavia Schiling, por exemplo que está mobilizando e galvanizando a opinião pública nacional no momento, já é consequência do Congresso.

Será, no entanto, em 1979 que a luta pela anistia se dirigirá principalmente para a maioria do povo brasileiro. Essa a tarefa fundamental. A resolução mais importante do Congresso foi a da necessidade de popularização da luta pela anistia. Isso reflete o consenso de que a anistia somente será conquistada se estiver efetivamente na «boca do povo», vinculada de fato com a luta por melhores salários, contra o custo de vida, por sindicatos livres e autênticos, pelas comissões de fábricas, etc.

Não haverá reformas que passarão sem a anistia ampla, geral e irrestrita. É requisito. Não haverá constituinte alguma que seja convocada sem que os presos e perseguidos políticos brasileiros estejam soltos. É pré-requisito.

Não haverá lei de segurança capaz de reprimir o movimento que o povo brasileiro está desenvolvendo em busca das liberdades democráticas. Com anistia.

Zé Pedró de Osasco

O metalúrgico da Oposição Sindical de Osasco fala com alegria dos momentos decisivos do movimento operário em 1978 e vê o ano seguinte com mais otimismo ainda.

O ano de 1978 fez com que os trabalhadores cada vez mais assumissem reivindicações de natureza política, como a derrubada na prática da lei anti-greve ou as mobilizações em defesa de companheiros demitidos em algumas fábricas. Esse espaço nós conquistamos, não foi concessão do regime.

Qualquer balanço de 1978 vai constatar que este foi o ano mais ativo da classe operária desde 1968. Marca um despertar que a gente esperava há tempo. E para se entender o que ocorreu em 78 tem-se que voltar até o ano passado, à campanha pela reposição salarial, deflagrada a partir da revelação de que índices salariais de 73/75 eram deturpados.

Deve-se lembrar o papel que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo teve na campanha pela reposição, já que foi o primeiro sindicato a partir para a luta. O sindicato de Osasco saiu depois na campanha. E ela foi muito positiva, porque mobilizou o pessoal, provocou muita discussão nas fábricas, o governo acabou se desmascarando perante uma grande massa que até então não tinha muita consciência de sua exploração. Embora a campanha acabasse morrendo no momento em que o processo foi parar na Justiça, ela foi altamente positiva, como preparação para futuras mobilizações.

Um novo passo nesse processo foi dado com as eleições aqui em Osasco, (e mais em tarde em São Paulo), para o Sindicato dos Metalúrgicos. Desde 68 que não se ouvia abertamente falar, em greve, a não ser os grupos mais restritos e conscientes de operários de vanguarda. Pois a propaganda da Oposição falou em greve, em negociação direta, em seus boletins, na discussão com os trabalhadores, permitindo uma elevação da consciência da massa. Com as eleições, por outro lado, a gente saiu daquele trabalho limitado, com pequenos grupos pudemos atingir um número bem maior de companheiros. Foi também um momento importante porque nos permitiu fazer uma denúncia da estrutura sindical e do próprio regime ditatorial, mostrar as deficiências da diretoria. Creio que também exercemos uma certa influência positiva sobre os trabalhadores de outras regiões, que tomavam conhecimentos de nossa luta, estendemos nossos contatos com outras oposições, com os sindicalistas autênticos.

A partir, desses passos se pode ter condições de tirar as greves de maio/junho que mostraram que a classe podia concretizar o que antes era uma proposta das oposições. Essas greves de meio do ano nos deram vitórias, não tivemos nenhuma derrota, teve fábrica onde se arrancou até 20% de aumento. Isso era uma coisa muito importante para os trabalhadores que, no máximo, recebiam aumento equeno antecipação entre um dissídio e outro, e que era descontada depois. Talvez não tenhamos ganho mais do que poderíamos ganhar, pela nossa pouca organização, mas a verdade é que a gente não perdeu em nada. Além dos ganhos materiais, houve um progresso importante no nível da consciência dos trabalhadores: a moral e a confiança elevaram-se bastante.

Do ponto de vista organizativo, a situação era

um pouco mais complexa. Não conseguimos impor aos patrões comissões de fábrica com estabilidade reconhecida (embora essas comissões existissem), muitas vezes por vacilações nossas, ou porque o conjunto dos companheiros de algumas fábricas ainda não compreendiam adequadamente a importância de se conquistar a estabilidade para as comissões. O máximo que conseguimos foi o reconhecimento dos delegados sindicais, como ocorreu na Bardella e na Fundação Munk.

Tudo isso fez com que a gente sentisse que a campanha salarial de outubro seria diferente dos outros anos. Que tínhamos mais força para pressionar os patrões, já que tínhamos mandado para o espaço a lei antigreve. E foi o que ocorreu, quando perto de 400 mil trabalhadores pararam em São Paulo, Osasco e Guarulhos.

Não obtivemos o que esperávamos, e verdade. Mas não considero, absolutamente, uma grande derrota. O simples fato de quase toda a categoria ter parado, partido para a luta, foi em si uma coisa importantíssima. Um número muito grande de companheiros passou a entender que quem deve lutar pelos seus direitos são os próprios trabalhadores. Para a vanguarda, e esse é um ensinamento da «derrota», que o trabalho tem que ser feito dentro da fábrica mesmo: o Joaquim dos Santos Andrade pôde manobrar a vontade em São Paulo e impor-se porque não havia um trabalho independente forte que garantisse a continuação do movimento independentemente do sindicato. Em Osasco, estávamos também fracos nas fábricas, mas o que fez com que se parasse a greve foi o fato de termos ficado isolados depois que São Paulo voltou ao trabalho.

Outubro mostrou que o que falta para estourarmos a lei do arrocho e a atual estrutura sindical é, justamente, mais organização nas fábricas. A questão que temos que responder vem daí: como é que se consegue parar 300 mil, 400 mil trabalhadores e não se obtém maiores consequências.

Mostrou, também, que o sindicato oficial ainda tem um certo peso, pois greve geral só saiu porque os três sindicatos cederam às pressões e decretaram-na. Provavelmente se os sindicatos não tivessem assumido a greve, em muitas fábricas ia se repetir o que ocorreu no meio do ano, mas não seria de forma generalizada como ocorreu.

Houve muitos erros da vanguarda operária mais consequente, que não soube conduzir politicamente o processo. E isso é também consequência do período anterior, da falta de uma prática maior daqueles anos mais negros. Era muito mais fácil se trabalhar quando as exigências eram menores, quando o trabalho era mais restrito. Mas quando se trata de um período de maior mobilização, de ascensão, a coisa muda de figura. Houve muito pouca unidade na condução da luta, no encaminhamento das decisões que se tirava em conjunto, quando essa unidade era essencial, quando as decisões tinham que ser tiradas e encaminhadas rapidamente e com firmeza.

Mes, repito, não considero uma grande derrota. É certo que vieram as dispensas em massa, que muitas lideranças estão desempregadas (em Osasco, do núcleo mais atuante da oposição somente uns três ou quatro companheiros estão trabalhando) ou tiveram que mudar de cidade ou mesmo de categoria porque foram incluídos nas «listas negras» dos patrões. Mas se pensarmos um pouco mais em termos de conjunto, vamos ver que a greve não foi desmoralizada como arma dos trabalhadores. Basta ver só que elas não pararam de ocorrer na Grande São Paulo e no ABC, seja na categoria dos metalúrgicos, seja em outras. A greve da RESIL é um bom exem-

plo disso. A greve é uma arma que vamos utilizar novamente em São Paulo, Osasco e Guarulhos num prazo muito curto, tenho certeza.

Além disso, é preciso saber tirar as lições do que ocorreu em outubro/novembro e partir para a superação dos erros cometidos e das insuficiências. Muitas vezes algumas derrotas servem para que preparemos vitórias importantes mais adiante, que se dê um salto qualitativo. É verdade que há muitas divergências, maneiras distintas de se ver como encaminhar o trabalho daqui para a frente. Por exemplo, quanto à atuação no sindicato oficial e no relacionamento com os seus dirigentes, como o Henos Amorina. (Ver Em Tempo nº43).

Por outro lado, creio que os sindicalistas conhecidos como «autênticos», como o Lula, o Marclio de Santo André, o pessoal do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e de Santos, os Metalúrgicos de Santos, do Sindicato de Couros

A greve geral de outubro só saiu porque os três sindicatos cederam às pressões e decretaram-na, o que mostra que o sindicato oficial tem um certo peso. Provavelmente, se o sindicato não assumisse, haveria greves em muitas fábricas mas não seria de forma generalizada, como ocorreu.

de São Paulo, e outros, exercem um papel importante na atual conjuntura. O papel do Lula tem sido claro, a gente mantém com ele relações muito boas, ele tem apoiado muitas oposições. Temos que reconhecer o trabalho dele em São Bernardo, na campanha pela reposição, durante as greves, os Congressos que promoveu, inclusive o da mulher metalúrgica, a combatividade do jornal do sindicato, a atuação dele e dos «autênticos», junto com as oposições sindicais no Congresso da CNTI, sua independência da Federação dos Metalúrgicos. E a democracia praticada no Sindicato, aberto há muito tempo aos não sindicalizados e aos grupos de oposição a sua diretoria, o que é um exemplo para muito dirigente sindical.

Penso que temos que trabalhar com os «autênticos», nós que somos das oposições sindicais. Os autênticos continuarão desempenhando um papel muito importante na vida sindical. Temos pontos em comum que podem, a um só tempo, fazer com que as oposições superem suas divergências, ou melhor, atuem unitariamente apesar de suas divergências internas e partam para a luta junto com os «autênticos». Esses pontos podem ser a luta contra o arrocho, contra a estrutura sindical e pela independência dos sindicatos, pelas convenções coletivas de trabalho (essa reivindicação é importante pra se acabar com a rotatividade elevada do trabalho, com a demissão dos companheiros mais combativos). Creio que um passo importante para concretizar essa unidade seria a realização de um congresso de trabalhadores das várias categorias, onde essa plataforma comum fosse tirada, assim como os métodos de luta comum.

Creio que a conjuntura em 1978 fez com que os trabalhadores cada vez mais assumissem reivindicações de natureza política. As próprias greves que fizemos, derrubando na prática a lei de greve, foi um ato político, embora as reivindicações que motivaram as mobilizações tivessem sido de caráter econômico. Mas, o que ocorreu na Villares, quando os trabalhadores pararam em defesa dos companheiros demitidos, exigiram

A conjuntura nacional impede que o governo e os patrões saiam para a porrada pura e simples, e mostra que se um general Edrardo já não serve, tem que vir um Dilermando.

a demissão de um supervisor, ou quando sessões da Brown Boveri pararam quando fui demitido, são ações políticas.

Como já disse, isso ocorre porque há um espaço político que conquistamos, que não nos foi concedido pelo regime e que temos que ampliar. Devemos entender também, e isso implica em adotar táticas diferentes de intervenção, mais ousadas e combativas, que os tempos mudaram. A conjuntura nacional e mesmo internacional impedem que o governo e os patrões saiam para a porrada pura e simples, mostram que um general Edrardo já não serve, que tem que vir um Dilermando que, se não morre de amores pelos trabalhadores, mas que deve buscar uma outra forma mais sofisticada de reprimir e conter a nossa luta.

Hoje eles não podem simplesmente prender os grevistas, a coisa é mais complexa. Dai surgem as «listas negras», as dispensas dos trabalhadores mais atuantes: em vez da cadeia eles querem segurar-nos pelo desemprego, pela fome.

Como já disse em outra ocasião: acho que o sistema dos patrões procura se remodelar de acordo com cada conjuntura, para se manter sempre dono da situação, mas também o movimento operário procura criar novas formas de luta.



Hélio Bombardi

Comissão de Fábrica não é sindicato paralelo

Este foi o ano em que a proposta de organização independente dos trabalhadores no interior das empresas, através das chamadas «Comissões de Fábrica» ganhou mais terreno. Aqui, um metalúrgico que participou da greve mais longa do meio de ano, nove dias, na Massey Ferguson, retrata um dos aspectos centrais desta polêmica.

Hoje a Oposição Sindical tem uma posição, apoiada pela maioria de seus militantes, que se resume na defesa de um movimento independente e autônomo da classe operária cujo organismo de atuação são as comissões de fábricas que levam uma luta diária no interior das empresas englobando os associados e não associados sindicais. Sua existência, atualmente, é reconhecida e respeitada por exemplo pelos chamados sindicalistas autênticos, que antes tinham a sua atuação.

Mas a maioria dos dirigentes sindicais autênticos, não concorda que as comissões de fábrica sejam separadas do sindicato. Esses não aprovam a existência como um movimento independente. A Oposição Sindical por sua maioria, mesmo ressaltando que existe posição divergente, pensa que as comissões de fábrica, pelo menos até a quebra da atual estrutura sindical, não tem que ter uma ligação direta com o sindicato.

Até que a quebra não ocorra ela deve ser um movimento independente, que procura contar na sua atuação com o apoio da direção oficial do sindicato, e apoiar a direção que está dando passos, que consideramos corretos, na direção da questão sindical. Assim, se as direções incorrem em erros procuraremos alternativas discutindo com a direção sindical ou procurando influenciar dentro do sindicato, ou influenciando os operários.

Delegado Sindical

A maior parte dos dirigentes sindicais não apoia essa postura independente das comissões pois, para eles, essa comissão deveria ser mais ou menos como é um delegado sindical, ou seja, elementos de ligação entre o sindicato e a fábrica, e os dirigentes sindicais acabam julgando a oposição sindical e as suas comissões de fábricas, como um movimento paralelo.

Nós não concordamos com essa afirmação que somos uma espécie de sindicato paralelo, já que atuamos dentro do sindicato e lá vamos como operários organizados levando as decisões das bases das fábricas onde atuamos. Na verdade são as comissões que revitalizam o sindicalismo, pois elas realizam um trabalho de educação política que vai além do que é feito pelo sindicato oficial devido a atual estruturação e controle de atuação dos sindicatos. Esse trabalho não visa em momento nenhum substituir o sindicato pois, historicamente, o sindicato vai e deve permanecer, pois é uma organização de massa que consegue em determinados momentos aglutinar todas as fábricas. As comissões conseguem sensibilizar os operários mais combativos dentro das fábricas e não chegarão a ser um organismo de massa como os sindicatos, logo não tem sentido dizer que elas são um sindicato paralelo.

É importante que os dirigentes sindicais, compreendam a estrutura sindical que os limita. Se por exemplo ele levar um deputado dentro do sindicato e esse fizer um discurso, ele está sujeito a sofrer uma intervenção no dia seguinte do Ministério do Trabalho.

No fundo são esses operários mais combativos que se aglutinam nas comissões de fábricas, o que conseguem sindicalizar mais companheiros e levá-los para as assembleias e são os que vão brigar lá dentro do sindicato. É esse trabalho de base que vai ajudar a inverter as forças e mudar todas essa estrutura de sindicato que nos é imposta, acabando com o sindicalismo de cúpula e de favores deixando de ser um sindicalismo assistencialista para um sindicalismo autêntico, de defesa real dos trabalhadores, enfim, sindicato de luta.

O sindicato deve ampliar as suas lutas pois é só quando nós brigamos e avançamos que as leis passam a nosso favor, pois as leis refletem o equilíbrio da luta das classes. As leis das oito horas de trabalho, do 13º etc., não foram dadas gratuitamente, elas foram conseguidas após muitas lutas. Daqui um tempo, com todo esse trabalho de organização, eu acredito que a gente vai até ter condições de ter aqueles partidos da classe operária que nós julgamos que são os nossos e não os arremédos de partidos operários que querem nos impor. Mas para chegar aí nós precisamos de uma porção de vitórias políticas com a anistia ampla e irrestrita, a legalização da imprensa operária etc, enfim todas as condições básicas de atuação política.

Por tudo isso, as comissões não podem e nem devem ser um apêndice do sindicato atual, que está controlado por uma estrutura cercada e é por isso que a maioria dos companheiros da Oposição Sindical julgam que as comissões de fábricas devem ser um organismo independente e autônomo. Ressalto que existem correntes minoritárias que não pensam dessa forma, julgando que as comissões deveriam ser parte integrante do sindicato oficial.

Essa questão do caráter das comissões de fábrica levanta o problema da relação da oposição com o sindicato oficial. Para nós que até chegamos a concorrer nas últimas eleições sindicais dos metalúrgicos em São Paulo, a questão fundamental é a de disputar em todos os terrenos o espaço que é sempre mais favorável ao pelego, sempre denunciando essa estrutura sindical feita

para controlar os trabalhadores. Sabemos que sem um amplo movimento operário essa estrutura não será alterada e hoje, quando se inicia a discussão de novos partidos, redemocratização, constituinte, etc., temos que ficar atento para não perdermos a possibilidade de alteração dessa lei cerceadoras de um verdadeiro e autêntico movimento sindical, pois já perdemos a possibilidade de alterá-las em 45, 46, quando da queda da Ditadura Vargas, em 1953, quando da greve geral e entre 60 a 63, quando o movimento sindical estava muito agitado. Enfim são as comissões de fábrica um organismo de educação política da classe trabalhadora que lutam por um sindicalismo autêntico que só será possível com outras leis trabalhistas: as comissões não podem ficar amarrados a uma estrutura sindical cerceadora.

Unidade política

Todas essas questões foram muito discutidas entre os membros da Oposição em 1978 e são bastante polêmicas, o que eu acho muito bom, desde que consigamos manter uma unidade sindical e isso significa que nós não devemos ter somente uma unidade econômica, mas uma unidade também política em cima de um programa comum e que não deve ser um programa partidário.

Eu acho que a partir do Congresso do CNTI, a relação oposição sindical e direção sindical autêntica começou a ficar clareada de parte a parte devido a curiosidade das bases dos companheiros autênticos de melhor entender o fenômeno da Oposição Sindical e sua plataforma de luta contra o peleguismo no sindicato brasileiro. Eu acho que ainda, a maioria dos dirigentes sindicais autênticos não entendem profundamente o real papel da Oposição Sindical e daí surgem as propostas desses dirigentes autênticos que entendem a oposição como um movimento que permaneça em vésperas de eleições e que não deva ser um movimento que permaneça a todo momento com uma posição crítica perante uma diretoria pelega ou uma estrutura sindical cerceadora. Dessa visão errônea decorrem propostas tais como uma composição com o pelego Joaquim

após as eleições pois «final o movimento sindical é um só».

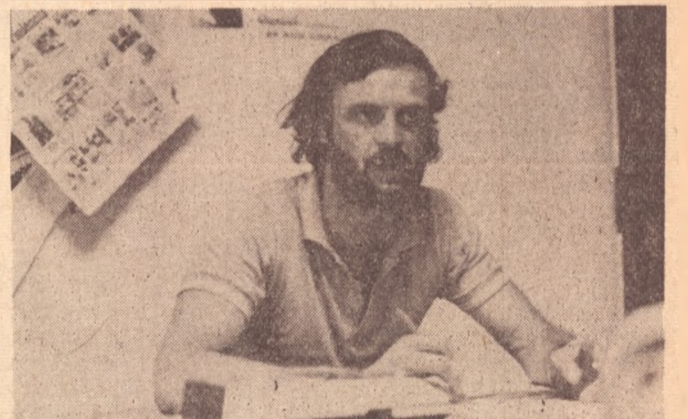
Eles não conseguem entender uma oposição que não vise somente a ganhar as eleições sindicais e que pretenda implantar dentro das fábricas um movimento sindical.

Não é política da Oposição isolar os dirigentes autênticos e nos parece ser possível estabelecer um plano mínimo de trabalho para atuação em alguns acontecimentos conjuntos.

O que os sindicalistas autênticos ainda não compreendem é que a Oposição Sindical não é uma oposição a uma diretoria senão ele nem tinha razão de existir, mas ela é na verdade, uma concepção diferente de sindicalismo, um sindicalismo enraizado na fábrica com sindicalizados e não sindicalizados organizados nas comissões de fábricas e que tem como centro, a queda da ditadura sindical. Na medida em que existia ainda hoje, uma estrutura sindical ditatorial, um peleguismo forte e que não existe um trabalho forte e cotidiano de todos os sindicatos no interior das fábricas, não tem razão a oposição se dissolver. O que temos diferente dos sindicalistas autênticos é uma concepção diferente de trabalho.

Hoje os autênticos não têm condições de atuar politicamente aliados a pelegos como Joaquim, por exemplo, e devem levar em conta a Oposição Metalúrgica de São Paulo que consegue sensibilizar a maioria dos operários de São Paulo com suas propostas políticas e seu combate contra o peleguismo e essa é uma questão política.

É pois fundamental para a Oposição e para os sindicalistas autênticos uma troca de experiências, um intercâmbio e um debate sobre a questão do sindicalismo. Por outro lado eu fico com uma dúvida, no Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo, foi aprovada a resolução da instalação de comitês de fábrica, mas essa é uma resolução de papel que eu gostaria que fosse aplicada, só que a sua implantação depende de militância e de uma concepção diferente do que é um sindicato que não se resolve por um papel escrito já que se tem que ir até a fábrica e aplicá-la.



A lei antigreve e o arrocho salarial perdem a virgindade

Antonio Carlos Felix Nunes



Um marco fundamental na história do movimento operário brasileiro: o sindicalismo ganha espaço e começa a depurar-se. Um núcleo de dirigentes, conhecidos por «autênticos» começa a crescer no combate à estrutura sindical de inspiração fascista e ao peleguismo.

2 Ao questionar vigorosamente o sistema político e a estrutura sindical, «o grupo dos autênticos» abalou um dos principais pilares da ordem vigente, numa clara advertência ao Governo

de que não é mais possível deter um movimento operário que conseguiu livrar-se das amarras do arbitrio.

As greves de maio despertaram a imprensa para o exercício do seu dever de informar, também ela rompendo restrições do Sistema, censura imposta e auto-censura gerada em função dos interesses classistas dos empresários. Igualmente a imprensa se adaptou à realidade para não ficar desatualizada, descobrindo que seu momento de liberdade havia chegado. Ou que esse desabrochar da consciência operária firmava essa liberdade.

Assim, vimos um órgão conservador como O Estado de São Paulo popularizar-se entre os trabalhadores pelo enorme volume de informações que trazia sobre as greves; uma Folha de São Paulo, durante algum tempo vacilante e sem linha, consagrar-se como «defensora das causas populares», graças às suas extensas reportagens seguiu da análise crítica que fazia do movimento; e jornais escrupulosos, até então preocupados com seu alinhamento ao esquema oficial — forma fácil de não complicar-se e não perder anúncios pagos — como o Diário da Noite, fariam da greve a razão de sua mudança editorial e, em recompensa, veriam aumentar consideravelmente suas respectivas tiragens.

Em contrapartida, verificar-se-ia a decadência de órgãos informativos ditos populares, exercentes do papel de disfarce da ditadura agonizante, mercê de uma editoração alienadora, de que é exemplo Notícias Populares. Este olivaria o acontecimento envolvente, e sua venda cairia em mais de 30%. E nem poderia ser diferente, pois os trabalhadores, durante aqueles dias, perderam o interesse pela sua leitura com reportagens de bruxarias e crimes cotidianos. A greve era o único acontecimento para o qual todos estavam voltados. Entretanto, o jornal havia riscado a palavra greve de suas páginas, numa espontânea contribuição ao esforço do Governo para arrefecer o movimento sem interferência direta e dolorosa.

A televisão e o rádio seriam proibidos posteriormente, de divulgar assuntos relacionados com a movimentação operária, e Notícias Populares seria o único solidário no cumprimento dessa proibição. Mas, excluindo-se esses casos isolados de comportamento retrogrado, a partir das greves de maio que a imprensa passaria a dar maior atenção ao movimento sindical-trabalhista.

sindicalismo obreiro. E o fazem partindo do conceito de que os trabalhadores devem se aglutinar num partido ideologicamente afinado com os interesses do mundo do trabalho.

Assim, em questão de meses, verificou-se uma alteração profunda, e de alta qualidade, na mentalidade das lideranças sindicais autênticas. Estas passaram de repúdio puro e simples à política à convicção de que política, no seu sentido mais específico, se faz necessária à luta dos trabalhadores. Azar do regime, que sempre jogou com divisor de águas dessa natureza visando a melhor controlar a atuação dos sindicatos.

Novas táticas

Finalmente, ao apagar das luzes deste agitado e frutífero 1978, como estaria o sindicalismo, após correr tanto em poucos meses? Lembremos que tanto os patrões como os pelegos foram pegos de surpresa pelas primeiras greves. Neste fim de ano, porém, eles já se encontram perfeitamente refeitos do susto; portanto, em condições de rever estratégia e táticas com vistas a fazerem frente a nova situação.

Efetivamente, os patrões, através da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) já estão pondo em prática um amplo esquema ofensivo. Este consiste em desacreditar a organização sindical, através de duras repressões às greves. E o resultado desse plano já se faz sentir com dezenas de demissões por justa causa, perseguições de toda ordem e até agressões físicas a trabalhadores engajados na atividade sindical.

Quanto aos pelegos, que dominam a maioria dos principais órgãos de classe situados na Capital paulista, sua posição é de se resguardar

1 As greves de maio no ABC paulista surpreendentes ao regime militar e abaladoras do sindicalismo bolorento, produziram em poucos meses, os efeitos de uma tempestade devastadora.

Agora, virá o embate de tendências e o aniquilamento paulatino dos pelegos encastelados nos principais órgãos de classe e na cúpula do sindicalismo.

partir das greves de maio, iniciadas na indústria automobilística de São Bernardo do Campo, o panorama sindical-trabalhista dos grandes centros fabris do País alterou-se profundamente. O rompimento da proibição das greves — inviolável freio ao movimento sindical-operário durante dez anos — levou um grupo de sindicatos, há tempo identificado com os anseios dos trabalhadores, a definir com clareza seus objetivos e a intensificar sua atuação em busca de uma nova ordem sindical com o sepultamento da estrutura paternalista vigente desde 1940. Tarefa essa apenas iniciada, e com promessa de execução em 1979, caso a democracia se firme no País.

As oposições sindicais, até então frágeis e acudadas pela pressão dos dirigentes oficialistas, também puderam atuar com maior liberdade e começaram a influir na condução dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, após as greves de maio. Por sua vez os pelegos, habituados às funções burocráticas, foram obrigados a rever posições, adotando novas táticas de sobrevivência e de sustentação do poder sindical. Pois, diante dos trabalhadores agitados e empolgados com os novos tempos, não podiam defender simplesmente o cumprimento da legislação bitoladora, numa servidão total aos desígnios do regime político; teriam de admitir as greves e postular reajustes salariais acima dos índices governamentais, numa atitude de rebeldia aparente as determinações oficiais, que sempre acataram sem discussão.

Esses fatos indicam que as greves de maio, surpreendentes ao regime e abaladoras do sindicalismo bolorento produziram, em poucos meses, os efeitos de uma tempestade devastadora. Agora, acentuada a bonança sobrevida, e refeitos seus protagonistas do susto, deveremos assistir ao embate de tendências e ao aniquilamento paulatino dos pelegos encastelados nos principais órgãos de classe e na cúpula do sindicalismo.

Aliás, o combate frontal ao peleguismo iniciou-se logo após as primeiras greves, com a tomada de posição dos sindicalistas autênticos no 5º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria CNTI, realizado em fins de julho no Rio de Janeiro. Ocasão em que o sr. Ari Campista, o maior pelego do Brasil, como ele próprio se intitula, viu-se encurralado e não pode concretizar seu objetivo, que era transformar o certame num repositório de aplausos operários ao Governo.

O estopim

O estopim de toda essa mudança foi aceso — deve-se reconhecer esse fato — pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, em fins de abril, por ocasião da posse de sua diretoria. A categoria vinha de uma fracassada campanha salarial, culminada com o julgamento do dissídio e com os juizes concedendo apenas o magro índice governamental. Os ânimos, portanto, já estavam acirrados quando Luiz Inácio da Silva, o Lula, presidente da entidade, proferiu um violento discurso em sua posse, perante autoridades, políticos dos dois partidos e uma plateia de trabalhadores composta de 10 mil integrantes da categoria.

«Os trabalhadores estão com sede de justiça, cansados de repressão e de viver de mentiras. O diálogo com os patrões (diálogo que vinha sendo tentado após o julgamento do dissídio) virou embuste e eu não me prestarei mais a esse papel de enganado. Os patrões só vão reconhecer nossos direitos quando sentirem a nossa força, quando as máquinas pararem».

As palavras de Lula soaram como um grito de guerra, contendo uma palavra de ordem que, pouco tempo depois, em 12 de maio, os trabalhadores de sua base colocariam em prática. Os políticos e autoridades presentes à solenidade,

inclusive o delegado regional do Trabalho, sr. Vinicius Ferraz Torres, não esconderiam seu mal-estar. E a festa não teria o brilho imaginado — brilho de festa de posse, com discursos badalativos — transformando-se numa manifestação de massa descontente.

Greves de maio

Na manhã de 12 de maio paravam os trabalhadores da Saab-Scania, uma das principais indústrias automobilísticas da região. Antes disso houve alguns ensaios de greves, na Ford, na Mercedes, brutalmente sufocados pelos patrões com dispensas por justa causa de alguns trabalhadores. Mas a greve na Scania eclodiria com tudo: ferramentaria e outros setores vitais de produção foram logo paralisados totalmente. Trabalhadores silenciosos, de braços cruzados junto às máquinas — atitude misteriosa, surpreendente, a deixar o empresariado sem qualquer ação. No mesmo dia o movimento se alastraria para outras fábricas do município, e à noite os dirigentes sindicais já faziam a alvissareira constatação os trabalhadores estão fazendo uma greve de verdade, após dez anos de silêncio, de medo e acuação.

Mas ao lado da alegria de ver desvirginada uma das piores fases da história sindical do Brasil, colocava-se uma perspectiva sombria, em forma de interrogação: qual seria agora a reação dos patrões e do Governo? O regime, implacável com o movimento operário até esta data, absorveria o acontecimento ou usaria todos seus recursos para massacrar o movimento, punindo exemplarmente os trabalhadores e sua organização de classe?

Os dirigentes sindicais viveriam então os seus piores momentos, na expectativa de intervenção no Sindicato, das prisões, do aparelho repressor invadindo a região e as fábricas, com soldados fortemente armados, tanques e canhões. «Essas medidas acontecerão com certeza, pois o regime não tolerará de forma alguma essa rachadura em seu ordenamento» — profetizavam os mais pessimistas.

Dois dias depois, as greves se espalhavam também por Santo André, e a reação do regime se faria sentir apenas nos parâmetros de sua própria legalidade. Isto é, o Ministério do Trabalho (órgão administrativo, incumbido de vigiar a aplicação das leis) acionaria e poder judiciário da área para julgar a greve nos termos estabelecidos pela legislação. O Tribunal decretaria a ilegalidade do movimento, mas não contaria com meios para fazer cumprir sua sentença, uma vez que o Governo se negaria a mobilizar as forças policiais necessárias.

Em consequência, as greves de São Bernardo e Santo André prosseguiram normalmente — o simples anúncio da ilegalidade não foi suficiente para interrompê-las. O movimento forçou os patrões a negociar aumentos salariais suplementares, não obstante isso representa uma séria transgressão às regras da política salarial. E com a convicção de patrões amedrontados, quebravam-se, de imediato, dois dos principais elementos do esquema de contenção do movimento sindical-trabalhista: a proibição à greve e a política salarial de arrocho.

Animados pelo sucesso dos metalúrgicos do ABC, outros trabalhadores também começariam as greves, ainda que sem o respaldo de suas entidades de classe, dominadas pelos pelegos. A greve deixaria, então, de ser tabu, inserindo-se como fator rotineiro na disputa entre patrões e empregados. Essa foi a nova realidade que se passou a viver a partir de maio, suplantando a legislação repressora ainda hoje vigente.

3 As eleições de 15 de novembro marcaram um alentador ensaio quanto à participação dos trabalhadores na vida política nacional. A interferência operária nessas eleições suplantou campanhas semelhantes da história republicana,

com a eleição de um grande número de representantes do parlamento. Os «autênticos» empenham-se hoje em estabelecer uma estreita ligação entre a atividade político partidária e o sindicalismo.

Caberia ainda aos metalúrgicos de São Bernardo — pioneiros da luta que transformou o panorama trabalhista — a tomada de uma posição mais consequente com os compromissos assumidos em relação às reclamações modificações na estrutura sindical paternalista. Assim, um congresso realizado em fins de outubro, no balneário Guarujá (SP), com a presença de 400 delegados metalúrgicos e muitos convidados de outros setores profissionais, propôs um projeto de novo sindicalismo. Este, em 1979, deverá ser o ponto de partida para o desenvolvimento de um processo de aperfeiçoamento da estrutura sindical.

As discussões sobre o assunto, até então travadas a nível teórico, às vezes pelos próprios pelegos, ganharam um contorno prático com as decisões daquele certame. De sorte que o projeto

aprovado coloca as coisas mais ou menos nestes termos: dentro da democracia, só a negociação direta resolve os conflitos do trabalho; e essa negociação não pode prescindir da greve que, para ser realizada, não deve acarretar a perda do emprego e de garantias ao desempenho da função sindical. Assim, sucessivamente, o projeto Hestiona todo o fundamento da legislação atual, indicando quanto ela está ultrapassada pela realidade pós-greves.

Sindicalismo Anarquizado

Insistir, pois, em mantê-la significaria postular um modelo de sindicalismo anarquizado, que se movimentaria na base da força de classe, refratário ao controle disciplinar. Fato que servi-

ria de pretexto para que grupos radicais da área militar tentassem novo golpe na nascente democracia. Eis que o procedimento anárquico seria inevitável em face da impraticabilidade das leis vigentes. Estas teriam uma réplica sem fundamento constitucional, apenas modelada em atos dos trabalhadores e dos patrões.

Por isso, a resolução daquele congresso — única iniciativa do gênero em 1978 — é de grande significação. Ela indica que a movimentação trabalhista já não se restringe puramente à reivindicação econômica — marca fundamental das greves de maio — extrapolando-se para o terreno essencialmente político.

Participação política

Se o período das greves, inaugurado em maio, revelou um considerável avanço dos trabalhadores concernente ao confronto de classes, as eleições de 15 de novembro marcaram um alentador ensaio quanto à participação na vida política nacional. Com efeito, a interferência operária nessas eleições suplantaria campanhas da espécie movidas em outras fases da nossa história republicana. E a prova disso é o grande número de representantes dos trabalhadores elevados aos parlamentos, e o qual supera os eleitos em pleitos livres de outras épocas.

Porém, essa participação melhor se caracteriza (e isto é prova cabal de que o movimento sindical também amadureceu politicamente nestes últimos meses) pela definição de alguns dirigentes sindicais, cujo comportamento tem servido de espelho a todos que se preocupam

com a atividade trabalhista. Esses dirigentes, os mesmos que integram o grupo dos autênticos, empenham-se hoje para estabelecer uma estreita ligação entre a atividade político-partidária e

destes difíceis tempos (para eles, evidentemente). E a melhor maneira que encontraram para isso, foi omitir-se diante dos problemas das respectivas categorias profissionais. Alguns mais hábeis, como Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, adotaram a tática de provocar algumas greves para, em seguida, as contornarem com manobras bem urdidas.

Os pelegos e o Ministério

As vítimas da greve de novembro em São Paulo, por exemplo, não lograram amparo do Sindicato. Mas Joaquim manhosamente empenha-se na aplicação da assistência social, procurando com isso fazer com que os trabalhadores deixem de cobrar-lhe uma ação mais condizente com as questões reivindicatórias. Consta que os pelegos receberam ordem do Ministério do Trabalho para assim agirem. Eles deveriam falar o menos possível a respeito de greves, contratação coletiva e alteração na estrutura sindical. Alguns deixaram de lançar suas publicações periódicas, porque teriam inevitavelmente de tocar nesses assuntos proibidos; outros passaram a preencher o vazio dessa omissão com incremento às atividades do lazer, cursos sobre prevenção de acidentes, aulas de corte e costura e coisas do gênero.

Eis o quadro do sindicalismo neste fim de ano: patrões na ofensiva e pelegos em recuo. À parte, continuam empenhados em seus projetos de formação de um partido operário e estudando a melhor forma de neutralizar a ofensiva patronal. Estão voltados para a consolidação do terreno já conquistado, e à procura de uma fórmula de avançar mais.

Debate: a esquerda e as eleições de novembro. Aqui, dois pontos de vista divergentes sobre o que revelaram as urnas e quais as lições que deixaram para uma intervenção parlamentar que atenda aos interesses dos trabalhadores



Concentração do MDB na Bahia às vésperas da campanha eleitoral (12/5)

No espaço sideral do socialismo

Falar das eleições de novembro remete à indagação de quem dentre as forças de esquerda acertou e quem errou. Os resultados não deixam margem para sofismas.

Foram vitoriosos os candidatos que nas suas campanhas captaram dois grandes anseios

das massas populares e fizeram disso a sua mensagem: a luta contra o governo e por melhores condições de vida.

Tiveram resultados desastrosos os que insistiram em levantar estratosféricamente a questão do socialismo.

Cairam no espaço sideral e deixaram, na prática, de se colocar a frente da luta democrática, fazendo um discurso inacessível ao conjunto da população.

Tibério Canuto

Afinal, o que representaram as eleições de novembro neste conturbado e rico ano de 1978? Falar da importância da derrota do governo como fator de desgaste do regime militar e, em consequência, do aumento do seu isolamento político e social, é, em certo sentido, repetir o óbvio. Sustentar uma polémica com o Coronel Ludwig sobre quem ganhou — a Arena ou o MDB, é alimentar um debate estéril. Importa sim, ao repetir-se a praxe de dar um balanço político ao se encerrar o ano, retirar todos os ensinamentos do episódio eleitoral, sobretudo aqueles que servem de indicativo sobre qual deve ser o caminho que as oposições mais consequentes devem seguir e de como devem utilizar um parlamento — que se continua castrado como antes, terá, em 1979, um papel superior ao do que acaba de encerrar as suas atividades.

Os resultados eleitorais não cairam do céu. Eles foram reflexos de tudo o que aconteceu nestes últimos dois anos, que influenciaram o estado de ânimo das camadas populares. A insatisfação com o custo de vida, a exigência de melhores salários, de direito de greve, de anistia e de liberdades democráticas que deram a tona das manifestações sociais verificadas em 1977 e 1978 são o pano de fundo que justifica a vitória do partido de oposição e, mais do que isto, o fortalecimento das correntes oposicionistas que no plano da luta eleitoral e parlamentar evidenciaram o seu compromisso com a luta pelo fim do regime militar, pela conquista das liberdades democráticas e por melhores condições de vida e de trabalho. Os que ficaram à direita de tais proposições, — os moderados e adesistas — saíram enfraquecidos. E os que fizeram na estratosfera, realizando um discurso que na prática ignorava estes anseios elementares das camadas populares, também não lograram nenhum crescimento. Ao contrário, aprofundaram o seu isolamento.

E como consequência deste processo, Figueiredo terá um dilema a mais a atormentar o seu Governo: terá que enfrentar não só uma oposição popular que continuará a se manifestar nas ruas, nas fábricas e nas escolas, mas também um parlamento mais combativo, como reflexo do crescimento do bloco dos autênticos. Nos Estados, o quadro não será muito diferente, como agravante de que os governadores não só terão que enfrentar os autênticos, mas algo à esquerda disto; os chamados parlamentares populares. Estes conquistaram um espaço razoável na Bahia, São Paulo, Rio e Pernambuco.

Ventos promissores

Em síntese, também no parlamento 1979 pode ser um ano promissor, pois o MDB não está imune aos ventos que sopram hoje no país e que se direcionam para a esquerda. Não é gratuito que o nome ventilado para ocupar a Secretaria Geral da agremiação oposicionista seja o de Jarbas Vasconcelos o candidato a senador que fez a campanha mais agressiva, deslocando assim fisiológico congênito Thales Ramalho. Menos gratuito ainda é a indicação de Freitas Nobre para futuro líder do MDB na Câmara Federal, o que se constitui numa vitória da ala mais combativa do partido de oposição. Hoje se discute dentro do MDB como transformá-lo de uma frente meramente eleitoral em uma frente permanente contra o regime militar, integrado na luta que se trava na sociedade à margem do próprio MDB. E mais: apesar da ofensiva do Governo, as propostas de «conciliação nacional» encontram obstáculos fortes dentro do próprio partido oposicionista, sendo difícil a sua materialização, apesar de os moderados mais assanhados estarem dispostos para uma composição com

o regime militar. Entretanto velhas raposas como Ulisses Guimarães sabem o preço disto e, ao menos no momento, preferem seguir outra trilha: a da composição com a ala mais combativa do MDB. E por isto que hoje são autênticos os primeiros a defenderem o nome da velha pessedista para continuar como presidente do MDB.

Também isto não acontece por acaso. E de Ulisses pode se dizer tudo. Menos que tenha veleidades esquerdistas. Acontece que ele não está imune a uma regra básica: os homens fazem a história não de acordo com os seus desejos subjetivos, mas sim com as circunstâncias que lhes são dadas. E as circunstâncias de hoje sopram em outra direção. De um lado, os moderados têm que levar em conta a existência de uma bloco de parlamentos autênticos e populares com bases relativamente organizadas e cuja expressão é impossível de ser ignorada. De outro, há fora do parlamento um movimento social no qual as camadas populares manifestam o seu desejo de se verem livres do regime militar. Deixar de lado estes dois aspectos e compor com o Governo pode ser um preço muito alto para os moderados, com possibilidades inclusive de com isto decretarem o seu suicídio político.

Se este é um dos saldos das eleições de novembro, isto é, se após o processo eleitoral o parlamento, poderá a partir de 1979 ser melhor utilizado na luta contra o regime militar, não estão eliminados os conflitos dentro do MDB nem nada indica que, em nome da luta comum, se passe por cima de conciliação e da vacilação que contamina muitos emedebistas. Ao contrário, mais do que nunca esta luta se faz necessária, só que após as eleições ela se dará em circunstâncias mais favoráveis.

Erros e acertos

Falar das eleições nos remete, necessariamente, à indagação de quem, no espectro da esquerda, acertou e quem errou. Não vamos perder tempo com a constatação de quem adotou a proposição de voto nulo se equivocou profundamente ao não levar em consideração o nível de consciência política e de organização das camadas populares e fez pregação para um reduzido grupo de iniciados, se isolando mais ainda. Importa ir no fundo do poço e indagar, no espectro dos candidatos de esquerda, que mensagem foi vitoriosa? E é impossível ter uma resposta se não se tiver a prática como critério da verdade.

Os resultados não deixam margem para sofismas. Foram vitoriosos os candidatos que compreenderam que tinham que colocar a sua campanha como um instrumento da luta contra o regime militar. Isto é, que captaram dois grandes anseios das camadas populares e fizeram disto a sua mensagem: a luta contra o governo e por melhores condições de vida, bandeiras que encontraram uma ampla ressonância. Em São Paulo, foram eleitos dez deputados estaduais com tal mensagem, cinco na Bahia e quase todos que assim se caracterizaram no Rio. Tais candidatos apresentaram como proposta a formação de um bloco de parlamentares populares, intimamente ligados à luta extraparlamentar e com o objetivo de fazer do parlamento uma caixa de ressonância dos interesses populares e da luta contra o regime.

É verdade que existiram os que pretenderam ir mais além e procurando fazer um corte socialista, procurando assim de diferenciar dos demais. Não vamos aqui entrar no mérito de suas propostas de movimento socialista ou de partido socialista, pois isto demandaria outro artigo, onde se questionasse a utopia de um ptamar socialista capaz de unificar marxistas, socia-

is-democratas, socialistas-cristãos, prudonianos e gatos de outras espécies no mesmo saco. Tão pouco cabe aqui discutir a questão do «socialismo legal», desse é possível, ou não, atalhos na construção de um partido que aglutine a vanguarda dos trabalhadores; se tal partido é compatível e pode, ou não, brotar nos quadros da legalidade burguesa, e no que deu, mundialmente, a tática do entrismo nos partidos socialistas. Tão pouco cabe aqui abordar como se coloca, no presente momento, a propagação do socialismo para aqueles que acreditam ser esta a saída para o Brasil. Tudo isto é assunto para outro artigo.

Resultados desastrosos

O que importa é saber que forças acumularam os que pregaram o chamado corte socialista — e um partido ou um movimento com esta característica — no processo eleitoral. E aqui não há como negar que os resultados foram desastrosos. Do Rio Grande do Sul, onde o candidato que pregava tal proposta teve sua votação diminuída, ao Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, onde sequer se elegeram e alguns dos candidatos desta proposta chegaram a ter votações vexatórias. E não dá para explicar tais derrotas por questões técnicas — campanhas mal feitas, começou-se tardiamente, faltou dinheiro, não se tinha acesso à televisão etc., pois os problemas foram os mesmos dos chamados candidatos populares que conseguiram se eleger. Ou raciocinar na seguinte base: «tinhamos uma proposta justa, as massas é que não estavam preparadas para absorvê-la». Ou ainda de que «isto aconteceu porque a conjuntura é favorável ao reformismo e o populismo».

A razão é de outra natureza: política. Com um discurso estratégico no mínimo confuso, do ponto de vista imediato, os que propuseram o corte socialista deixaram de levar em consideração o nível de consciência das camadas populares — que não estão polarizadas pela questão do socialismo e sim pela luta contra o Governo e pelas conquistas das liberdades democráticas. Neste particular, cairam no espaço sideral e deixaram, na prática, de se colocar à frente da luta democrática, fazendo um discurso inacessível ao conjunto da população.

A reflexão sobre isto se faz necessária para se determinar o que cabe fazer neste período pós-eleitoral, tanto no parlamento, como fora dele. Fora não há muito o que se discutir: trata-se de unificar as camadas populares na luta contra o regime militar, dando passos pela materialização de seus anseios de melhores salários, liberdade sindical, direito de greve, anistia, constituinte, plena liberdade partidária, etc. E no parlamento trata-se de constituir um bloco que esteja a serviço da luta extra-parlamentar, contribuindo inclusive para o seu avanço. Tal bloco, que outro não é senão o dos chamados parlamentares populares que atuam hoje no MDB e tem como uma de suas missões lutar pela plena liberdade partidária, pois só assim é possível se conquistar espaço para surgir um verdadeiro partido dos trabalhadores. Enquanto isto não acontece, ao tempo que lhes interessa manter a frente que é o MDB, é função sua aprofundar a luta no sentido de forçar o compromisso do partido de oposição com a luta pelo fim do regime militar. Hoje isto já se manifesta tanto no esforço de fazer com que o MDB deixe de ser uma mera frente eleitoral, como na proposição de aprofundar o programa do MDB, comprometendo-o com a questão da Constituinte, da plena liberdade sindical, de greve e partidária, além de outras questões.

Porque não me ufano do MDB

Ao contrário do célebre Conde Afonso Celso, que se ufava das grandezas da pátria brasileira, as esquerdas hoje não têm porque delirarem com a vitória do MDB e com as possibilidades de atuação no partido. Sua tarefa é, enfrentando a direção partidária buscarem um lugar próprio dentro desta frente emedebista preparando o caminho para a intervenção autônoma dos trabalhadores na luta contra o regime e suas bases de sustentação.

João Antonio de Paula

As últimas eleições vieram confirmar a popularidade do MDB, a sua hoje, grande penetração junto à massa, a transformação de sua sigla inossa e desacreditada em canal da expressão do voto oposicionista, em partido de oposição com grande apelo popular: e isso é um problema.

Para a oposição consequente esta popularidade alcançada pelo MDB só pode ser vista como problemática e o reforço dessa perspectiva, o fortalecimento do MDB, a insistência da ideia de que o MDB é a «nossa casa» — um equívoco.

Sobretudo é tarefa fundamental da esquerda mostrar os limites da oposição emedebista, mostrar que existem oposições e oposições, que a bandeira emedebista é, na verdade, uma camisa de força que nos circunscreve aos limites estreitos de uma oposição burguesa, a um partido cuja direção tem sempre os braços abertos para a conciliação, a manipulação, as manobras de cúpula. Aos socialistas, a popularidade alcançada pelo MDB deve preocupar, porque ela significa manter a ilusão parlamentarista, porque ela significa a consolidação de um partido burguês e da sua influência sobre as massas.

Como não comemorar vitórias

A vitória do MDB em 1974 surpreendeu a todos, ao MDB principalmente, que sem ter feito por merecer, recebeu uma votação maciça.

A reação da liderança emedebista foi de medo e subserviência. Franco Montoro, declara que a vitória devia ser creditada a Geisel pela permissão da campanha pela televisão, pelo clima «democrático» da campanha. Diz mais, que a vitória do MDB não era vitória da contestação, mas da oposição, e abre os braços generosos para a conciliação.

Enquanto isso, representantes do grupo autêntico propõe suas armas submergindo num silêncio constrangedor, que significava a demonstração do bom comportamento exigido para pleitear a governança de alguns estados. Esse silêncio, essa acomodação, duram até o pacote de abril que destruiu os sonhos de alguns emedebistas em se elegerem governadores. A partir daí, de novo as armas desensarilhadas, as escaramuças que garantirão futuros votos.

Apesar de todo o trites papel do MDB a votação em 1976 e em 78 será copiosa.

O voto no MDB, na verdade, era um voto contra o governo. A existência de dois partidos, um criado para ser oposição, transformou o MDB em canal da expressão da insatisfação popular, do repúdio à ditadura.

Não se votava no MDB pelo seu programa, pela combatividade do conjunto de seus membros, pela sua coerência. Votava-se no MDB, apesar do MDB, votava-se contra o governo, plebiscitariamente.

Assim, a partir de 1974, o MDB passou a ser máquina eleitoral poderosa ameaçando a cada eleição votos que lhe foram dados apenas porque é único partido de oposição.

Passada a tempestade avassaladora do voto nulo, redescobriu-se que apesar de todos os seus limites naturais e particularmente os limites do parlamento sob uma ditadura, ainda assim a luta parlamentar poderia ter sentido, como caixa de ressonância das lutas populares, como foro de denúncia, como o instrumento auxiliar da luta popular.

É da percepção deste papel que o parlamento pode exercer, que nas últimas eleições parlamentares surgiram vários candidatos em todo o País com programas e posturas que coloca a necessidade da luta intransigente contra a ditadura, pelas liberdades democráticas, a partir de propostas em que as bases tivessem efetivo controle das campanhas e do mandato parlamentar.

Do voto nulo à Mosca Azul do Parlamentarismo

A mudança de perspectiva que alguns setores oposicionistas passaram

a ter com relação à participação parlamentar é certamente positiva.

Entretanto, como se de repente a mosca azul (?) do parlamentarismo tivesse inoculado-lhes seu doce veneno, estes setores passaram a uma desabrida defesa do MDB, a um descabelado e frenético emedebismo que acusa todos os que propõem a criação de partidos efetivamente comprometidos com os interesses históricos dos trabalhadores, como «entregadores do ouro aos bandidos».

É verdade que ao governo interessa a eliminação do bipartidarismo. Mais que isso, lhe interessa o enfraquecimento da oposição parlamentar.

Mas não é verdade que a existência de um partido de oposição que se coloca numa perspectiva anti-burguesa, anti-capitalista, e que lute intransigentemente contra a ditadura, vá enfraquecer a oposição.

A possibilidade de coalizões, de blocos parlamentares de alianças, se coloca sempre que o objetivo for o desgaste do governo, da ditadura, toda vez que o interesse dos setores oprimidos da sociedade assim o exigir.

Existem algumas propostas oriundas de setores da oposição que merecem ser discutidas porque defensoras intransigentes da permanência do MDB: uma primeira é absolutamente contrária à divisão do MDB «porque não se muda time que está ganhando». Essa posição defendida em mais de um artigo pelo jornalista Tibério Canuto neste Semanário, tem como principal argumento a mudança de qualidade que a política do MDB sofreria com a presença da oposição consequente. Ou seja, a presença, a ação da oposição consequente no MDB impediria ou refrearia em muito a política vacilante e cupulista do MDB.

Uma outra posição ainda mais problemática é a defendida por Alberto Goldman, deputado federal pelo MDB-SP, que considera o MDB (?) partido da oposição, sendo inclusive contrário à formação de tendências no seu interior, já que «cada um é cada um no MDB».

Uma terceira posição propõe o expurgo dos adesistas, o enfraquecimento dos liberais e a transformação do MDB num partido popular. Essa posição é defendida em artigos recentes do vereador pelo MDB-RJ, Antonio Carlos Carvalho, também neste jornal.

A primeira proposta é inteiramente incapaz de responder às questões que a conjuntura coloca para o avanço do movimento de massas, para a luta que os socialistas devem travar para que a hegemonia da luta anti-ditadura seja exercida pela classe operária e seus aliados.

A segunda proposta padece de um reboquiamento delirante, vê o MDB como a personificação do partido oposicionista justo, intocável.

A terceira posição é alquimista, propõe transformar a água em vinho, um partido burguês em partido «popular». Todos não respondem às tarefas que se colocam para os que lutam pela transformação da sociedade, pelo socialismo.

A estes cabe participar da luta pelas liberdades democráticas sim, cabe lutar intransigentemente contra o regime, sim, que continua sendo a luta principal hoje. Mas fundamentalmente cabe-nos preparar as condições para que a derrubada do regime seja favorável aos interesses dos trabalhadores, ou seja, colocar ao lado das questões democráticas as questões que ultrapassam os limites da ordem burguesa, demonstrando que do ponto de vista dos trabalhadores a democracia vai além do simples reordenamento jurídico da sociedade, da simples revogação dos atos e leis de exceção.

Para os trabalhadores a questão da democracia é também a conquista do direito de greve, das comissões de fábrica, da autonomia e liberdade sindical, do fim do regime de trabalho excessivo e exaustivo que impede a participação política e a organização dos trabalhadores; o fortalecimento de todas as formas de organismos de trabalhadores do campo e da cidade; o fim do aparato repressivo policial-militar. Significa também uma reforma

agrária radical que distribua a terra entre aqueles que nela trabalham, que estimule as formas cooperativas de produção; a luta pela estatização com controle popular do grande capital nacional e estrangeiro.

Um equívoco presente nas propostas de manutenção do MDB comentadas anteriormente é que elas superestimam o papel do parlamento, não qualificam o papel secundário que este tem na luta pela transformação social.

Isto implica em acreditarem que a construção de um partido de massas possa se dar pelos acertos e expurgos que se façam entre os parlamentares emedebistas.

O esforço de constituição de um movimento socialista legal deve passar pela organização de núcleos de base, pela inserção destes comitês nas lutas concretas da população, pela demonstração de que a solução destes problemas específicos, transporte, água, luz, saúde, saneamento, etc. se encontra fora dos marcos do capitalismo, de que a questão do socialismo é presente e irreversível.

Nesta perspectiva, o parlamento é instrumento auxiliar, é caixa de ressonância das lutas da população, é foro de debates e denúncia do caráter de classe da administração pública, de seus equívocos e desmandos, é tribuna da propaganda socialista.

Uma tendência socialista no MDB

Existem vários problemas para a constituição de um movimento socialista seja pelas dificuldades colocadas pela legislação partidária existente, seja pela sedução que o MDB hoje exerce em vários setores da oposição.

Parecem precárias as possibilidades de se lançar este movimento enquanto partido. Entretanto estas dificuldades não podem impedir que tenhamos uma expressão socialista legal, que intervenhamos nesta conjuntura introduzindo a perspectiva socialista no debate político nacional, para que possamos organizar os comitês de base e as lutas na perspectiva socialista.

Aos socialistas coloca-se, então, como uma necessidade essencial, manter sua identidade e fisionomia político-ideológica.

Considerando a principalidade desta questão e a impossibilidade de uma articulação partidária própria nesse momento, coloca-se a continuidade da atuação no MDB, tendo como perspectiva a construção de uma tendência socialista, com estrutura organizativa democrática, que garanta o controle das bases sobre a direção, que garanta o direito de fração interna à tendência e que tenha um programa claramente definido pela socialização dos meios de produção.

A participação aí, no MDB deve buscar consolidar a perspectiva socialista participando de diretórios municipais e de bairros elaborando publicações próprias, participando de organismos como IEPES, Setor Jovem, Setor Trabalhista, etc.

A experiência da Tendência Socialista no MDB gaúcho deve servir como referência para a discussão.

O que deve ficar claro, ser explicado convenientemente, é que a entrada no MDB não é senão por um problema circunstancial, a necessidade de se ter expressão partidária legal, que no momento só se apresenta a partir da legenda do MDB. Que não teremos qualquer compromisso com a direção do partido, com sua cúpula, com sua política. Que não nos sentimos em casa no MDB, que nosso objetivo é a constituição de um partido socialista.

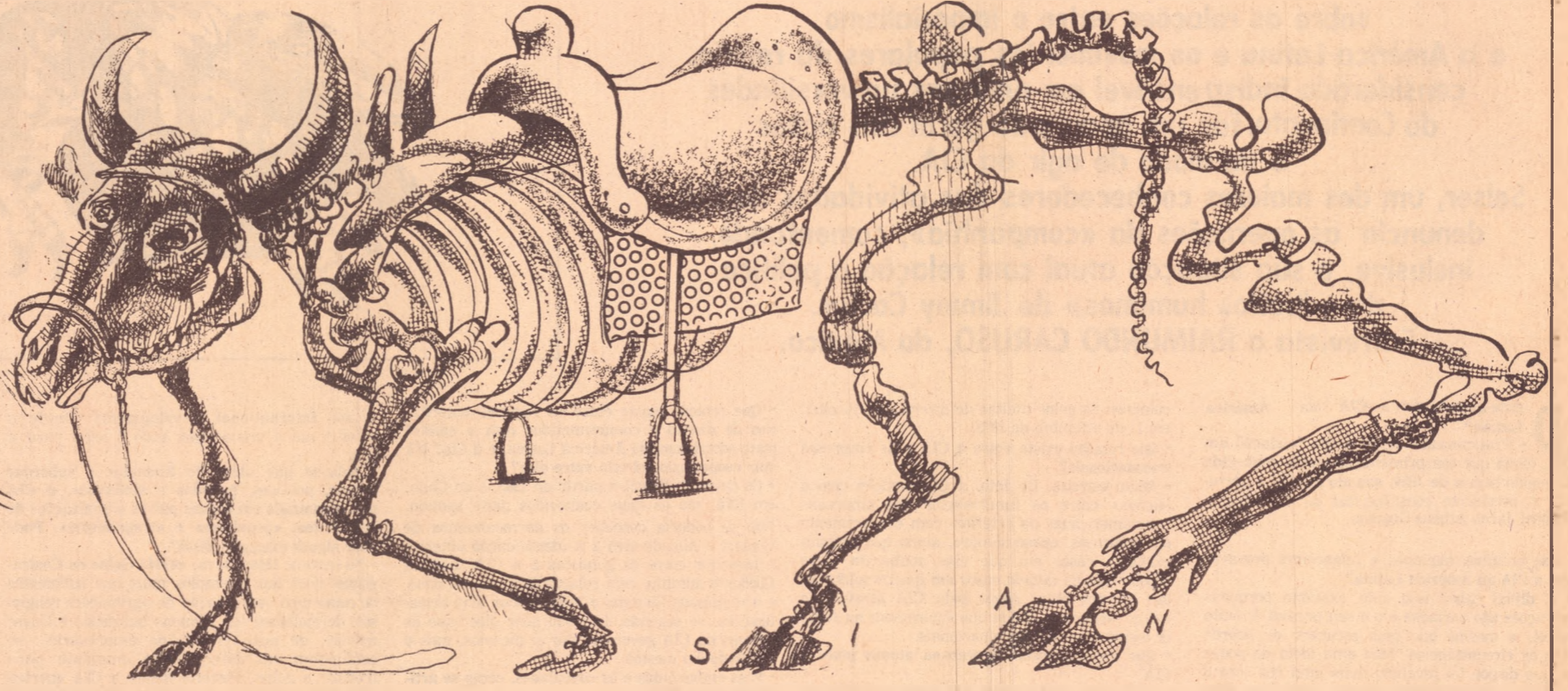
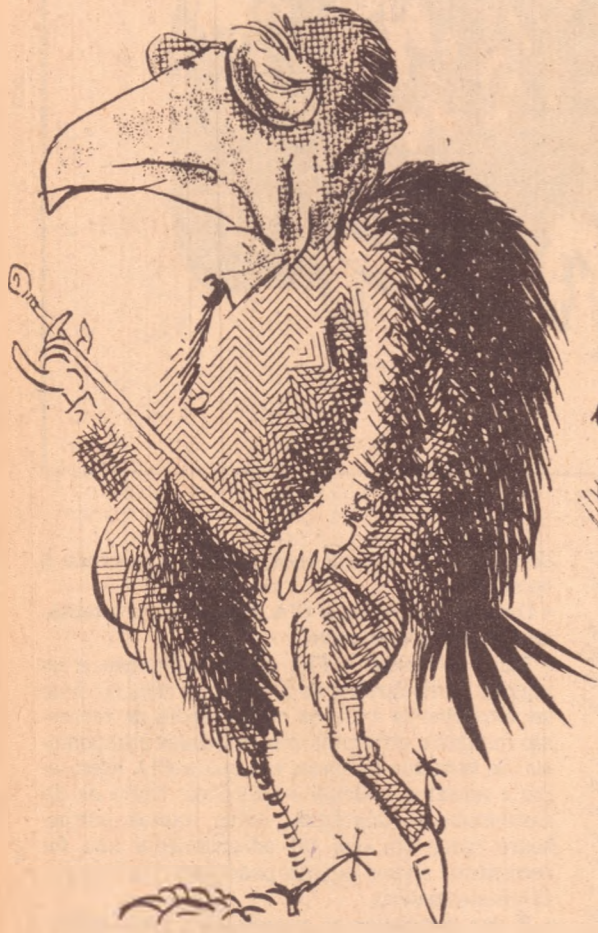
Definir uma linha política independente e autônoma dentro do MDB, criticar sua política vacilante e sua direção, não implica em desconhecer a necessidade de encaminharmos lutas comuns, alianças e acordos na luta contra a ditadura.

O que está presente nesta proposta é a necessidade de que a hegemonia da luta contra a ditadura seja das classes operárias, que a luta contra a ditadura seja também a preparação para a transformação social, que a derrubada da ditadura se faça contemplando os interesses históricos da classe operária, que para nós passa também pela construção de um partido socialista legal.

Crise econômica: a catástrofe não veio.

A política no sentido estrito dominou o cenário em 1978, ano em que o panorama econômico não apresentou nenhuma alteração profunda com relação aos anteriores, no que toca ao agravamento da crise que se desenvolve desde 1973.

Carlos Silveira



Tudo leva a crer que este ano de 1978 não apresentou nenhuma alteração profunda no panorama econômico em relação aos anos anteriores. E mais um ano de agravamento da crise cíclica que se gesta desde 1973 sem que, no entanto, nem a catástrofe se abata e nem que medidas sérias e radicais por parte do governo se instituam.

A vacilação entre drásticas medidas contencionistas dos meios de pagamentos e do crédito e as necessidades de manter um certo crescimento e atender as exigências da especulação financeira — da qual participam não só os intermediários financeiros, mas as empresas produtivas também, públicas e privadas — tem sido a «personalidade» da política econômica nos últimos anos pelo menos. O «pacotão» de novembro, em verdade nada significou de novo, já que medidas semelhantes são tomadas quase todo fim de ano visando manter, a la Delfim, as estatísticas a nível politicamente aceitável. O que há de novo é apenas uma promessa de futuras e decisivas medidas, mas esta mudança de expectativas se deve mais à própria consciência do agravamento da crise que devido aquelas medidas por si mesmas.

Na realidade, 1978 foi um ano em que a política, no sentido estrito, dominou o cenário. Eleições, o fim da censura prévia aos jornais, a discussão sobre novos partidos, a difícil escolha e glória tentativa de popularização do novo presidente, predominaram no noticiário. Discussões sobre o controle dos meios de pagamentos, a dívida externa, o open market. E, acima de tudo, o retorno das mobilizações operárias e greves, em torno é claro de uma reivindicação salarial mas cujo contexto e consequência são absolutamente políticas superando na prática a legislação trabalhista e a lei de greve. Há algo mais no ar que aviões de carreira quando Delfim Neto declara que a inflação é um problema político. Em seus áureos tempos era uma questão de habilidade técnica, provavelmente em manipular índices!

Incertezas

Entretanto não se deve esquecer que, se essa sobredeterminação política do momento atual encontra respaldo na crescente e independente mobilização popular, ela tem raízes no próprio fim do «milagre» a partir de 73, ou seja, na crise econômica. É preciso cuidado, entretanto, por crise não entendemos nada catastrófico como a estagnação, mas antes, o caráter de «fazer valer a unidade das fases do processo de produção que se tornaram autônomas», isto é, como um momento de redefinições, reorientações e incertezas que se revelam numa queda do ritmo de acumulação de capital. Assim, nada impede que, embora entendamos a conjuntura a partir de 1973 como crítica, o produto real não tenha deixado de crescer todos esses anos, principalmente nos anos intermitentes de 1974, 1976 e este ano.

Outros indicadores, entretanto, apontam para a crise, como a inflação crescente e a queda na taxa de investimento privado (uma pobre medida da taxa de acumulação). As incertezas refletem-se plenamente aí: os capitalistas passam a preferir o jogo especulativo-financeiro, às inversões produtivas e o Estado o garante através de um duplo proceder: de um lado emite meios de

pagamento que garantem a ampliação do crédito e, de outro, emite títulos da dívida pública que garantem altos rendimentos — estabelecendo na prática um patamar mínimo de aplicação financeira — a quem os compra. Por causa de sua alta liquidez — são quase dinheiro nas operações comerciais e bancárias — eles não contribuem para reduzir a quantidade de dinheiro da praça legitimando a inflação crescente, ou seja, pode-se elevar os preços que não será a escassez de dinheiro que impedirá a troca das mercadorias produzidas por dinheiro, sua realização. Mantém-se a produção, mas elevam-se os preços.

As redefinições e reorientações por parte do governo são reveladas, não somente no ensaio do «pacotão» de novembro em controlar os investimentos estatais em vigiar e estreitar os empréstimos externos, em reduzir o crédito interno e limitar o jogo da dívida pública, mas também na própria estratégia política de «abertura lenta e gradual». Paralelamente, são esboçadas atitudes mais amplas de redefinição do próprio modelo econômico, em função de uma reorientação dos gastos e investimentos públicos em infraestrutura urbana e bens de salário, de uma desconcentração da renda e alteração da forma da vinculação externa do país.

O Estado e a crise

Que crise é esta, afinal, da qual esboçamos algumas de suas características mais acima? Na verdade ela tem suas raízes no próprio processo de acumulação de capital a ritmo vertiginoso dos anos 1967/1973, particularmente nos últimos anos do período quando as taxas de acumulação foram altíssimas. Produziu-se com isso uma sobreacumulação, isto é, um excesso de inversões em capital fixo, excesso que se verifica diante da incapacidade da economia continuar crescendo ao mesmo ritmo anterior, o que gera capacidade produtiva ociosa e, portanto, o desestímulo a novas inversões e passa-se a preferir as aplicações financeiras. Esta crise de superacumulação não é nenhuma novidade no capitalismo, o que complica as coisas é a influência de dois outros fatores, evidentemente intimamente interligados e em os quais não se pode entender a própria forma da crise: O Estado e as relações com o exterior.

As funções do Estado num capitalismo controlado pelos grandes oligopólios como o nosso, extrapolam tanto a atuação como órgão jurídico-repressivo como a simples regulação do ciclo, para tornar-se um elemento fundamental na própria direção do processo de acumulação de capital ao atuar como elemento produtivo isto é, produz um excedente que entra no circuito do capital) e agir como intermediário financeiro redistribuindo o excedente geral (por exemplo, através dos créditos subsidiados. Daí poder adiar a queda abrupta da produção através da manutenção de seus próprios investimentos e gastos, e sustentar a «ciranda financeira» por um tempo razoavelmente longo sendo, a um só tempo, um elemento de sustentação e agravamento das condições de acumulação de capital.

Por outro lado, o quadro da dependência externa cria outros condicionantes à vida econômica do país que a crise do petróleo em 1973 vem apenas agravar. Há a tremenda dependência

tecnológica e estrutural, reposta e ampliada nos anos do milagre, que consiste na localização do que seria o nosso departamento produtor de bens de capital nos grandes centros capitalistas. De outra parte, e interligada à anterior, há a dependência financeira que se reflete na crescente dívida externa e que, exige permanentemente tanto o incremento a qualquer preço das exportações quanto a contratação de novas dívidas para saldar as amortizações, juros e lucros dos empréstimos e investimentos estrangeiros anteriores. E, se somarmos a necessidade de importar trigo, petróleo e outras matérias-primas resulta que o país encontra-se sobre uma tremenda pressão (crescente) para criar meios de pagamentos internacionais. Até agora, isto tem sido possível graças em grande parte aos volumosos empréstimos externos que vêm à procura de nossas altas taxas de juros. Mas ao alimentar o jogo especulativo e dele necessitar impõe que qualquer medida de contenção da dívida externa ou da dívida interna tenha reflexos imediatos na outra.

Rumos em 79

O que se pode esperar então para o próximo ano? Insistir-se-á nas medidas parciais de inspiração monetarista permitindo o agravamento ainda maior da inflação e das perturbações do cálculo econômico, das lutas salariais e das disputas redistributivas que aquele agravamento provoca? Ou procurar-se-á mudar o modelo em uma direção redistributiva apoiado nas inversões do Estado e na substituição da importação de bens de capital, nos aumentos salariais e contenção da dívida externa e interna, programa cuja base social dentro da estrutura do poder é no mínimo de duvidosa capacidade articuladora? Ou estabelecer-se-á a recessão através de uma violenta contenção dos investimentos e gastos estatais e compressão monetária e creditícia, como nos idos de 1964 com Roberto Campos, lembrando que na época mesmo os empresários prejudicados com aquela política econômica apoiavam o governo quanto ao tratamento excludente do «outro» pólo do capital, o trabalho?

Reaparece aqui a sobredeterminação política do momento atual. A crise é clara e dela se está consciente, a escolha do caminho a ser adotado pelo capital e pelo Estado, dependerá agora da articulação dos diversos interesses específicos em torno do Estado (uns setores pedindo indiretamente a ampliação do seu papel na economia, outros pedindo o inverso), das relações externas (uns setores pedindo ampliação do sistema protecionista até os bens de capital, outros não), do papel da dívida interna (uns pedindo o fim da «ciranda financeira», outros não) e demais temas, restando ainda, como fundamental a relação do capital em geral e do Estado com o trabalho (a favor ou contra as negociações diretas). Correndo ainda por fora mas já com algum peso estão os representantes populares e a crescente organização trabalhadora que desta vez não será coíhida no descenso mas no ascenso de sua organização. Estes, entretanto, não têm voz executiva, e, portanto, só poderão influir na política econômica através de sua capacidade de pressão e mobilização em torno de seus interesses.

Mas as vacas magras continuam a rondar.

A herança de Figueiredo não é nada estimulante: uma dívida externa que acaba de ultrapassar a casa dos 40 bilhões de dólares. Enquanto isso, o povo continua com a corda no pescoço: a economia brasileira conseguiu a façanha de aumentar o nível de concentração de renda.

Maurício Borges

O ministro Mario Henrique Simonsen, da Fazenda deu afinal, o seu recado de Natal: o crescimento do produto nacional bruto foi «positivo». Estimado em 5%, este resultado foi penalizado por um ano de vacas magras para a agricultura que apresentou crescimento negativo (-3%), enquanto a indústria cresceu 7,5%. Nada mau para um governo que já começa a encerrar seu expediente, que durante quatro anos cultivou à base de caviar e incentivos a seleta clientela do grande capital, interno e internacional.

Enquanto isso acontecia, as classes e camadas populares se lançaram à luta contra o custo de vida, por melhoria das condições de vida e de trabalho, por aumentos salariais, pela distribuição da terra a quem nela trabalha e pelas liberdades democráticas. A inflação em 78 incumbiu-se de desmentir as previsões governamentais, pois já atingiu a casa dos 40%, podendo encerrar o ano na franja dos 41,6%.

Conversa de governo vai e vem. O fato é que a dívida externa ultrapassou os 40 bilhões de dólares, alimentada por um déficit crônico na balança de serviços (pagamentos de juros, royalties, remessas de lucros, assistência técnica, etc) e pelo saldo negativo na balança comercial, que registra déficit de 800 milhões de dólares. Ou seja, em dinheiro, o país importou mais do que exportou. Novamente o governo vai transferir a culpa para a OPEP. No entanto, dentre as 50 empresas que mais importaram no período de janeiro a setembro de 78, 27 são estrangeiras. O valor exportado por estas 27 empresas no período considerado foi de 650 milhões de dólares, quantia bem inferior às importações de dólares. O déficit da balança comercial dessas empresas chega, portanto, a 480 milhões de dólares, o que corresponde a 70% de déficit da balança comercial do país registrado entre janeiro e setembro (676 milhões de dólares de saldo negativo). Ainda o valor das importações dessas 27 empresas estrangeiras nos nove primeiros meses de 78 corresponde a 38% dos gastos do país em compra de petróleo no exterior nesse mesmo período (3 milhões de dólares).

O fantasma do desemprego

O crescimento industrial de 7,5% correspondeu a um aumento de emprego no setor de apenas 1,6%, índice bem inferior ao crescimento da população (2,8%). Fato que aliado a crise na construção civil e na agricultura vem indicar que o fantasma do desemprego já é uma dura realidade para os trabalhadores brasileiros. A isto se soma o desemprego «político»: os patrões estão organizando uma intersindical patronal para montagem de «listas negras» com os nomes dos operários mais combativos, impedindo-os de trabalhar. Assim, terão o caminho mais aberto para continuarem a realizar a imposição de horas extras, alongando a jornada de trabalho e, com isto, diminuindo sensivelmente a oferta de empregos.

Outro problema consiste no fato de que o crescimento industrial de 7,5% ocorreu simultaneamente a um não crescimento dos investimentos na indústria — tomando o ano de 78 comparado com o de 77 — segundo estimativas da Fundação Getúlio Vargas. Isto quer dizer que ao invés do cálculo do crescimento industrial se basear no desenvolvimento normal da acumula-

ção de capital (isto é, aumento do investimento). O crescimento de 7,5% baseou-se, para efeito de cálculo, num estranho critério: o consumo. Este aumentou, enquanto a maioria do povo brasileiro continua com a «corda no pescoço» devido ao aumento da carestia.

A perpetuação do modelo «milagroso»

Esses resultados refletem-se na evolução da indústria de transformação (cresceu 7,8% de janeiro a outubro). Observada em setores que apresentam desempenhos diferenciados. O carro-chefe do crescimento industrial ainda continuou sendo a indústria de bens de consumo duráveis, seguida pela indústria de bens de consumo não duráveis, bens de capital e bens intermediários, segundo dados recentes divulgados pelo IBGE.

O crescimento observado em cada gênero industrial atesta uma expansão bastante superior dos gêneros ligados ao consumo de luxo (automóveis e quase todos os bens de consumo duráveis) em detrimento da produção de bens de consumo popular (essenciais). Isto aliado ao menor crescimento da indústria de bens de capital (máquinas e equipamentos) e intermediários (insumos) vem atestar que longe de estar produzindo a tão badalada «reciclagem» prometida no II PND (desenvolvimento da indústria de base), a economia brasileira tem preservado intacta a estrutura industrial que foi ao mesmo tempo a sustentação do «milagre» e o seu calcanhar de aquiles.

Além disso, a economia brasileira conseguiu a façanha de aumentar o nível de concentração de renda, uma vez que o baixo crescimento da indústria de bens essenciais de consumo contrasta com o elevado nível de consumo de luxo.

O problema sem solução

Na realidade, a raiz das dificuldades da economia brasileira encontra-se num mal congênito que afeta a todas as economias capitalistas e periféricas em geral: o problema do financiamento da acumulação. Em outras palavras: trata-se de saber como é possível numa economia dependente financiar a expansão dos setores industriais dinâmicos, carros-chefe de seu desenvolvimento.

O capitalismo brasileiro tem respondido assim: explora ao máximo o setor atrasado da economia (os trabalhadores rurais) até um ponto em que seu enfraquecimento e empobrecimento reduzem-lhe a importância como financiador da acumulação, e, em segundo lugar, impôs aos operários urbanos o ônus de financiador da acumulação até atingir os níveis atuais de superexploração do trabalho.

No Estado, a política de subsídios ao capital encontrou várias formas de realização: emissão de dinheiro pura e simples, seja pela prática de truques financeiros que resultaram sempre uma retomada do surto inflacionário. Sob este aspecto, a crise atual não passa de uma reedição de crises anteriores, como a de 1964, cuja característica principal — o processo inflacionário — resultou na tentativa da burguesia, através do Estado, transferir para os trabalhadores e as classes médias o ônus do financiamento da acumulação. A consequência maior disto é o acirra-

mento da luta política entre as classes sociais.

A tentativa mais notável de solução do problema foi o II PND, que na verdade, não passou de mais uma abstração dos tecnocratas. Assim, a indústria de bens de capital, teoricamente o carro-chefe da reciclagem, anda ruim das pernas, apesar de seu avanço nos anos 70/75, depende hoje das mutretas estatais, seja pelo lado de financiamento, seja pelo da demanda por seus produtos, uma vez que as empresas estatais figuram como seus clientes quase exclusivos.

Compasso de espera

Por outro lado, a maioria dos grandes projetos de insumos básicos anunciados há quatro anos, com estardalhaço, estão em compasso de espera (Albrás, por exemplo) ou num ritmo lento de execução, ou mesmo temporariamente desativados (Carajás).

Da mesma forma, o retumbante projeto ferroviário que é a Ferrovia do Aço, pensada para se tornar a solução para o problema do transporte de carga e como modo de redução do consumo de petróleo, continua fora dos trilhos. Por detrás destas irrealizações governamentais encontra-se o «Mal congênito» (inexistência de recursos financeiros para realização de investimentos de vulto) e a crise internacional do sistema capitalista. Parceiro na maioria desses projetos, o capital internacional tem-se recusado, via de regra, a investir especialmente, naqueles projetos que envolvam exportação, esbarrando portanto na crise e no estreitamento relativo dos mercados internacionais.

Não deu para vender a Petrobrás e pagar a dívida externa. Agora o governo Geisel anda falando em vender a floresta amazônica a preços de banana, isto sem considerar o irremediável desastre ecológico que a medida acarretaria. Figueiredo promete: a prioridade será para o setor agrícola.

Porque, para aumentar as exportações de produtos agrícolas visando reduzir o déficit na balança comercial e de serviços, e aumentar a oferta dos gêneros de primeira necessidade, o que acarretaria a redução do preço da comida.

Figueiredo poderá criar uma, duas, três, muitas «jaris» nas regiões virgens ou de ocupação da fronteira agrícola. Mas o aumento das exportações esbarra na presente crise internacional, Por seu turno, a promessa de mesa farta e barata esbarra no problema do financiamento e na estrutura fundiária. De resto, Figueiredo pode ter razão desde que do seu ponto de vista a mesa farta seja para gosto bovino, com expansão especulativa do mercado da terra e das pastagens, e para o refestelamento da multinacionais e do capital financeiro, que tem nadado de braçada nos incentivos fiscais e na compra de quintais de especulação dentro do território nacional.

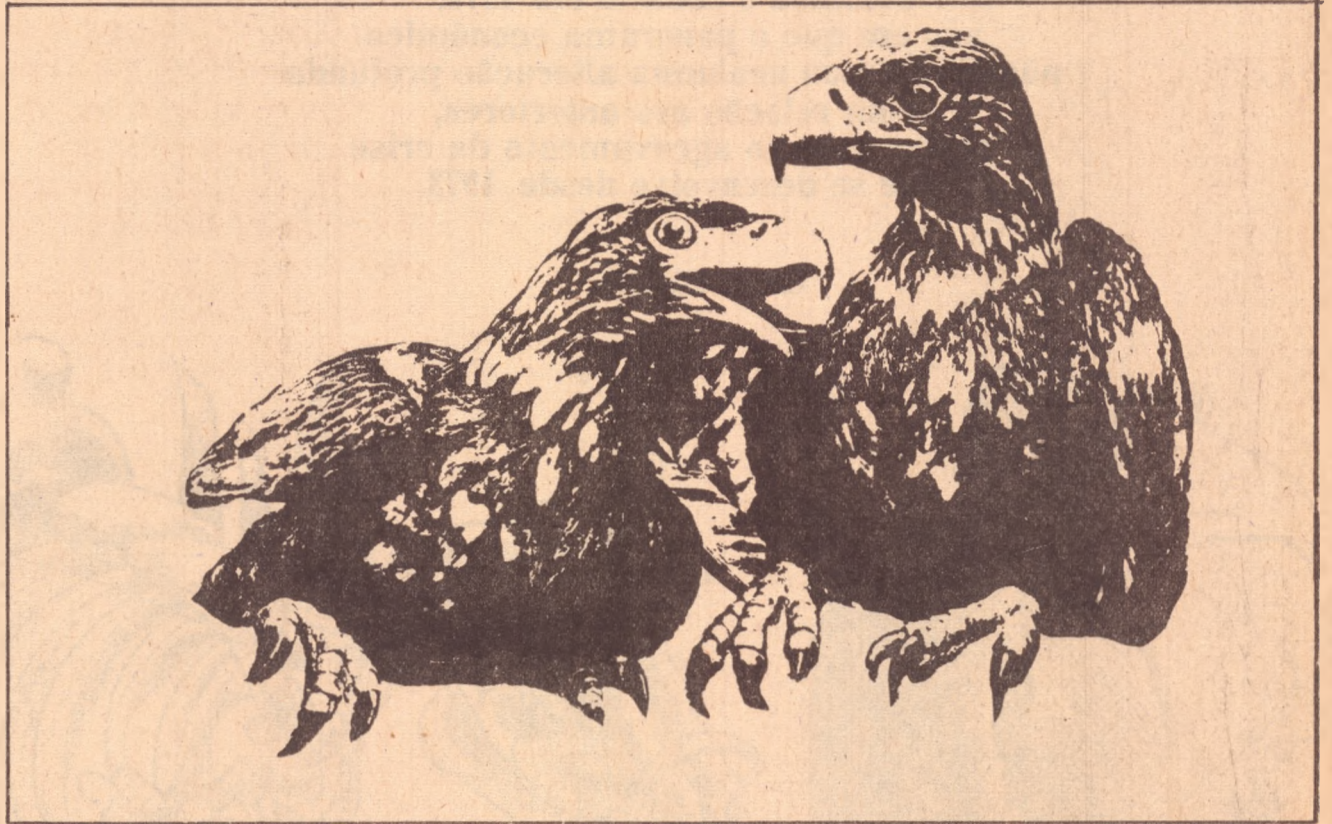
O nível corrente de modernização existente na agricultura tem sido garantido a duras penas por uma política de financiamento inflacionária, cuja contenção implica em crises como a que vive atualmente a indústria de tratores (redução de 15% na produção em 78).

Provavelmente Figueiredo gostaria ainda mais do cheiro de boi do que cheiro de cavalo.

Criada em 1947 como órgão executivo de contra-espionagem - contra-espionagem? - dos Estados Unidos, a CIA vem atuando em todo o mundo a favor dos interesses políticos e econômicos das transnacionais e contra todos os governos que desenvolvem políticas progressistas e populares na América Latina, África e Ásia. Em suas atividades a CIA, tem sido responsabilizada por golpes de Estado, assassinatos e corrupção de políticos, sindicalistas, donos de jornais, jornalistas e outros profissionais, principalmente na América do Sul. Nesta segunda entrevista concedida ao EM TEMPO, a primeira foi publicada no nº 34, Gregorio Selser, um jornalista argentino de 56 anos, atualmente exilado no México, autor de 24 livros, sobre as relações entre o imperialismo e a América Latina e os movimentos populares da região, considerado indispensável em diversas universidades do Continente, faz um apanhado geral das ações e do modo de agir da CIA.

Selser, um dos maiores conhecedores das atividades da CIA, denuncia as operações da «companhia», comentando, inclusive, a sua situação atual com relação à política de «direitos humanos» de Jimmy Carter. Entrevista a RAIMUNDO CARUSO, do México.

Como a CIA age na América Latina



Desde quando atua a CIA na América Latina?
• Praticamente desde a sua fundação em 1947, ainda que sua primeira operação conhecida na região seja a de 1954, quando ajudou a derrubar o presidente constitucional de Guatemala, Coronel Jacob Arbenz Guzmán.

• Que recursos humanos e financeiros prováveis tem a CIA na América Latina?
• É difícil saber isso com exatidão porque as operações são variadas e o seu pessoal é muito móvel, o mesmo que seus recursos, de acordo com as circunstâncias. Mas uma idéia do poder de que dispõe foi revelado mais uma vez com o recente descobrimento de que uma das suas «fichas» no Chile de Salvador Allende, era quem hoje ocupa o cargo de ministro das Relações Exteriores, Hernán Cubillos.

• Quais as principais ações que a CIA desenvolveu na América Latina?

• 1º) Derrubada de Jacob Arbenz na Guatemala (em 1954); 2º) derrubada de Ramón Villeda Morales (Honduras, 1963); 3º) derrubada de Juan Bosch (República Dominicana, 1963); 4º) operações de bombardeiros clandestinos e incêndios aéreos de canaviais em Cuba (1960-1961); 5º) participação, junto do FBI e do Departamento de Estado americano, na derrubada de João Goulart (Brasil, 1964); 6º) participação junto às Forças Armadas dos Estados Unidos, na invasão da República Dominicana (abril-maio-junho de 1965); 7º) financiamento da campanha eleitoral de Eduardo Frei (Chile, 1964) contra Allende; 8º) financiamento da campanha eleitoral de Alessandri (Chile, 1970) contra Allende e, em consequência, a execução dos planos «TRACK I» e «TRACK II» de desestabilização de Allende, que

culminou no golpe militar de direita de Pinochet, em 11 de setembro de 1973.

• Que relação existe entre a CIA e as empresas transnacionais?

• Muito estreita. De fato, a CIA sempre coloca «fichas» entre os funcionários das empresas norte-americanas no exterior, com conhecimento das empresas, quase sempre, ainda que tenham existido casos em que elas souberam disso depois. Não há faltado casos em que os soldados de tais agentes eram pagos pela CIA através de contas especiais, ainda que figurassem na folha de pagamentos das transnacionais.

• Que transnacionais atuaram ou atuam junto à CIA?

• Ainda que, obviamente, não haja maneiras de comprová-lo, salvo em casos muito conhecidos (ITT, Kennecott, Lockheed, etc.) de fato não existe empresa transnacional com operações no exterior que não tenha vínculos com a CIA, ainda que seja de caráter meramente informativo. Há troca mútua de informações, sobre tudo nos campos sensíveis como o do petróleo, tráfico de armamentos e provisão de matérias primas de alta prioridade.

• Que doutrina orienta a ação da CIA na América Latina?

• A doutrina da «segurança nacional» dos Estados Unidos, que é tão elástica quanto os interesses que respalda. Como tais interesses compreendem a todos os países do mundo industrial desenvolvido e do mundo subdesenvolvido, a «segurança nacional» dos Estados Unidos abarca efetivamente todo o mundo, incluindo a área socialista, ainda que seja para interferir em seus progressos ou impedi-los. Associada logicamente a essa doutrina, figuram o anticomunismo, antissocialismo e em geral o antiterceirmundismo.

• Que relação existe entre os regimes autoritários de direita e comprometidos com o capital norte-americano, da América Latina, e a Cia? Há uma cooperação estreita entre eles?

• Os casos do Brasil a partir de 1963, e do Chile, em 1970, são os mais conhecidos neste sentido. Não se poderia conceber os derrocamentos de Goulart e Allende sem a identificação anterior e posterior entre os golpistas e a CIA. Lincoln Gordon o admitiu, com relação ao primeiro caso, e a «comissão Church» o provou com suas investigações, no segundo. Isto não quer dizer que os homens da CIA governem por si mesmos, mas o resultado é o mesmo.

• E as embaixadas e os consulados, como se articulam com a CIA?

• Não há representação diplomática dos Estados Unidos no estrangeiro que não tenha entre seus funcionários pelo menos um agente da CIA que opere em tal função com o conhecimento do embaixador. Além disso, em todo país funciona uma «estação» da CIA com um chefe a cargo dela, independente da jurisdição e até do conhecimento da respectiva embaixada, como o demonstra claramente o livro de Philip Agee, *Inside the Company*.

A infiltração

• De que maneira se infiltra a CIA nos sindicatos e movimentos de trabalhadores?

• Da mesma maneira que em qualquer outro ramo da atividade humana colocando «fichas» na base e até na cúpula, subornando aos dirigentes para que produzam greves ou para que as impeçam forçando a aprovação de declarações a favor das «democracias» ou contra os «totalitarismos» socialistas, oferecendo bolsas de estudo através da ISDSL para cursos em *Front Royal* e, sobre tudo, através de subsídios ou empréstimos a sindicatos «seguros», mediante a A.I.D. (Agen-

cy for International Development). Desde o suborno até a provocação, tudo é legal para a CIA.

• Sabe-se que além de financiar e subornar jornais, políticos, partidos e sindicatos, a CIA tem organizado em alguns países organizações de «esquerdas», «populares» e «trabalhistas». Pode citar alguns exemplos disso?

• No livro de Hélio Silva, «1954: Golpe ou Contra-golpe» você tem exemplos mais que suficientes de como uma coordenação de agrupamentos religiosos, de mulheres (da pequena burguesia e classe média), de ação cívica, de empresários, se confundem em determinado momento para produzir o golpe. Posteriormente a CIA aperfeiçoou seus métodos e no Chile se deu ao luxo de dominar tanto organizações ou partidos de direita como «Pátria e Liberdade», como a V.O.P. (Vanguarda Obreira Proletária), que assassinou estupidamente o ex-ministro Edmundo Pérez Zujovic, conseguindo separar assim a Democracia Cristã da Unidade Popular de Allende. Foi um golpe de mestre da CIA.

CIA e «Direitos»

• Existe alguma relação entre a CIA e a campanha de «direitos humanos»?

• Não estou em condições de saber, ainda que já exista bastante indícios de que esta campanha coincide pelo menos com os objetivos da Comissão Trilateral (espécie de organização dos principais monopólios econômicos do Japão, Europa e Estados Unidos). Agora, cabe prevenir-se tanto contra uma cerrada oposição a tudo que faça Carter a favor dos direitos humanos, como contra uma aprovação tácita e acrítica. Há casos e casos e o que se deve mostrar é quando um caso é apenas mera propaganda para deteriorar a imagem dos países socialistas, e quando é um sincero desejo de impedir que regimes como os

de Pinochet e Somoza continuem massacrando a oposição.

• Como se articulam a CIA e os regimes totalitários do sul do continente?

• Mais que entre a CIA como instituição e os regimes como farmas de governo, a relação deve ser estabelecida entre as organizações de repressão militares, paramilitares, policiais e parapoliciais. Se bem que há casos em que a CIA assessorou e adrestrou polícias e exércitos, como os da Guatemala e Nicarágua, entre muitos outros, houve casos em que tal adrestramento não foi necessário: alguns regimes poderiam dar lições à CIA nesta matéria.

• Já que mencionou as organizações «paramilitares» e «parapoliciais», quais seriam as ligações entre o Pentágono e a CIA?

• A contra-espionagem do Pentágono se exerce através da «Defense Intelligence Agency» (DIA), que é muitas vezes superior em funcionários e orçamento à CIA. A esta última lhe tocou aparecer mais à opinião pública nos últimos anos porque realizou os trabalhos mais «sujeitos». Mas a D.I.A. que aparece menos comprometida e mais «limpa», tem mais afetividade operativa porque seus agentes operam como agregados militares em todas as embaixadas ou então subordinados a cada missão militar dos Estados Unidos no Exterior. No golpe contra Allende, por exemplo, foi muito mais decisiva a ação da D.I.A. para empurrar as forças armadas para dar o golpe, que a da CIA, que estava permanentemente sob vigilância. A D.I.A. tem acesso ao material que produz a CIA, mas a CIA não tem acesso ao material que produz a D.I.A., a CIA trabalha com elementos civis, a D.I.A. se move no campo militar, muito mais «seguro» para guardar segredos e manejar decisões, sobre tudo na América Latina.

Três décadas de dominação

A participação dos Estados Unidos na guerra de independência de Cuba, em 1898, pode ser considerada como o início da intervenção ostensiva norte-americana na América Latina. Este primeiro episódio aparece muitas vezes colorido com matizes progressistas ou liberais já que os americanos endossam uma causa «nobre» contra a Espanha, país colonizador.

No entanto, quando conhecemos os resultados de sua participação, a posse de Porto Rico e a imediata dominação econômica de Cuba — o oportunismo americano surge com todo vigor aos nossos olhos. Os EUA foram os responsáveis até mesmo por uma emenda à Constituição cubana, a «emenda Platt», que impunha restrições às relações de Cuba com governos estrangeiros, limitava suas possibilidades de contrair «dívidas», concedia postos de abastecimento para a Marinha americana (Guantánamo) e proclamava o direito dos EUA de interferir nos negócios cubanos para «proteger vida e a propriedade de americanos».

O avanço norte-americano, algumas vezes, é pensado unilateralmente, deixando-se de lado o entendimento do imperialismo como fenômeno em escala mundial. Recordemo-nos que na segunda metade do século XIX, as potências européias partilham a África e a Ásia. Os EUA, ausentes desse arranjo, voltam-se «naturalmente» para as regiões ao sul do Rio Grande e a América Latina surge como a presa mais fácil e mais segura para a potência do norte.

Do ponto de vista ideológico, a Europa justificava sua dominação com a famosa afirmação de que estava contribuindo para a «evolução desses povos», para os quais levava as luzes da «civilização branca ocidental», oferecendo-se como «tuteladora» daqueles sem capacidade suficiente para se autogerir. Os EUA, nessa primeira fase, são bem menos sutis, talvez porque ficassem difícil utilizar a mesma justificativa para uma região que já havia recebido as «bênçãos» da civilização ocidental desde o século XVI. Assim é que o velho Teodoro Roosevelt não se perturba ao apresentar sua política como a do big stick (porrete). Este mesmo presidente esclarece sua perspectiva a respeito da América Latina, em 1902, por ocasião do assim chamado conflito venezuelano. A Venezuela estava endividada de forma insolúvel, seus principais credores, Inglaterra e Alemanha, decidem tomar uma atitude e, com a adesão da Itália, bloqueiam os portos venezuelanos. Roosevelt, que a princípio concordava com a intervenção, muda de opinião, coloca-se como árbitro da questão e anuncia o depois conhecido «colarinho Roosevelt» à «doutrina de Monroe» no



Quais as origens da dominação imperialista sobre a América Latina? Que interesses estão por trás das constantes intervenções no Continente? Este é um artigo sobre a dominação exercida pelos Estados Unidos até a década de 30.

Em uma caricatura da revista «Puck» (março de 1903), os EUA admoestram a América Latina para que suspenda «as revoluções» e permita a construção do canal.

caso de problemas latino-americanos, como o de dívidas, por exemplo, caberia aos EUA, e somente a eles, intervir para que o impasse chegasse a bom termo. Assumiam, assim, uma atitude nitidamente polícialca com relação à América Latina.

O avanço norte-americano cresce em importância quando da questão do Canal do Panamá. Como é sabido, Ferdinand Lesseps planejou construir, com a devida permissão colombiana, um canal que corresse paralelo a uma já existente estrada de ferro norte-americana que ligava o Atlântico ao Pacífico. Iniciadas as obras da construção do canal, sua companhia acaba indo à falência. Seus credores, reunindo o que restava em matéria de máquinas formam a Nova Companhia do Canal de Panamá que será comprada pelos americanos. Estes pretendiam obter uma faixa de dez milhas de largura de costa a costa, acompanhando o canal; esperavam que tal concessão fosse aprovada pelo congresso colombiano. No entanto, para sua

decepção, o acordo não foi referendado pelo congresso; segue-se um levante liderado pelos membros da Nova Companhia do Canal que proclamam de imediato a independência do Panamá em relação à Colômbia. Os EUA reconhecem novo Estado e o Panamá aprova a concessão perpétua (revogada recentemente) de uma zona de dez milhas entre a capital panamenha e seu principal porto atlântico. Em contra partida, os EUA oferecem um subsídio anual ao novo país garantindo sua independência.

Seria até mesmo cansativo apresentar todas as intervenções americanas nos anos seguintes na América Latina. Tomemos apenas alguns exemplos: em 1906, o pedido do partido liberal cubano, os fuzileiros navais desembarcam em Cuba, alegando a necessidade de defesa da vida e da propriedade americanas. Na Nicarágua, em 1907, os EUA contribuem para derrubar o ditador liberal (?) Zelaya, desde 1912 os marines servem de apoio ao predomínio do partido conservador

tendente a permitir que os EUA tenham uma autorização para a abertura de um canal alternativo do Panamá. Em 1916, a Nicarágua cede uma faixa de seu território para a construção do canal em troca de 3 milhões de dólares utilizáveis no pagamento de suas dívidas externas. Em 1915, os marines desembarcam no Haiti e matam aproximadamente 2.000 negros. Em 1916, o almirante Knapp, a chamado do presidente dominicano desembarca em São Domingos. A Nicarágua ainda será alvo das intervenções armadas na década de 20; em 1924, quando a guarda americana deixa o país, estala a guerra civil, que se desenrolará por vários anos, finalizando com a emboscada preparada por Anastácio Somoza — ligado aos interesses norte-americanos — contra o general Sandino («general de homens livres»), que será assassinado em 1929.

Essa política agressiva dos norte-americanos repercutiu fortemente na A.L., especialmente na América Espanhola, quando reações das mais variadas, desde manifestações que se expressavam através da literatura — lembremo-nos da crítica de um Ruben Dario: «Contra Roosevelt» — até brotarem como sustentáculo de programas de partidos políticos — a proposta antiimperialista de Haya de la Torre na formação do APRA, no Peru.

A política do «big stick» ou do «realismo político», ainda que contestada, foi levada a efeito, com sucesso, pelos norte-americanos, especialmente na América Central e Caribe. E destaca-se que, na medida em que as classes dominantes desses países não têm força suficiente, nem esta proteção ao seu vizinho poderoso, pedindo sua ajuda sempre que vê ameaçada sua dominação política interna. Nessa perspectiva, nos começos do século XX, a América Latina apresenta situações nacionais diversas. De um lado, as já mencionadas nações cujos Estados-Nacionais serão coniventes com o avanço do imperialismo que forma verdadeiros «claves» dentro de seus territórios. Por volta de 1910, o «império da banana» na América Central já é uma realidade. De outro lado, há um segundo grupo de nações — especialmente Brasil, Argentina, México — onde o Estado-Nacional, já consolidado, traduz os interesses de classe dominante estritamente articulados em torno de questões específicas. Nestes, o imperialismo, adiando para uma etapa posterior, mais especificamente no após Segunda Guerra, os investimentos diretos de nações na esfera da produção de mercadorias.

Outra questão interessante deste começo de século desdobra-se em torno das discussões sobre

o pan-americanismo. Desde o fim do século os Estados Unidos estão preocupados com a institucionalização de suas relações com a América Latina. O secretário de Estado norte-americano, James G. Blaine, propõe uma união alfandegária de toda a América, exatamente na época em que se iniciava, a expansão imperialista norte-americana. A tentativa fracassou já que os interesses europeus nesse momento ainda eram dominantes. Talvez, por isso mesmo, a Argentina — ligada à Inglaterra — por intermédio do chanceler Roque Saenz Peña, levanta-se, na Conferência Panamericana de Washington, em 1889 - 1890, contra a fórmula americana de «América para os americanos», apresentando a contrapartida de «América para a humanidade».

Posteriormente, foi criada a Oficina Internacional das Repúblicas Americanas presidida pelo secretário de Estado norte-americano. Em 1910, a Oficina transforma-se na União Panamericana, que foi incapaz de romper as tendências expansionistas dos Estados Unidos. Em 1923, na Conferência de Havana, os latino-americanos ainda contestavam vivamente o «direito de intervenção» posto em prática pelos Estados Unidos e queixavam-se, em vão, do protecionismo alfandegário americano que pesava sobre algumas nações da América Latina.

Na verdade, apenas após a Segunda Guerra Mundial, com a constituição da Organização dos Estados Americanos (OEA), os norte-americanos passaram a dispor de um instrumento eficaz e seguro para a manutenção de sua política interamericana. A guerra fria, com suas duas únicas opções — capitalismo «ocidental» e socialismo —, amorteceu e canalizou a oposição antiamericana conservadora e liberal da América Latina, engolfada na bandeira do anticomunismo.

Enfim, nesses primeiros 30 anos do século XX, as relações entre a América Latina e seu poderoso vizinho se pautaram pela desigualdade e pela submissão do Continente. Ao lado do «direito de intervenção», postulado por Roosevelt, incorporou-se o «princípio» de W. Wilson do não reconhecimento de governos que não se adequassem a determinados padrões afinados com os interesses norte-americanos. Após a crise de 1929, «entrarmos numa nova era»: a política de «boavizinhanças», inaugurada por F. D. Roosevelt. No entanto, se a linguagem mudou, se as justificativas são mais sutis, é preciso salientar que a lógica da dominação permaneceu a mesma e o avanço do poderio americano se acentuou e se fortaleceu.

Caso Beagle

Guerra quente abaixo do Equador

A mediação papal ajudou a diminuir a tensão no extremo-Sul do Continente, mas as ditaduras de Videla e Pinochet certamente ainda não estão dispostas a baixar as ameaças e as armas.

O que está empurrando Argentina e Chile para um conflito armado? As três ilhotas de Picton, Nueva e Lennox, na saída do Canal de Beagle, significam uma justificativa à altura?

Qual a posição da esquerda dos dois países sobre a possibilidade de guerra?

Carlos Aveline, de Porto Alegre

Os preparativos bélicos entre a Argentina e o Chile estão na ordem do dia. Recentemente, o Itamaraty fez um apelo para que os dois governos não chegassem às vias de fato: afinal, tudo não passa de uma briga de irmãos. O próprio presidente norte-americano, Jimmy Carter, mostra rugas na testa e insinua que a OEA poderia intervir. O conflito internacional em torno do Canal de Beagle está estabelecido há muito tempo, mas caiu num vazio perigoso desde o dia 2 de novembro, com o fracasso das negociações bilaterais.

Qual a verdadeira importância desta disputa fronteiriça capaz de detonar um conflito onde a Bolívia, o Peru e o Brasil teriam interesses diretos a defender? O problema tem dois aspectos. Por um lado, está colocada a luta pelo controle das ilhas de Lennox, Picton e Nueva. Por outro, a tensão bélica é uma tática política dos dois regimes. Vejamos o primeiro aspecto. O Canal de Beagle é uma passagem interoceânica pelo menos tão importante como o Canal do Panamá, para citar um exemplo claro. É fácil de compreender a importância estratégica e econômica desta conexão entre o

pacífico e o Atlântico. Além disso, a região é rica em petróleo, o que poderia aliviar a crise econômica do país proprietário. Finalmente, se o Chile consolidasse o seu controle sobre as três ilhas, controlaria também boa parte da Antártida que hoje está em mão da Argentina, baseado na projeção de duzentas milhas a partir do Canal de Beagle. Esta, basicamente, é a importância «em si» do conflito. Ela não é pequena, sem dúvida, mas tampouco teria sido suficiente para criar a situação de crise atual.

Geopolítica: construção ideológica

A dinâmica do conflito é política e só se explica pelas contradições internas de cada país. A interpretação «geopolítica» dos conflitos internacionais não reconhece a contradição como o motor interno das coisas, e coincide, basicamente, com a visão fascista. A premissa central do nazismo é que as contradições são «externas». Assim, não é casual que a «ciência» geopolítica tenha sido posta na moda durante a segunda guerra, pelos estrategistas do

nazismo, e recolhida com amor, logo depois, pela sociedade cristã e ocidental. O «comunismo», hoje, assim como a «conspiração judia» de ontem, é um mal externo à nossa sociedade sem mácula. O conflito de Beagle ganhou importância justamente quando o «comunismo» já não podia ser culpado do que houvesse de errado no Chile e na Argentina.

Argentina: a dominação interna

A própria posição argentina durante as negociações com o Chile tem sido insegura e vacilante, e o governo de Pinochet já se permitiu ironizar o fato em comunicados oficiais. Na verdade, o governo de Buenos Aires é débil até militarmente, no plano interno, e isso faz com que seja incoerente em todas as negociações externas, facilitando,



por exemplo, a posição brasileira no conflito de Itaipu. Os militares não conseguem se pôr de acordo sobre coisas tão elementares como os nomes do Ministério, ou as reais funções do

presidente Videla (o «quarto homem»). Outra questão que está em suspenso é até onde pode ir a atual aliança com a União Soviética, o principal importador da Argentina do general Videla. Enquanto isso, pela terceira vez consecutiva, o volume detido o que se produz e se vende na Argentina está caindo pelo menos três por cento este ano em relação ao anterior. Desde março de 1976, a repressão teve êxito: milhares de pessoas foram mortas, e as organizações populares estão desmanteladas, apesar do forte consenso popular de oposição ao regime. Mas este improvisado governo da Argentina (enfrentando uma inflação de quase 200% em 1978) tende a cair sozinho se não houver um pólo de tensão externa que lhe empreste certo grau — decrescente de coesão interna.

Chile e Argentina: regimes em desagregação

Outro tanto acontece no lado chileno. Na metade de 1978, foi destituído o comandante da Força Aérea do Chile

devido a suas posições liberais e sua oposição frontal à política pinochetista. Junto com ele, por solidariedade, se afastaram duas dezenas de generais: quase todos os da Força Aérea chilena, arma decisiva em qualquer guerra (e que já foi decisiva em 1973 ao bombardear o palácio de La Moneda). Não há razões para pensar que, sem a crise com a Argentina, o grau de coesão militar no Chile seria igual ao atual, por precário que este possa ser. Na verdade, a desagregação seria grande, porque politicamente o regime de Pinochet — tanto quanto o do general Videla — está num beco sem saída.

O que se pode esperar é, por um lado, a continuação do clima prebelico e, em algum momento, a tentativa de ocupação das ilhas por parte da Argentina.

É impossível, naturalmente, fazer previsões. No entanto, a aventura não parece provável a curto prazo. Neste momento, para os regimes do Chile e da Argentina, uma guerra aberta seria tão perigosa como a ausência das tensões de fronteira e dos preparativos bélicos.

A esquerda contra a guerra

Em novembro passado, vários partidos de esquerda da Argentina e do Chile fizeram uma Declaração Conjunta defendendo a paz e denunciando a tensão bélica entre as duas ditaduras. Estes são alguns trechos do documento, emitido em Roma e publicado pela revista peruana

Marka:

- Os conflitos limítrofes entre o Chile e a Argentina são antigos. Eles formam parte de um quadro latino-americano onde a política do capital transnacional e seus aliados nativos procurou jogar os povos uns contra os outros sempre que foi conveniente para os seus mesquitos objetivos econômicos e políticos. Nem sempre conseguiram isso: a história latino-americana demonstra que, quando o interesse dos povos prevaleceu, sempre foi possível resolver as diferenças por via diplomática, aplicando os tratados internacionais e bilaterais.

- As tensões e o clima de guerra criados artificialmente (apesar das divergências reais) pelas duas ditaduras, pretendem distrair a opinião pública nacional e internacional dos urgentes problemas que o Chile e a Argentina enfrentam devido à grave crise econômica, política e social criada pelas próprias ditaduras. E, o que é mais grave, a estratégia de «guerra interna» e agora de «guerra externa» não é outra coisa que o recurso à violência aberta como instrumento fundamental para

impor uma política de miséria e fome ao povo para por os recursos naturais e as riquezas nacionais à disposição dos clãs financeiros ou — em outras palavras — para institucionalizar o fascismo e a ditadura como regime político.

O Documento é assinado pelo Partido Radical do Chile, pelo Partido Socialista, pelo Movimento de Ação Popular Unitária (M.A.P.U.), pelo Movimento de Ação Popular Unitária (M.A.P.U. — Operário e Camponês), pelo Movimento de Esquerda Revolucionária (M.I.R.) e pela Central Única dos Trabalhadores (C.U.T.). As organizações argentinas que assinam o pronunciamento são: Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), Partido Revolucionário dos Trabalhadores (P.R.T.), Movimento Peronista Montonero (M.P.M.), Confederação Geral dos Trabalhadores da Resistência Argentina (C.G.T.R.A.), e a Comissão Antifascista Contra a Repressão na Argentina (C.A.F.R.A.).

O documento apela à solidariedade internacional para «aprofundar o isolamento e a condenação dos dois regimes, desenvolvendo materialmente o boicote em todos os planos».

«Hoje, mais do que nunca», conclui, «é preciso bloquear o tráfico e a venda de armas às duas ditaduras».

VIRA MUNDO

IRÃ

O xá admite ser fantoche



O Ayatollah Khomeini

Manifestações, perseguições e mortes. Este continua sendo o dia-a-dia do regime Irã, onde crescem os protestos contra o xá Reza Pahlevi e os Estados Unidos. O exército continua reprimindo, aumentando a violência no país. Nos três últimos dias, a repressão caiu em especial sobre milhares de estudantes secundaristas das escolas de Teerã. Segundo testemunhas, os jovens percorriam as ruas gritando palavras de ordem que visavam, de alguma maneira, a sensibilizar a repressão, como «não gaste nosso dinheiro ganho com o petróleo nessas balas», enquanto outros manifestantes atacavam um caminhão do exército que transportava pão.

Apesar das advertências oficiais transmitidas pela rádio estatal para que acabassem as manifestações, milhares de jovens saíram às ruas em várias regiões do Irã, onde a polícia foi chegando e abrindo fogo contra a população rebelde.

Por outro lado, a Frente Nacional de Oposição — coligação de cinco partidos — continua exigindo a saída do xá do país e insistindo nas denúncias de que este governo é dominado pela corrupção.

Nos campos petrolíferos, a greve continua tendo ganho um novo impulso. A produção diária de barris de petróleo sofreu uma queda de 5,9 milhões para 1,5 milhão. Continuam em greve também cerca de 700 médicos, dentistas e farmacêuticos da cidade de Machad, que se recusam a retornar ao trabalho devido à repressão militar que causou a morte de 21 manifestantes; durante o enterro de oito das vítimas, três agentes da polícia secreta do xá Savak, foram linchados pela população. A selvageria do exército teve essa greve como resposta e sua continuidade se deve à invasão do hospital da cidade pelos soldados do exército que mataram pacientes e doadores de sangue.

De Paris, o ayatollah Khomeini pediu um luto de 24 horas em homenagem às vítimas. Continua crescendo a oposição ao regime sangrento do xá, tanto muçulmana quanto leiga. Porém, tudo indica que ainda não se configura uma saída a curto prazo, apesar de o xá já estar admitindo ficar no governo apenas como um fantoche.

Esta presença forçada da figura do xá talvez se deva ao temor dos Estados Unidos de uma substituição do regime por um governo de fisionomia nacionalista o que poderia carregar consigo, entre outras coisas, um possível alinhamento com a URSS — com a qual o Irã tem fronteiras — e uma mudança da correlação de forças na questão palestina no Oriente Médio, desestabilizando o poder de Israel e os governos da região a ele aliados. (O.M.)

Igreja Teologia da Libertação e Direitos Humanos

O que significa a «Teologia da Libertação»? Quantos discursos ela comporta?

A semana sobre direitos humanos na América Latina, recentemente promovida em São Paulo, deu algumas referências para a discussão do tema. Eis um artigo que procura esclarecer quais as teses que movimentam a Igreja e os seus trabalhos de base no Continente.

De alguns anos para cá a Teologia da Libertação tem sido lugar comum no noticiário sobre a igreja, merecendo mesmo um outro editorial. No ano de 1978 as duas eleições papais deram margem a especulações sobre o seu destino: padecerá ela uma condenação ou continuará a ser tolerada? Posteriormente, representantes da teologia alemã contemporânea redigiram manifesto em que denunciavam uma verdadeira mobilização contra ela; esta mobilização inclui, conforme o teor da denúncia, membros do episcopado alemão — a instituição «Adveniat» — de auxílio ao Terceiro Mundo, e importantes figuras do protestantismo europeu. Enfim, recentemente, a semana de direitos humanos, realizada em S. Paulo, estabeleceu uma relação direta entre a luta em prol do respeito a estes direitos e a Teologia da Libertação: no contexto e no clima que então se criou, apareceu esta como o discurso próprio daqueles que padecem do desrespeito a tais direitos.

O clima em que se desenvolveu a semana chegou por vezes a ser eufórico: agentes de igreja dos mais variados níveis de competência e formação foram envolvidos no amplo e internacional movimento de repúdio à opressão institucionalizada, particularmente a representada na América Latina pelos regimes militares e, ao mesmo tempo, viram a Teologia da Libertação surgir como o discurso que «anuncia» a esperança que se opõe à injustiça estrutural da presente ordem de coisas. Todavia,

as coisas não são tão simples assim: é necessário ser cauteloso em atribuir à Teologia da Libertação o caráter de um único discurso. Isso ficou patente para quem ouviu as sucessivas exposições de J.B. Libânio e de Gustavo Gutiérrez.

Teologia, teologias

O objetivo do teólogo brasileiro (Libânio) era dizer o que é e o que não é a teologia da libertação. De fato, ele cumpriu, a seu modo, a primeira parte deste propósito: ela não é um bem de consumo, não se resume em um puro ativismo. Já a segunda parte exigiria, para ser cumprida, maiores esclarecimentos. Sem dúvida, foi dito ser ela uma teologia «da praxis, para a praxis, na praxis, pela praxis», não sendo portanto uma teologia neutra. Mas o que seja a praxis à qual se refere necessariamente em seu ser, isto não foi dito. Com isto, insinua-se o risco de se ter por referente da teologia uma prática qualquer, a prática tal e qual, que a rejeição do puro ativismo intencional eliminava. Este risco transparece claramente quando o conferencista, sempre sem dizer o que é a praxis da qual fala, faz da «prática» a instância a qual se deve recorrer para julgar a teologia da libertação. Essas coisas se complicam quando Libânio coloca esta mesma teologia na dependência das ciências sociais, cuja mediação necessária é anunciada como a de entidades subsistentes na esfera do puramente real, isto é, quase como se essas não fossem discursos eles próprios

discutíveis e em discussão. Enfim, o quadro se perfaz: a referida teologia se encontra em dois níveis, o constituído pelos livros dos teólogos e o contido nos folhetos das «comunidades de base». Isto remete ao problema, de nenhum modo resolvido, das comunidades de base e de seu caráter e de sua unidade e pode ocultar um «basismo» latente em todo o pensamento de Libânio, já que este último discurso é preferencial.

Fé, exploração, libertação

Face ao de Libânio, o discurso de Gutiérrez chegou a dar a impressão de um discurso paralelo. O teólogo peruano parte de uma justificação da teologia da libertação como a reapropriação pelo povo de sua própria Fé, como enunciado de seu direito de libertar-se e elemento do seu poder na História. Segundo ele, tem ela por sujeito o povo: um povo simultaneamente explorado e crente. Este povo pobre é uma realidade concreta, coletiva e conflitiva a trazer em si uma potencialidade revolucionária transformadora da história. Simultaneamente, é ele portador de formas religiosas que fazem parte da ideologia dominante e, face a esta, traz em si uma potencialidade libertadora própria à esfera da Fé. Estas duas potencialidades não podem separar-se; devem desenvolver-se mediante uma ação. É esta unidade de ação que a teologia da libertação tem por referente; é a partir dela que ela se justifica e impõe a sua necessidade: o seu silêncio deixaria um vazio que, segundo se pode apreender, seria cumulado pela ideologia dominante. Não se pode, por isso, aceitar a sua morte; pode-se, entretanto, visar a morte do teólogo como inerente à história de libertação que ela reflete. Desse modo, a questão «qual o seu impacto» passa para o segundo plano. Ela não goza de autonomia, pois nem se sobrepõe ao evangelho — cujo impacto visa — nem se subtrai aos movimentos populares, sem

os quais não teria nenhum significado e nenhuma razão de ser. Ela é uma interpretação da Esperança hoje presente no povo da América Latina, um povo simultaneamente crente e oprimido.

Teologia e Comunidades de Base

Parece ser possível passar do paralelismo aparente e provável a um paralelismo real. Basta, para isto, tomar como fio condutor a relação com a praxis — preconizada por Libânio — e procurar no discurso de Gutiérrez o que lhe corresponde, para se encontrar a relação travada por este entre a Teologia da Libertação e os movimentos populares a que se referiu. O passo seguinte consiste em perguntar que semelhanças e diferenças se podem encontrar entre estes movimentos e o que vem acontecendo no Brasil. E aí é que se encontram diferenças de ordem quantitativa e qualitativa, seja no que concerne à mobilização, seja no que concerne à organização, ou ainda à tática e estratégia dos grupos, bem como a seus projetos finais. Nos países que deram origem à teologia da libertação hispano-americana: — Argentina, Chile, Peru e México, principalmente — tais movimentos se articularam em espaço-tempo próprio e possuíram com frequência um caráter de classe bastante preciso. Com isto, na medida em que grande parte da população assim mobilizada preservava e mesmo desenvolvia as implicações necessárias de sua Fé, foi possível surgir a teologia da libertação representada por Gutiérrez, J.—L. Segundo etc.

No Brasil a situação foi totalmente outra. Quantitativa e qualitativamente, a mobilização e organização popular jamais chegou a níveis muito altos e foi mesmo reduzida a formas mínimas e semiclandestinas desde 64 e, mais ainda, desde 68. Isto fez com que, num primeiro momento, a Igreja acolhesse, no espaço que lhe é próprio, elementos de variada origem empenhados em

campanhas reivindicatórias de níveis e objetivos igualmente variados. Esta mobilização ganhou organicidade ainda no espaço eclesial, para, depois, extravasar em direção aos sindicatos e movimentos de classe em geral. Este fenômeno é, muitas vezes, relacionado com o das comunidades de base, mas a equivalência entre ambos não é ainda certa. De qualquer modo, uma certa teologia pode, aqui e ali, ser com ele associada, sem chegar, porém, a uma forma tão acabada como a da teologia da libertação de um Gutiérrez e os poucos casos em que esta semelhança é maior não podem ser assumidos como reflexos adequados da situação brasileira.

A Teologia da Libertação Brasileira

Tudo isto sugere não existir no Brasil uma teologia da libertação brasileira do mesmo tipo da hispano-americana. Sem dúvida, a intensa e às vezes audaz participação da Igreja na luta por maiores liberdades e contra a violação dos direitos humanos, do presídio ao latifúndio, tem o seu correspondente teológico. Mas a organização a que ela corresponde é muito mais a de grupos de bispos e da CNBB do que a de movimentos populares ou de base como se pretende. É claro, por de trás destes, é sempre possível divisar movimentos leigos. Mas estes são, em primeiro lugar, bem mais particulares do que os seus afins do continente e, além disso, são também de origem intra-eclesial, mesmo quando não discriminam por razões religiosas. É claro também que esta diferença não implica um juízo de valor rígido ou definitivo; não se quer dizer que estes movimentos não tenham futuro ou sejam menos potentes. O que se quer dizer é que eles possuem uma outra origem, um caráter diverso, uma outra relação de componentes, e que tudo isto implica um outro discurso, um discurso que não é nem pode ser a simples reprise da teologia da libertação de Gutiérrez. (B.A.)

FUTEBOL

Bons de bola, pernetas no voto.

Em Minas, só agora parece estar no fim a era Médici na manipulação política do futebol. Parlamentares tradicionalmente eleitos com os votos do Cruzeiro e Atlético, que formavam uma bancada esportiva considerável, perderam o rumo de casa com a apuração das urnas.

Lélio Santos

Qual a relação que existe entre bola nas redes e votos nas urnas? Conhecidos os resultados das últimas eleições, chegou o momento de se analisar as performances eleitorais de vários políticos que, na ânsia de chegar ou de permanecer nas tribunas dos parlamentos, acharam que o caminho mais curto passava pelas gerais e arqui-bancadas dos estádios de futebol e que os eleitores/torcedores sufragariam os seus nomes nas urnas com a mesma naturalidade do gesto de comprar um ingresso para a partida de seu clube.

No Brasil todo, são vários os políticos que hoje amargam uma derrota em muito semelhante com a perda de um campeonato. Em Minas, onde, até recentemente, era muito fácil se eleger com o apoio do futebol, estão nesta situação os seguintes candidatos derrotados: Fábio Fonseca (MDB), ex-presidente do Atlético e deputado federal por duas legislaturas; Haroldo Lopes da Costa (MDB), ex-jogador e ex-médico do Atlético, deputado estadual também por duas legislaturas; Coronel José Guilherme Ferreira (Arena), ex-chefe do Gabinete Militar, do Governo Magalhães Pinto e presidente da Federação Mineira de Futebol; Said Paulo Arges (MDB), ex-jogador do Atlético, deputado estadual por três legislaturas; Gil Costa (Arena), cronista esportivo da Rádio Itatiaia e muitos outros que, de uma forma ou de outra, procuraram no Atlético e no Cruzeiro principalmente a força de um partido que não consideravam suficiente na legenda de suas agremiações tradicionais.

A manipulação

Comparando com a safra de políticos proporcionada pelas eleições de 1970, realizada poucos meses após a conquista do tricampeonato mundial de futebol, uma primeira conclusão poderia estar calçada na perda do título mundial de 1978, na Argentina. Em plena Copa do Mundo, Reinaldo, o ídolo atleticano de 21 anos, o «enfant terrible» da seleção, já sentenciava: «Nós joga-

dores, somos cabos eleitorais do Governo. Se ganharmos a copa, ele usará a nossa vitória. Sei muito bem disto».

A manipulação do futebol pelos governos porém não é fenômeno típico do regime pós-64, embora neste período, tenha atingido níveis nunca vistos. Em 1968, quando Reinaldo tinha um ano de idade, Juscelino Kubistchek recebeu a equipe campeã brasileira, logo após a aterrissagem do avião que trouxe os «heróis» da Suécia, escoltado por 16 caças da Força Aérea Brasileira. A seleção de 66, que viria fracassar na Inglaterra, foi recebida por Castelo Branco, na véspera do embarque. A conquista do tri-campeonato no México suplantou todas as manifestações anteriores. Por decreto do presidente Médici, foram suspensas as atividades em todo o território nacional, no dia 3 de junho de 1970, data da chegada dos tri-campeões. Até o presidente Nixon se manifestou com o seguinte telegrama para o presidente brasileiro: «Peço aceitar minhas felicitações pessoais pela excepcional vitória do Brasil no campeonato mundial de futebol. Os feitos do selecionado brasileiro, ao conquistar a Taça Jules Rimet, são um tributo à mestria individual e coletiva dos jogadores e ao apoio entusiástico do povo brasileiro à sua equipe. Pelé, Jair, Rivelino, Tostão e seus companheiros provaram mais uma vez que são os reis do futebol». Os assessores do presidente norte-americano mostravam-se bem informados não só sobre a realidade brasileira, mas também sobre as questões internas do nosso futebol...

A legenda do futebol

Nas eleições que se seguiram à conquista do título máximo, inclusive a de 1972, a exemplo do que ocorreu em todo o País, vários foram os políticos que emergiram do futebol, em Minas Gerais. Além dos citados Fábio Fonseca e Haroldo Lopes da Costa, podem-se contar: Olavo Leite Barbosa, o «Kafunga», ex-goleiro do Atlético e cronista esportivo da Rádio Itatiaia; Luiz Otávio



Valadares, o «Ziza», ex-jogador do Atlético, um dos poucos que conseguiram se reeleger em 78; Wilson Piazza, jogador do Cruzeiro e vereador mais votado do MDB; Aldair Pinto, radialista e chefe da torcida organizada do Cruzeiro; Gil Cesar Moreira de Abreu, engenheiro construtor do Mineirão; Sergio Ferrara, chefe do Departamento de Esportes da Rádio Inconfidência; Fernando Sasso, locutor esportivo da TV Itacolomi; Nery Campos, diretor de futebol do Atlético, todos vereadores eleitos na época do milagre brasileiro do futebol. Poderiam ainda ser citados,

além de Rui da Costa Val, talvez o único «americano» da lista dos políticos, vários outros que, no interior do Estado, frequentemente, revezam suas atividades entre as prefeituras e câmaras com as de presidentes de clubes e ligas esportivas.

Todos esses políticos, pode-se dizer, se elegeram na legenda do futebol e foram todos frutos da «era Médici», em cujo período mais se consolidou a articulação da política com o futebol. Foi nessa época que vários ídolos foram mobilizados

para, através de emissoras de rádio e televisão, convocar a população para as festividades da Semana da Pátria. O jornal «O Estado de São Paulo» em editorial de 8/9/70, chegou a comentar a integração povo-governo, citando «como episódio fortuito, mas de enorme importância, a conquista da Taça Jules Rimet. Ela restaurou a alegria brasileira, deu ânimo novo ao povo e o aproximou do presidente Médici — um torcedor perfeitamente identificado com a nação...»

O azar de Geisel

Já o presidente Geisel não teve tanta felicidade. Seu governo viu o Brasil perder duas copas e não foi por falta de esforços. O almirante Heleno Nunes, ex-deputado pelo PSD do Rio de Janeiro, ex-presidente da Arena fluminense e presidente da CBD em véspera de ser reeleito, tudo tem feito para misturar a política do Governo com a imensa babel que é o Campeonato nacional. A conquista do campeonato mundial da Argentina com as possíveis consequências nas eleições de novembro, justificariam todos os gastos despendidos na preparação da seleção de Coutinho. As vésperas das eleições o presidente Geisel, que nunca adotara o populismo futebolístico de seu antecessor, compareceu à solenidade de doação de um terreno pela Prefeitura de São Paulo para a construção do novo estádio do Corinthians. Somente a doação do terreno em Itaquera, custava à Prefeitura de São Paulo, um total de Cr\$ 42 milhões, verba ligeiramente superior à da assistência e previdência ao menor, em 1978.

Amadurecimento

Evidentemente, as causas das derrotas de tantos políticos ligados ao futebol não poderiam ser buscadas apenas nas perdas dos títulos. Nos casos de reeleições, na hora da votação, muitos dos candidatos recebem o julgamento dos eleitores sobre a atuação que tiveram durante o mandato. No caso de Belo Horizonte, podem ser apontados, como motivo convincente das derrotas de tantos candidatos, o amadurecimento político de grandes camadas da população e o crescimento sobretudo qualitativo das oposições democráticas. Apesar da famosa frase de Pelé de que o povo brasileiro não sabe votar», as derrotas de cartolas, ex-jogadores e comentaristas esportivos estão mostrando que os torcedores estão sabendo separar futebol de política na hora de escolher um candidato. Como disse recentemente o político técnico da seleção de futebol da França, Michel Hidalgo, «a política sempre explorou o futebol, raramente teve uma ação benéfica sobre ele, na hora da vitória, todo mundo aparece para aplaudir...» E é justamente isto que as populações urbanas já estão parecendo compreender.

Dez anos na economia brasileira

Do «milagre» à crise

A grande instabilidade que caracteriza a economia no país está determinada profundamente pela natureza desequilibrada da estrutura do crescimento industrial.

Luiz G. de Mello Belluzzo

Nestes dez anos a economia brasileira percorreu, de forma concentrada, todas as etapas de um ciclo econômico: desde a recuperação entre 67, 68 e 1970, o auge (1970-1973), a desaceleração (1974-1975) até finalmente, se defrontar com a crise dos dias de hoje.

A observação mesmo superficial deste fenômeno suscita de imediato, indagação sobre o caráter altamente instável do crescimento brasileiro, marcado não só por elevadas taxas de crescimento do produto e da capacidade produtiva, como também por bruscas reversões da trajetória ascendente. Na verdade, deste ponto de vista, o ciclo expansivo prescrito pelo Plano de Metas (1966/61) apresenta semelhanças com este que acabamos de atravessar, ainda que tenham sido muitos distintos os mecanismos de recuperação e de sustentação do crescimento no auge para não falar das formas de manifestação da crise.

Nossa hipótese mais geral é de que o elevado teor de instabilidade que caracteriza a economia brasileira está determinado profundamente pela natureza desequilibrada da estrutura do crescimento industrial. O limitado peso relativo dos setores que lideram aquele crescimento — bens de consumo duráveis e bens de capital — tanto na composição do gasto agregado quanto no conjunto da produção industrial, os torna incapazes de sustentar, por muito tempo, ritmos acelerados de expansão. Embora a liderança destes setores determine a lógica da acumulação industrial e irradie nos períodos de montagem (final da década de 50) ou de elevação de sua taxa de investimento (1970/73) poderosos impulsos sobre a estrutura da indústria, uma vez ultrapassado o momento de criação ou ampliação de sua capacidade produtiva, os efeitos de encadeamento interindustrial de sua produção corrente são impotentes para sustentar o crescimento. Nesta circunstância reaparece a importância do peso absoluto dos setores de bens de consumo não duráveis como componente principal da demanda corrente da indústria. Como, porém, sua capacidade de sustentar o crescimento depende da taxa de expansão do emprego e da taxa de salários isto é, das condições em que se processa a acumulação urbana, são reduzidas suas possibilidades de fazer-lo.

Vejamos, então, como estas características estruturais se manifestam ao longo do ciclo recente.

A etapa de recuperação (1967/70)

Os elementos que propiciaram a recuperação da economia brasileira podem ser apresentados de forma sintética:

- A Reforma Fiscal e Financeira de 1966 que proporciona melhores condições de financiamento do gasto público corrente e do investimento tradicional ligado à construção civil;

- A reestruturação dos preços dos serviços públicos juntamente com a negociação externa propiciam a retomada do programa energético, reanimando o setor de material elétrico e a construção civil pesada;

- A operação do sistema de crédito ao consumidor, viabilizado pelo instrumento de correção monetária promove a paulatina recuperação da demanda de duráveis, sobretudo da indústria automobilística;

- O sistema financeiro de habitação relativa a construção civil residencial;

- Os incentivos à exportação proporcionam subsídios à indústria têxtil, de calçados e de maquinária, auxiliando a recuperação;

- A política salarial e de financiamento favorecem a concentração da renda pessoal, realimentando o consumo diferenciado das classes médias altas.

O impacto conjugado destas medidas promove a reativação do emprego e do crescimento da renda urbana, impulsionando a demanda corrente cuja expansão tende a ocupar progressivamente as margens de capacidade ociosa existentes na indústria. O crescimento da indústria de construção civil, de material de transporte e mecânica promove a expansão da taxa de emprego e da massa de salários urbanos (apesar da contenção da taxa média de salários), bem como propicia o desenvolvimento dos serviços de apoio (atividades de intermediação financeira, revendedores, oficinas de reparação, etc...). São estes efeitos dinâmicos que permitem a recuperação definitiva da indústria de bens de consumo não duráveis de consumo, em Particular a têxtil, vestuário e calçados.

O auge (1970/73)

Uma vez esgotada a capacidade ociosa, a partir de 70/71 observa-se uma forte elevação da taxa de acumulação de capital no interior da própria indústria de transformação. No período 1970/73 o setor de bens de capital atinge uma taxa de crescimento de 39% ao ano, o que evidencia o esforço brutal de ampliação da capacidade produtiva, suportado, ademais pelo crescimento complementar das importações de equipamentos e máquinas. A indústria automobilística incrementa em cerca de 70% seu estoque de capital no final do período. A retomada do programa

siderúrgico e os investimentos estatais em telecomunicações, petroquímica, bem como a modernização de algumas indústrias de bens não duráveis de consumo também contribuem de forma importante para a aceleração da taxa de acumulação.

Nestas condições, a estrutura e dinâmica da concorrência intercapitalista leva alguns setores industriais a expandir sua capacidade à frente do próprio ritmo de expansão da demanda, na ânsia de garantir para as empresas líderes fatias do mercado em rápida ampliação. Este é o caso da indústria automobilística, de material elétrico e têxtil.

A desaceleração (1974/77)

Entre 70 e 73 o ritmo de expansão do estoque de capital foi compatível com o crescimento da produção, o que está evidenciado pela constância da relação capital-produto média. A manutenção do equilíbrio dinâmico exigiria, portanto, ritmo semelhante de crescimento da produção corrente e do estoque de capital.

O problema da realização dinâmica é extremamente complicado de resolver já que não é de se esperar que a produção corrente de bens de consumo durável e de bens de capital, que lideraram o crescimento industrial, possam manter-se no mesmo ritmo do período 1970/1973. A aceleração da produção de bens de consumo durável foi de tal ordem, que os estoques de bens à disposição dos consumidores mais do que quadruplicaram num período de seis anos, não se podendo, portanto esperar que sua demanda se mantenha estável. Assim o crescimento deste ramo de bens passa por períodos de flutuação acentuada, com um resultado médio negativo para a indústria automobilística entre 74 e 77 que seriam inexoráveis independentemente da crise do petróleo.

A manutenção do ritmo de crescimento da indústria de bens de capital é igualmente problemática. Sua capacidade não estava ainda plenamente utilizada em 1973, uma vez que sua relação capital-produto ainda é declinante no período de auge, mas a demanda corrente ao setor, proveniente das encomendas da própria indústria e das empresas públicas está subindo violentamente. As perspectivas são favoráveis para que o setor acelere ainda mais a sua própria taxa de acumulação, sobretudo o setor nacional da mecânica pesada que havia se atrasado na resposta, no período de auge do ciclo. A partir de 1974 este setor

conta com subsídios crescentes ao investimento e com projetos governamentais de dimensões gigantescas que lhe garantiriam encomendas por um longo período. Já o setor de material de transporte e de material elétrico que haviam superacumulado no auge apresentam logo em 1974 uma quebra no ritmo de investimento.

Apesar do forte crescimento de taxa de acumulação de capital, garantida em boa parte pelo setor público, a dimensão relativa do setor de bens de capital é insuficiente para que, sozinho, realmente a demanda conjunta de bens de produção e gere uma expansão do emprego capazes de assegurar um ritmo global de crescimento da produção industrial e da capacidade produtiva que se mantenham em equilíbrio dinâmico. Não é, portanto, por acaso que quanto mais se esforça o investimento produtivo na indústria pesada, mais se gera capacidade ociosa generalizada, isto é, um potencial produtivo muito superior às possibilidades de realização dinâmica.

No entanto, as tendências recessivas dos setores de bens de consumo não duráveis são as que aparecem primeiro, dado que a massa de salários não cresce no mesmo ritmo da produção, tanto por que o ritmo de crescimento do emprego urbano é inferior à taxa de acumulação produtiva, como porque a taxa média de salário não só não acompanha o crescimento da produtividade da força de trabalho, como tende a declinar em termos reais com a aceleração inflacionária que sobrevém no final do auge. Como o setor de não duráveis possui uma dimensão relativa ainda muito grande na produção industrial, uma queda acentuada no seu ritmo de crescimento contribui para diminuir a taxa de crescimento global da indústria de transformação.

As tendências à crise

A reversão endógena do ciclo não se manifesta de forma abrupta, como ocorreria no período anterior. Isto porque o investimento estatal (empresa e Governo) continua crescendo de maneira sustentada até o presente, graças, de um lado, à capacidade de autofinanciamento corrente das empresas públicas e à sua capacidade de endividamento própria nos mercados financeiros interno e externo e, de outro, ao raio de manobra fiscal do Governo Federal, através do manejo de fundos especiais.

Apesar das declarações reiteradas do ministro da Fazenda, desde 1975, em

favor da necessidade de se proceder a um ajustamento das condições internas da economia à nova situação internacional, a paralisação efetiva dos investimentos choca-se com a relativa autonomia do setor de empresas estatais e com os interesses solidários do grande capital internacional e nacional.

Por outro lado, malgrado a dramática situação do balanço de pagamentos em conta corrente, não cessou nem a entrada de capitais de risco, nem o afluxo de créditos de fornecedores, o que permitiu um crescente endividamento oficial para manter a execução dos projetos de interesse conjunto do Estado e do grande capital internacional. As únicas negociações que sofrem interrupção dizem respeito a setores onde é problemática a concorrência dos grandes grupos internacionais (mineração e siderurgia). Já no setor de energia (elétrica e atômica) onde são maiores as importações requeridas de bens de capital, não sofreram os projetos qualquer solução de continuidade por falta de crédito externo.

Parte do cronograma de execução dos grandes projetos, comandados pelo setor público, só é submetido à discussão face a dificuldade de se definir a participação dos empresários nacionais e o esquema de desembolso corrente do Governo. É evidente que, se as tendências recessivas da atividade corrente industrial nos setores de bens de consumo duráveis e não duráveis, se sobrepuser uma quebra no nível global do gasto público, isto afetará a taxa de emprego e o desempenho do setor de bens de capital.

A taxa de emprego está essencialmente ligada aos gastos correntes e de construção do Governo a nível federal, estadual e local. A construção civil, além de ser responsável pela manutenção do nível de emprego urbano, apesar das tendências recessivas da indústria, tem se constituído num componente cada vez mais importante de sustentação da demanda efetiva global. Dada a extrema centralização das decisões de investir nos programas metropolitanos, de saneamento, energia e transportes, qualquer iniciativa «estabilizadora» do Governo central tende a se transmitir em cadeia e à escala nacional, o que desencadearia uma recessão aberta, de efeitos sociais e políticos catastróficos.

Quanto ao desempenho do setor de bens de capital, a possibilidade de manutenção de um ritmo elevado de atividade corrente, para a ocupação paulatina das margens de capacidade ociosa está ligado principalmente à

continuidade dos programas de investimento das grandes empresas públicas industriais.

Investimento público

Esta breve descrição do caráter interligado do investimento público e privado na indústria pesada, demonstra a insubsistência da hipótese que quer fazer repousar sobre o setor externo os limites do crescimento. Não se tome, porém, o investimento público como uma panaceia capaz de manter uma taxa elevada de crescimento da economia como um todo. Apesar da forte participação do investimento público no total da formação de capital, a componente ativamente cíclica do gasto é o investimento privado. Ora, como já foi reiteradamente enfatizado este se move pelas leis de sua concorrência que, embora monopolista não pode sustentar indefinidamente a capacidade crescendo a frente da demanda. O investimento público convencional, pode, de fato, criar demanda efetiva adicional, porém, do ponto de vista do setor produtivo estatal, graças à descontinuidade e porte dos seus investimentos, a criação de nova capacidade produtiva é fortemente desestabilizadora. No auge, funciona como superacelerador, elevando as taxas desejadas de investimento privado do setor de bens de produção para além do que é capaz de sustentar a médio prazo com sua demanda corrente. Em outras palavras, seria necessário que o investimento produtivo do Governo se acelerasse indefinidamente para que o setor de bens de capital auto-sustentasse suas taxas de investimento e produção correntes.

A reversão da taxa de acumulação de capital é, portanto, inexorável. O investimento público, quando devidamente programado, consegue apenas segurar um patamar mínimo de crescimento da economia. Se, contrariamente, se acentuarem seus efeitos desestabilizadores, do ponto de vista da manutenção da demanda corrente, a economia mergulhará num processo acentuadamente cíclico de curto prazo, isto é, de flutuações em torno de uma tendência à estagnação relativa. Isto, por sua vez, agravará os problemas de financiamento corrente do Governo, através de flutuações acentuadas na receita fiscal, o que configura um dos mecanismos clássicos do «stop and go».

(*) Este artigo é uma condensação e reatualização do texto: «Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil», que escrevi em colaboração com Maria da Conceição Tavares para a Reunião Informal sobre Industrialização Latino-americana, patrocinada pela CEPAL, e realizada em outubro de 1978.

DE PARIS

As tentações democráticas

Ao dissociar a questão da democracia do socialismo, o jornal «Em Tempo», em seus rumos editoriais publicados no nº 26, recupera o enfoque etapista tradicional da esquerda brasileira e incorre no erro do «democratismo» que termina por atrelar o movimento popular ao setor encarnado pela burguesia liberal ou pela pequena burguesia democrática. Essa crítica faz parte de um documento que nos remeteu nosso escritório de Paris, na primeira semana de dezembro. Segue a íntegra do texto:

A iniciativa tomada pelo Conselho Editorial e Administrativo da Editora Aparte, nas reuniões de 10/11 de junho e 20 de agosto últimos de definir «rumos editoriais» para Em Tempo (ver nº 26), precisando a posição do jornal sobre vários problemas da conjuntura é um passo importante, num momento em que se impõe aos setores de esquerda um esforço de clarificação política para melhor especificar as orientações da oposição popular ao Governo militar.

A linha adotada, no entanto, apesar dos muitos aspectos com os quais nós — que apoiamos e colaboramos com Em Tempo desde os primeiros números — nos identificamos, comporta omissões e pontos com os quais mantemos profundo desacordo e que não nos parece contribuir para o reforçamento das posições dos trabalhadores e do movimento popular em sua luta contra a opressão e pelo socialismo. Pareceu-nos fundamental sublinhar nestas breves observações o essencial de nossas divergências com os Rumos Editoriais, na esperança de que elas possam alimentar uma discussão que julgamos necessária a discussão e aprofundamento de uma orientação tática dos setores explorados e oprimidos na atual conjuntura das lutas políticas no Brasil.

Questões gerais

Do ponto de vista global, os rumos editoriais aprovados por Em Tempo suscitam algumas observações gerais:

- a significação mesma da escolha dos temas;
- a concepção de democracia subjacente aos editoriais;
- a avaliação precisa das características da conjuntura e do papel que nelas desempenha o movimento popular.

Como todas estas questões estão intimamente ligadas tentaremos tratá-las em conjunto.

É evidente que a escolha dos quatro temas editoriais (reorganização partidária, Frente pela Redemocratização, constituinte e eleições) recobre quatro aspectos importantes da conjuntura sobre os quais é importante ter posições claras.

Mas não é menos evidente que eles não esgotam o conjunto dos elementos necessários à compreensão da conjuntura e aqui não se trata apenas de uma simples «omissão».

Acreditamos que há uma coerência entre os temas escolhidos e a forma pela qual eles são politicamente enfocados. O conselho editorial e administrativo optou pelo enfrentamento das questões que dizem respeito exclusivamente ao funcionamento institucional da sociedade brasileira, deixando de lado, assim, problemas que nos permitiriam pôr a independência política e ideológica dos trabalhadores e do movimento popular como elemento reitor de nossas posições. Por que não consagrar um ou mais editoriais aqueles temas que ocupam normalmente um espaço tão importante nas páginas de Em Tempo: as lutas e as organizações autônomas do movimento popular e sua significação na ruptura do atual regime e no avanço em direção ao socialismo.

Em segundo lugar, a concepção subjacente aos Rumos Editoriais retoma em muitos aspectos o enfoque tradicional da esquerda brasileira acerca das relações entre democracia e socialismo e isto em dois sentidos.

Por uma parte, quando, no texto sobre a reorganização partidária, a democracia aparece dissociada do socialismo — seguramente porque persiste concretamente a idéia de que a demo-

cracia não existe fora de sua adjetivação burguesa — razão pela qual ela é visualizada como uma etapa, que em uma vez «queimada» cede lugar ao «socialismo». Esta visão instrumental tem contribuído para impedir uma verdadeira reflexão sobre o problema das relações da democracia com o socialismo e sobre os problemas relacionados com as formas políticas que assumem os períodos de transição, depois da tomada do poder pela classe operária em seus aliados.

Etapismo

Duas posições, igualmente equivocadas, aparecem neste terreno: a dos doutrinários, que desprezam ou minimizam o problema da democracia; e a do democratismo, que termina por atrelar o movimento popular ao setor democrático (burguês) encarnado pela burguesia liberal e/ou pela pequena burguesia democrática.

A linha dos editoriais nos parece próximo desta segunda posição e isso se expressa no privilégio (e mesmo exclusivismo) dos temas que a oposição burguesa considera centrais, e não aqueles que concernem a auto-organização do movimento popular. Muitas das assertivas dos distintos editoriais — como vemos mais adiante — ilustram esta proximidade política.

Por outra parte, a definição editorial de Em Tempo, recupera o enfoque etapista do problema democrático, e aí na velha tradição do reformismo, ao fazer da democracia burguesa a condição indispensável, do desenvolvimento da hegemonia proletária na sociedade. Ora, se é certo que a conquista das liberdades democráticas é um fator que contribui para a construção desta hegemonia, parece-nos abusivo (em nome de posições que assegurem a independência do movimento popular) dizer, como o faz o editorial sobre a frente nacional pela redemocratização que «sem este espaço (leia-se: democrática burguesa) não se faz o trabalho de organização das massas, de difusão ideológica, e não se constituem as bases da democracia que interessa de fato aos trabalhadores» (grifos nossos).

A partir de uma tal articulação entre democracia e socialismo torna-se bastante difícil evitar as tentações do reboqueamento frente ao democratismo burguês e/ou pequeno burguês. (Sobre os rumos editoriais, texto elaborado por uma comissão e aprovado pela maioria do escritório de Paris, do Em Tempo).

MÚSICA

Embriague-se com o novo disco de Chico Buarque

A denúncia e a resistência presentes na obra do compositor e cantor ganharam uma dimensão maior. A música popular brasileira continua sendo um grande oráculo: a profecia de «Apesar de você» por exemplo está se convertendo em sinal dos tempos.

Sei que muita gente vai dizer: «O novo disco do Chico não é lá essas coisas». Depois de tanto tempo, todo mundo estava esperando novidades. Os mais entusiasmados aguardavam o último disco do Chico Buarque como uma espécie de bússola para confirmar o clima mais ameno instaurado no país nos últimos dois anos, principalmente.

Algumas pessoas queriam se embriagar e já preparavam um porre fortíssimo com as músicas que poderiam ser também muito fortes.

Mas o novo disco não veio para chocar ninguém. Pelo menos numa primeira abordagem as músicas até que são bem comportadas. «Até o Fim», por exemplo, lembra logo os versos de Drummond, nasceu para ser «gauche na vida». Na verdade a denúncia e a resistência existente na obra musical de Chico Buarque ganharam uma dimensão maior. Ir até o fim significa avançar, continuar caminhando. E o que está acontecendo com a música popular e com a sociedade brasileira.

«Pedaco de Mim» e «Pivete», são fotos ampliadas de um quadro social gerado pelos desvios impostos ao país. «Tanto Mar» não é a mesma música. Mas a revolução dos cravos já não é a mesma esperança. Não tem mais a mesma dimensão. Não desperta o mesmo entusiasmo. A festa foi realmente bonita. Mas os cravos murcharam e ainda é preciso navegar bastante. Mas está claro que estamos navegando e tomando consciência de que estamos no mesmo barco.

Hoje não é tão necessário calar. Mas a própria estrutura de «Cálculo» mostra que o pai tem poderes para exigir que o vinho tinto de sangue seja novamente bebido.

Noutras músicas, Chico Buarque retoma o velho filão da malandragem, um dos mais ricos da música popular brasileira. Não é por mera coincidência que a apologia da malandragem aparece agora de forma tão clara. Nos períodos de menor controle político é muito comum a exaltação da figura do malandro. Quase sempre de uma forma romântica. Mas o malandro de hoje aposentou a navalha, entrou no esquema. Tem mulher e filho e aceitou o refrão de «Vai Trabalhar Vagabundo». É um malandro bem comportado.

«Trocando em Miúdos» é a oportunidade do compositor de retomar outro tema muito presente em seu trabalho: a separação amorosa com as marcas indelevelis da convivência. A saudade constatada e uma disposição de sair pra outra.

Na verdade o disco de Chico Buarque de Holanda não tem nenhum sabor de produto novo lançado no mercado. Não é também o prenúncio

de primavera que muitos aguardam. A mensagem de Chico Buarque está mais clara. Os tempos novos não são feitos pelas profecias. As profecias se tornam reais a partir da consciência e da disposição das pessoas de contribuir para transformações. Tanto na música, no amor ou nas relações sociais de qualquer natureza.

Musicalmente, o novo disco de Chico Buarque é modesto. «Pivete», em parceria com Francis Hime, lembra demais «Passaredo» do disco Meus Caros Amigos. «Feijoadá Completa» tem a mesma forma de recado coloquial de «Meu Caro Amigo». E a mesma informalidade musical ritmada com um batucque incrementado.

E o «Apesar de você»? A mensagem estava clara quando o disco foi recolhido. Milhares de pessoas já haviam cantado o «Apesar de Você» e entendido o recado para o ditador de plantão na época. Até parecia uma insensatez e mesmo uma utopia. «Amanhã há de ser outro dia» era alguma coisa muito distante. E antes da mocinha iniciar sua festa de debutante programada para março e muito antes dos 20 anos que foram calculados como ponto ideal de formação das novas gerações, a mensagem não parece tão vazia de conteúdo. A noite tem sido longa, mas não vai durar sempre. Apesar de você, ou por isso mesmo, amanhã será outro dia.

Hoje pode significar pouca coisa ouvir «Apesar de Você» em todos os cantos do País. Mas é muito importante ouvir e verificar que a música popular brasileira continua sendo um grande oráculo. Não é preciso ver além do horizonte e fazer parte do coro que não será abafado. Ninguém terá de cantar as mesmas estrofes e repetir os mesmos refrões. Haverá lugar para desafiados, desajeitados, desatinados, desanimados. «Apesar de Você» amanhã será realmente um novo dia. Não é o Chico Buarque apenas que cantou. Está escrito no destino da sociedade brasileira. A profecia está se convertendo em sinal dos tempos.

O grande mérito do disco, principalmente na música «O Meu Amor», é a criação de um clima de intimidade ídlica com as vozes de Marieta Severo e Elba Ramalho.

Em «Pequena Serenata Diurna», de Silvio Rodrigues, além da letra que é muito bonita, o tom é dado pelo sax soprano de Netinho.

Outro mérito do disco de Chico Buarque é a vitalidade dos arranjos e a presença de músicos da qualidade de Luizão, Pedrinho da Bateria, Nelson Angelo, Novelli, Copinha. Sem falar em Francis Hime, Milton Nascimento e outros músicos que participaram do trabalho.

(Itamar José de Oliveira, de Belo Horizonte)

DEBATE

MDB unido, mas colorido.

A Tendência Socialista do MDB gaúcho apresenta sua proposta de intervenção no quadro partidário, após a vitória eleitoral da oposição no 15 de novembro. O texto foi lançado na recente Convenção Estadual do Setor Jovem do MDB-RS. Vai o resumo:

A conjuntura pós-eleitoral é marcada pelo avanço das oposições e principalmente pelo avanço de seus setores mais combativos que aumentaram seu percentual de participação no Parlamento, obtendo expressivas votações nos grandes centros.

O crescimento da oposição consequente não significa, ainda, uma virada nas relações de força, nem uma tendência a um empate hegemônico a curto prazo na sociedade, mas aponta decididamente, para um fortalecimento do movimento de massas.

No campo popular, as grandes movimentações massivas (greves salariais, movimento contra o custo de vida, a luta pela anistia, a reorganização dos estudantes) certamente não perderão ímpeto nos próximos meses pois se assentam em contradições não resolvidas. O grande impasse, porém, das oposições continua na ausência de um canal orgânico que dê formas mais eficazes e superiores à ação do movimento de base e ao mesmo tempo estenda sua influência a nível nacional.

Os primeiros sintomas da superação desta questão evidenciam-se na intensa atividade, em vários níveis — do Parlamento aos movimentos de base — do debate sobre a rearticulação partidária.

Quais os passos dados pela oposição? Intervir na abertura e ampliação de espaços já conquistados, impondo as conquistas pelas liberdades democráticas e construindo uma alternativa orgânica a nível nacional, coordene, oriente e aglutine os vários movimentos de base existentes, dando-lhes um sentido político. Esta é a única forma de fazê-los avançar decididamente, superando seu caráter inicial espontâneo, atomizado e disperso e seus limites naturais identificados com o reivindicismo por melhores salários e melhores condições de vida.

Esse processo ocorre num momento em que amplos setores oposicionistas, em seus vários matizes, buscam constituir-se nessa alternativa. Assim, o debate sobre a rearticulação partidária e o conteúdo que irá adquirir está colocado na ordem do dia e assume, independentemente da vontade de um ou outro setor da frente oposicionista, uma prioridade inadiável.

É claro que o MDB no seu conjunto não é esse instrumento. O partido dos 20 milhões de votos não tem poder orgânico para parar uma escola primária, muito menos sustentar uma greve fabril. Sem esse poder de barganha, numa sociedade capitalista contemporânea, um partido político é uma ilusão, uma quimera que não ultrapassa o plano eleitoral. E nós sabemos qual é hoje o nível de decisão do Parlamento...

O governo sabe disso e, procurará obter, pela coerção ou pela manobra (e os «diálogos» de Portela e as «articulações» de Golberi sempre encontram ouvintes e interlocutores) aquelas articulações que buscam realmente a constituição de um instrumento político com um efetivo poder de barganha. No seio da oposição, esse movimento que procura entrar esse processo, também existe. Por outras razões, certamente, mas existe.

A grande imprensa tomou a iniciativa através de grandes entrevistas e especulações. Da noite para o dia, «ressurgiram» velhas raposas com os partidos e os estatutos prontos, com as siglas e os fichários guardados a sete chaves. Até Jânio Quadros ganha o vídeo para dar seu recado. E o número de oposicionistas de última hora é impressionante. Todos são herdeiros de alguma coisa que seus vínculos com os movimentos que se forjaram nestes 15 anos de luta contra a ditadura inexistiam e nunca tenha estado — na sua maioria — na linha de frente da oposição.

Toda essa cortina de fumaça de siglas e declarações bombásticas procura escamotear o verdadeiro debate: qual o caráter dos novos partidos, qual o conteúdo programático da «frente das oposições» na nova conjuntura, como avançar formas orgânicas que garantam a democracia partidária nas bases, etc.

Ou esse debate aprofunda-se nessa direção ou viveremos as agremiações partidárias assentadas em personalidades, em lideranças carismáticas, em Secretários-gerais todo-poderosos que impõem — um «centralismo democrático» às avessas.

Frente a atual correlação de forças existentes na sociedade brasileira e o grau de organização das oposições consequentes, defendemos a manutenção da «frente oposicionista» no MDB. A validade desta proposta não encerra apenas a necessidade de expulsão dos adesistas e fisiológicos que não assumem nem o programa básico do MDB e a manutenção da unidade das oposições nesta conjuntura. Para nós a permanência atual da «Frente Oposicionista» significa evitar que uma rearticulação partidária feita às pressas e sem uma real explicitação programática e prática, fortaleça as saídas carismáticas, as «grandes lideranças e os herdeiros» cujo passado compromete seriamente o possível compromisso que alegam manter com as classes populares nesta nova conjuntura histórica. Traduzindo: reviver, hoje, sem um período de comprovado trabalho na direção da perspectiva dos trabalhadores, as antigas lideranças populistas, significa fortalecer o caudilhismo e o messianismo e as velhas estruturas partidárias não democráticas e manipuladoras das massas.

Esta proposta não encampa a argumentação primária que vê a ditadura como o «maquinador diabólico» de todo o processo de rearticulação partidária das oposições mas busca, isto sim, evitar que criemos (ou sejamos coniventes) espaço para um ressurgimento do populismo que atrela novamente as massas às saídas burguesas.

Toda a Frente política pressupõe a clarificação de seus componentes. Portanto, a proposta anterior não invalida, ao contrário, impõe que dentro da «Frente das Oposições» se matizem clara e explicitamente suas várias correntes. Os liberais que formem sua corrente e esclareçam suas propostas sociais. Os trabalhistas que rompam com sua herança populista ou a mantenham, mas explicitamente (ou sejam constrangidos a isso em sua própria prática) e de forma orgânica, como mais uma tendência dentro da Frente Oposicionista.

Isso manterá, até um enfraquecimento maior ou a própria queda do regime militar, a unidade da oposição, mas encaminha, simultaneamente, a tarefa inadiável de aprofundar o trabalho oposicionista na direção das massas populares, no enfrentamento ideológico no seio das oposições e na arregimentação das bases na busca da hegemonia dentro da Frente.

Nós, socialistas, propugnamos a formação de uma Tendência Socialista que abrigue e organize todos os companheiros que se alinhem nessa perspectiva e que lutam pelas liberdades democráticas numa perspectiva dos trabalhadores. Isto é, que coloque na ordem do dia a conquista das liberdades democráticas (liberdade de organização e expressão, anistia, eleições livres e diretas, Constituinte, etc...) paralelamente com reivindicações concretas das classes populares (condições de trabalho, moradia, transporte, etc...) bem como as propostas transitórias que façam avançar a luta na direção do socialismo (estatização dos setores básicos da economia, controle operário das condições de produção, estatização e controle público dos meios de comunicação social, estatização de todos os serviços de saúde e educação, etc...).

Aos que argumentam com a necessidade de manutenção do MDB sem caracterizar seus componentes, para não afastar os liberais e as correntes mais atrasadas, respondemos com uma alternativa concreta e que mantem a Frente. O que não podemos aceitar — por ser incorreto politicamente — é a submissão e a descaracterização dos setores mais consequentes num aglomerado amorfo e hegemônico pelos conservadores e liberais, para não falar nos flâmineiros adesistas, que confundem as massas com o título

de opositores do regime mas que nada fazem para a organização de base e independente das classes populares. Confundir-se ou ficar a reboque de liberais significa entregar o trabalho parlamentar, a máquina partidária aos setores que mais vacilam e mais facilmente se comprometem com o regime militar ao mesmo tempo que confundem as massas trabalhadoras que encontram no MDB o único canal legal para expressar seu antagonismo ao regime. A formação de tendências não enfraquece, mas ao contrário, amplia a ação oposicionista. A busca de arregimentação e legitimação nas bases, a organização de diretórios, subdiretórios, departamentos, etc... contribuirão para ampliar a penetração, aprofundar o debate e a formação política e aumentar o número de quadros oposicionistas. A luta ideológica dentro de qualquer organismo político é salutar e forma privilegiada para que a disputa pela hegemonia em seu interior ocorra de forma organizada e explicita programaticamente evitando os caudilhismos e as direções eternas dentro do MDB.

Aos que argumentam que as massas não estão «preparadas» para ouvirem propostas socialistas respondemos que é também nossa tarefa educá-las através da propagação de seus interesses históricos ao mesmo tempo que agitamos concretamente suas lutas imediatas. As condições objetivas para o socialismo no Brasil estão dadas não só pela pertinência disso a nível mundial, mas pelo enorme parque industrial já existente que ilustra de forma insosfismável quais são as relações de produção determinantes na sociedade brasileira. Os trabalhadores produtivos diretos no setor secundário, atingem hoje a casa dos 8 milhões. No campo, mais de 10 milhões de trabalhadores rurais distribuem-se nas várias modalidades específicas regionais de relações de produção, mas seguramente, determinadas pela lógica do capitalismo. Se isso não bastasse, temos ainda a realidade dos milhões de trabalhadores assalariados improdutivos, também explorados, do setor terciário urbano que não possuem nenhum interesse na manutenção do capitalismo. A pequena burguesia brasileira é composta majoritariamente de assalariados e não do pequeno capital, essa é também a perspectiva para a grande maioria de mais de um milhão de universitários que hoje começam a ingressar no mercado de trabalho.

Todos estes setores são potencialmente abertos para uma perspectiva socialista. Criar as condições subjetivas, de consciência e organização, para essas é a tarefa fundamental e inadiável da Oposição Socialista.

A esquerda brasileira não deve apenas estar atenta com os equívocos do sectarismo, de se isolar no seio das oposições, mas por outro lado, deve ter consciência do processo histórico e do endurecimento das contradições sociais que exigem que a questão do socialismo saia dos «clubinhos fechados das academias» e dos grupos de esquerda e ganhe as ruas, as amplas massas, que rompa com os preconceitos que não são inatos às massas, mas fazem parte de uma secular ideologia burguesa cujos interesses na mistificação dos termos carrega toda a necessidade de sua perpetuação enquanto classe dominante.

A T.S. apesar do caráter regional de sua proposta não se esgota nos limites do Parlamento, do partido oposicionista nem nos limites geográficos do Rio Grande. Fazer isso seria refletir uma profunda miopia política e não compreender o amplo processo que se desenvolve em outros Estados como MG, BA, SP, RJ, onde o movimento socialista cresce de forma significativa ainda que de forma localizada e fragmentada, nas várias regiões.

Nesse sentido a TS propõe que se busque contato sistemático com os vários núcleos existentes nacionalmente, procurando realizar encontros, seminários, trocas de experiências e inclusive se caminhe para trabalhos comuns com outros setores que, dentro e fora do MDB, buscam a estruturação de um movimento socialista no Brasil.

Defendemos um movimento socialista que se estruture a nível nacional, combinando o trabalho parlamentar e no interior da «frente das oposições» com as tarefas prioritárias para a oposição socialista que é a implantação social nas classes trabalhadoras, principais agentes históricos da transformação social em nosso País.

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc., para Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo CEP: 05415.

Aparte

A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, E mais: solicita-se que os correspondentes na base de 70 toques por linha, dêem seus nomes e endereços completos.

Alternativa trabalhista

O surgimento de novos partidos é concretamente uma forma de fortalecimento da frente emedebista.

O nível de consciência dos trabalhadores não permite a absorção ainda de propostas exclusivamente socialistas, por isso o correto agora é a criação de um movimento trabalhista.

Estas idéias foram lançadas na Convenção Estadual do MDB-Jovem do Rio Grande do Sul.

O processo de discussão pré-eleitoral indicava que, passadas as eleições, o centro das atividades das forças que integram o MDB deslocar-se-ia em direção à articulação dos novos partidos. Esta perspectiva baseava-se na constatação de que a frente abrigava em seu interior inúmeras correntes ideológicas que tenderiam naturalmente a agruparem-se em Partidos. Nem bem encerrada a apuração — e embora o MDB não tenha avançado eleitoralmente em relação a 1974 — de imediato várias frações desta frente parlamentar, incluindo parte de sua esquerda, passaram a sustentar que a criação de novos partidos somente enfraqueceria o MDB e que, portanto a rearticulação partidária interessava apenas ao regime.

De fato, só interessaria aos setores mais reacionários da ditadura o fracionamento da frente parlamentar que se constitui o MDB. Por isso, a manutenção e fortalecimento do MDB, enquanto frente, deve ser defendida por todos. A questão que se coloca, contudo, é de se a formação de novos partidos enfraquece ou fortalece a frente.

Acreditamos, ao contrário das posições desta tendência, que o surgimento de novos partidos seria concretamente uma forma de fortalecimento da frente emedebista. Partidos estruturados, com um trabalho orgânico permanente, canalizando as manifestações de importantes segmentos da sociedade, dariam à frente uma qualificação que lhe tem faltado: vida política diária. Dariam ao MDB o respaldo popular, não apenas eleitoral, mas colado às lutas e reivindicações dos vários setores do movimento de oposição.

De outro lado, a falsa afirmação de que falar em reorganização partidária significa dividir a oposição, esconde algumas concepções das quais discordamos radicalmente. Dentro do pacto estabelecido pela burguesia para impedir o avanço das forças populares (mantenham-se apenas dois partidos da ordem), os setores da esquerda emedebista que fazem coro ao chamamento contra a «divisão», partem da premissa irreal de que, já organizados ideologicamente, representam e canalizam os interesses dos trabalhado-

res. Compreende-se, pois, que para esses companheiros basta a manutenção da frente.

Partimos, ao contrário, da premissa de que uma organização dos trabalhadores está por se construir, num processo de luta e avanço do movimento de massas. Entendemos também que o surgimento desta organização não se dá por ato de vontade, mas a partir das reais condições materiais e de consciência dos trabalhadores.

Diga-se, ainda, que o nível de consciência dos trabalhadores, um dos fatores principais a ser considerado em qualquer análise da conjuntura, ainda não coloca na ordem do dia a absorção, do ponto de vista real das consignas exclusivamente socialistas. Propõe a formação de um partido socialista agora somente conduzirá a um isolamento do processo vivo da sociedade.

Assim, com única forma de evitar o isolamento, traço marcante da história da esquerda brasileira, e de atender ao nível atual de consciência dos trabalhadores, propomos a criação de um movimento trabalhista, que possa desembocar na construção de um partido realmente popular, democrático, que porte em seu horizonte o socialismo. Que garanta o livre desenvolvimento de tendências e venha, desta forma, contribuir objetivamente para o surgimento de um movimento operário independente. Acreditamos, por outro lado, que o espaço para a construção e desenvolvimento de nossa posição deverá ser conquistado na luta ideológica que necessariamente esse partido deverá comportar.

Dentro desta perspectiva que propomos o fortalecimento das atividades do Setor Estadual do MDB. Mais do que nunca, contudo, é necessário romper com o imobilismo, que tem caracterizado sua direção, de estilo nitidamente «ala» Thales Ramalho, sempre satisfeita com as benesses da direção partidária local.

Para expressar o encaminhamento deste processo de discussão que se abre sobre a reorganização partidária, bem como para fazer frente às imensas tarefas que estão aí colocadas, conclamamos aos companheiros a escolher um Conselho e uma Direção que correspondam a estas necessidades inadiáveis.

BANCÁRIOS ASSALTADOS

Os banqueiros estão surrupiando os direitos trabalhistas dos seus assalariados, numa tentativa de acabar com a jornada de seis horas, uma conquista histórica da categoria, que vem da década de 30. Em janeiro começa uma campanha nacional pela jornada de seis horas. Afinal, não é para menos: por ano, o banqueiro afana de cada bancário CR\$ 104.317,00, em lucro, segundo as estatísticas.

Na década de 30 os bancários brasileiros conseguiram através de luta a implantação da jornada de seis horas diárias de trabalho. Mais de quarenta anos depois, os bancários de todo o país se organizam para defender essa antiga conquista, agora ameaçada. Reunidos em Brasília no dia 20 de dezembro, representantes de numerosos sindicatos da categoria e advogados trabalhistas convidados decidiram abrir o ano novo com a campanha nacional de defesa da jornada de seis horas, sob a coordenação da Confederação Nacional dos Empregados em Estabelecimentos de Crédito, CONTEC.

No dia 11 de janeiro a categoria irá às assembleias nos sindicatos, em todos os estados, para comemorar o «dia nacional em defesa da jornada de seis horas»; no dia 9 de março será a vez dos sindicatos da categoria se reunirem, representados por seus departamentos jurídicos, para decidirem sobre a interposição de ação na justiça contra as segundas tentativas patronais e governamentais de espichar a jornada até oito horas por dia.

Salário baixo, FGTS e aumento da jornada

Arlindo Ramos, presidente do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, explica o motivo da luta em defesa da jornada atual: «nós estamos assistindo a um verdadeiro assalto dos empresários do setor financeiro sobre os direitos trabalhistas dos bancários. Primeiro foi o decreto-lei 1.632, de acordo com o qual o banco central autoriza os bancos a abrirem as portas às 8 h para pagamento do PIS, PASEP e do FGTS, durante o mês de dezembro. Além disso os bancos ficam autorizados para funcionar até às 22 h durante a segunda quinzena de dezembro, para atendimento normal».

Como se não bastasse, recentemente o procurador geral da república formulou um parecer segundo o qual «o contrato de prorrogação da jornada de trabalho do bancário pode ser praticado habitualmente, o que contradiz o artigo 225 da CLT, uma vez que a excepcionalidade não pode ser objeto de contrato porque é imprevisível», explica o presidente do sindicato dos bancários.

De fato, a CLT, em seu título III, chamado das normas especiais de tutela do trabalho, capítulo I, seção I, «dos

bancários», estabelece que «a duração normal do trabalho dos empregados em bancos e casas bancárias será de seis horas contínuas nos dias úteis, com exceção aos sábados, perfazendo um total de trinta horas de trabalho por semana» (artigo 224). Sobre a possibilidade de prorrogação da jornada de trabalho o artigo 225 da CLT estabelece que «a duração normal de trabalho dos bancários poderá ser excepcionalmente prorrogada até oito horas diárias, não excedendo de quarenta e cinco horas semanais...».

Para Arlindo Ramos, o que está em curso através do parecer do procurador geral da república é «uma tentativa de anulação de mais uma conquista dos trabalhadores bancários, através de caminhos sinuosos que os banqueiros procuram recorrer, valendo-se de uma situação desvantajosa para os bancários, criada pelos baixos salários e pelo FGTS, situação de pressão».

A jornada de seis horas foi estabelecida por lei para proteção da saúde do bancário. As condições de trabalho do bancário o expõe com grande intensidade de ocorrência a doenças nervosas. São comuns os convênios entre os sindicatos da categoria e clínicas especializadas nessa área.

No interior dos bancos o regime de horas extras já vigora com notável estabilidade. De fato são horas extras compulsórias, uma vez que, devido aos salários baixos, os banqueiros ganham duplamente, pois quanto mais horas extras forem feitas menos empregos serão oferecidos.

Lucros exorbitantes

Os lucros dos bancos cresceram em média 53% em 1977 e 2.584% de 1969 a 1977, segundo estudo elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE). Em 76, maior expansão desse item foi exibida pelos bancos particulares de capital estrangeiro (64%). Os bancos privados nacionais tiveram seus lucros aumentados de 52%. A maior parte dos lucros registrados cabe, no entanto, aos bancos estatais, com uma margem de 72%, seguidos dos estrangeiros (16%) e dos particulares nacionais (12%).

Mas a outra face dessa moeda é contada pelos bancários. Desde 1964 que os salários reais dos bancários (seu poder aquisitivo) vem caindo sistematicamente. Mesmo aqueles bancários que foram promovidos recebem hoje salários inferior

res aos que eram pagos anos atrás por idênticas funções.

Enquanto os bancários viam diminuir seus salários, sua produtividade aumentava e cresciam as riquezas do país. Então, se os bancários perdiam, quem ganhou? Os banqueiros, realmente, embolsaram o produto do esforço dos bancários. O total destes trabalhadores no Brasil é de cerca de 450 mil. Cada bancário rende aos patrões a média de Cr\$ 104.317,00 por ano. Isto depois de descontadas todas as despesas, salários, obrigações, e até mesmo as eventuais mordomias dos altos escalões.

Os lucros cresceram 2.584% entre 69 e 77. No mesmo período o capital somado as reservas cresceu 2.398%. Enquanto isso, o total dos vencimentos pagos ao conjunto dos bancários do país cresceu apenas 1.662%, apesar do número de bancários ter aumentado neste período. O total de vencimentos pagos em 1977 foi de 21,1 bilhões de cruzeiros, isto é, menos da metade dos lucros dos bancos. Em 1969 os vencimentos equivaliam a quase 70% dos lucros, o que já representava uma situação bem favorável aos banqueiros. Naquele ano o capital dos bancos, somado as reservas era de 3,7 vezes maior que os vencimentos pagos aos bancários. Hoje é de 5,3 vezes.

O CASO
TERRI AQUINO

Sumiram um antropólogo no Acre

Defendia o direito dos índios à posse da terra e sofreu a perseguição dos empresários da região. A notícia do desaparecimento de Terri Aquino, que estudava a vida dos Kaxinawá traz à tona a condição atual deste grupo indígena: divididos entre a submissão ao barracão das empresas seringalistas e a mobilização enquanto peões para os desmatamentos realizados pelas agropecuárias. Aqui, a luta dos índios do Alto Jordão pela livre comercialização da produção e pela demarcação das terras que habitam.

Por João Pacheco de Oliveira

O desaparecimento do antropólogo Terri Valle de Aquino, que realizava pesquisas entre os índios Kaxinawá, no Acre, está preocupando os setores ligados aos problemas indígenas.

A recém criada Comissão Pró-Demarcção das Terras Indígenas do Acre permanecerá em assembleia permanente em Rio Branco até o reaparecimento do antropólogo, existindo suspeitas quanto a sua provável prisão. As acusações que pesariam sobre ele prometiam dar ao caso o ingrediente de escândalo que o transformaria em atração jornalística: segundo uns o acusado estaria plantando maconha, segundo outros estaria armando os índios.

Retaliação

Esboçou-se logo uma pronta reação no meio acadêmico e nos círculos indigenistas mais amplos. Diversos professores da Universidade de Brasília, do Museu Nacional (RJ), da Universidade de Campinas e de outros centros telegrafaram ao Governador Geraldo Mesquita e ao Secretário de Segurança, coronel Mota Delgado, caracterizando Terri Aquino como «profissional sério e competente», solicitando que as autoridades lhe garantissem condições mínimas de segurança pessoal.

Por sua vez as Comissões Pró-Índio do Rio e de São Paulo comunicaram-se com a FUNAI, o CIMI e a Prelazia do Acre, buscando mobilizar o apoio dessas entidades para a resolução do caso. Em seu telegrama a Comissão Pró-Índio (RJ) manifestava sua extrema preocupação face à campanha difamatória em curso contra o antropólogo, vendo-a como ponta de lança de ações retaliativas dirigidas por interesses excusos ameaçados por sua atuação indigenista.

Em uma mesa-redonda realizada no Centro Brasil Democrático afluíram mais alguns dados no sentido de esclarecer quais seriam, os interesses contrariados: o antropólogo teria encaminhado à FUNAI proposta de demarcação de terras para os índios Kaxinawá, na área projetada, havendo seringais explorados por comerciantes locais com base no trabalho indígena. Na reunião plenária do encontro foi aprovada uma moção de apoio à demarcação de terras para aquele grupo indígena.

Nos dias seguintes com a notícia do reaparecimento do antropólogo na cidade de Cruzeiro do Sul, a inquietação foi bastante reduzida. Ainda assim a Associação Brasileira de Antropologia se manifestou por telefone e telegrama, solicitando as autoridades que esclarecessem a situação legal e real de Terri Aquino, bem como assegurassem as condições indispensáveis ao exercício de sua atividade profissional.

Paralelamente tornava-se inteiramente claro quais as verdadeiras questões envolvidas no caso. A Comissão Pró-Demarcção das Terras Indígenas divulgou relatório na imprensa local onde afirmava que as denúncias contra Terri

Aquino teriam sido apresentadas por seringalistas, liderados pelo senador Alveir Leal (Arena-Acre), que se sentiriam ameaçados com a demarcação de terras habitadas pelos índios. Também o Secretário de Segurança atribuía ao sensacionalismo da imprensa as especulações referentes a armas ou a maconha, explicando que a única acusação dirigida ao antropólogo era de «estar distribuindo terras de seringalistas aos índios».

Se foram identificados os reais interesses em jogo, a confusão persiste quanto a quais serão os canais mobilizados contra o antropólogo. Segundo o Secretário de Segurança existiram apenas «denúncias», mas não «um processo», muito menos qualquer «mandato de prisão», podendo Terri Aquino retornar livremente a Rio Branco. Os boatos que circulavam na capital diziam precisamente o contrário, mencionando a emissão de uma ordem de prisão partida de altas autoridades. A gravidade do conflito de terras na região amazônica e os mecanismos para-legais acionados pelo poder local para a resolução de questões vitais, faz temer que qualquer contenda jurídica seja precedida ou acompanhada por intimidações e pela prática de arbitrariedades dirigidas pelos interesses econômicos afetados. O fato é que Terri Aquino, que deveria ter chegado a Rio Branco na 2ª feira, dia 11/12, (conforme contato telefônico, mantido com familiares), até o fim da semana não havia retornado a capital, tendo inclusive sua esposa ido juntar-se a ele em Cruzeiro do Sul.

Os Kaxinawá: entre a frente Agro-Pecuária e a dominação dos seringalistas.

Os Kaxinawá estudados por Terri Aquino habitam o alto Juruá, nas proximidades da cidade de Tarauacá (90 indivíduos), e ao longo dos rios Envira (194) e Tarauacá (209), bem como nos afluentes desse denominados Muro (154) e Jordão (333).

Em um passado ainda recente os Kaxinawá que moravam nas cercanias da cidade de Tarauacá trabalhavam na extração da borracha. Com a entrada dos «paulistas» na região, antigas fazendas foram adquiridas pela Agro-Pecuária 5 Estrelas S/A, pertencente ao grupo econômico da Viação Aérea Cruzeiro do Sul S/A, sendo muitos

Kaxinawá removidos pelos novos proprietários, a quem não interessava a combinação feita pelos «caboclos» de extração de borracha com uma pequena agricultura de subsistência. A grande maioria dos que continuam vivendo nas periferias da cidade mantém-se primordialmente através da venda de força de trabalho em regime de diária para os «empregadores» desse grupo, que já realizou o desmatamento de mais de 2.000 hectares.

No rio Envira a atividade de extração de borracha encontra-se igualmente em acentuada decadência. Nos últimos anos muitos dos seringalistas da área contrairam vultosos empréstimos junto ao Banco da Amazônia S/A (BASA). Seja por terem sido destinados a investimentos especulativos em outras atividades, seja por não serem aplicados de forma racional na dinamização dos seringais, o fato é que grande parte dos seringalistas da área foi vendida por seus donos, que estavam afogados em dívidas, para grupos sulistas, que os destinaram ao desenvolvimento de grandes projetos agro-pecuários financeiros pela SUDAM. Esse é o caso, por exemplo, da fazenda Califórnia, pertencente ao Grupo Atala, que possui 500.000 hectares de terras no alto Envira. É das imediações da cidade de Feijó e de seringais em decadência que provêm os contingentes de trabalhadores indígenas, contratados sempre através de «empreitadas», para os projetos agro-pecuários.

Contrastando com isso a atividade seringalista mantém-se como predominante no rio Tarauacá e no seu afluente Jordão, local onde existe a maior concentração Kaxinawá da região. Dos 7 seringais do Jordão apenas 3 possuem escrituras e pertencem a um único dono, sr. Raimundo Ramos, comerciante de Tarauacá que os arrendou a um outro «patrão». Este por sua vez estabeleceu na entrada do rio, daí controlando rigidamente o trânsito de pessoas e mercadorias, proibindo a presença de regatões e tornando-se por compulsão o único fornecedor de mercadorias e o único comprador da produção local. A absoluta dependência da população indígena submetida a um comércio altamente lesivo, onde as mercadorias que adquire tem seus preços majorados em até 150% em relação aos da cidade, enquanto a borracha é adquirida pelo «patrão» por um preço que corresponde a pouco mais de 50% de seu valor em Tarauacá.

Atrasos na demarcação

Em 1977 uma equipe da FUNAI coordenada pelo antropólogo Terri Aquino e integrada por um

topógrafo e um economista, percorreu a região com a finalidade de propor áreas para a constituição de reservas para os Kaxinawá. No relatório elaborado, o rio Jordão é apresentado como local prioritário para demarcação de terras para aquele grupo indígena, baseando-se nisso não só na alta concentração de «caboclos» ai residentes como na possibilidade de absorver novos contingentes de famílias Kaxinawá espalhadas à beira do Tarauacá e de seus afluentes. Ainda nesse ano a liderança indígena conduziu até Rio Branco, uma grande quantidade de artesanato para uma exibição sobre a cultura indígena promovida conjuntamente pela FUNAI e pela Universidade de Acre; com o produto da venda desses itens foram adquiridas mercadorias para o consumo do grupo.

Aproveitando-se da presença da equipe (cujos membros eram identificados como «fiscais» do governo) a liderança indígena infringiu pela primeira vez a proibição — ilegal! — de vender sua produção exclusivamente no «barracão» do «patrão», levando parte da safra de borracha até Tarauacá, negociando-se a preços de mercado e adquirindo livremente os artigos de que necessitava.

No ano seguinte Alfredo Sueiro, líder dos Kaxinawá dos seringais Fortaleza e Sorocaba, esteve na Ajudância da FUNAI em Rio Branco denunciando que os seringalistas e seus gerentes-aviados estavam expulsando seus fregueses das «alocações» que ocupavam nos seringais do rio Jordão, numa clara tentativa de antecipar-se a ação oficial e «limpar» de seu contingente indígena a área proposta para demarcação. Por outro lado pressões dirigidas por seringalistas conseguiram não só adiar o início do processo de demarcação, como inclusive demover a FUNAI de financiar um projeto elaborado pelo antropólogo Terri Aquino visando tornar mais efetiva a assistência da FUNAI aos Kaxinawá do Jordão.

Atualmente os índios do Jordão não negociam mais com o antigo patrão (H. Mello e Filhos), obtendo os aviamentos necessários para a realização da «safra» com a Tarauacá Agro-pecuária S.A., cujo interesse principal é em conseguir uma elevada produção de borracha de modo a justificar os financiamentos que recebe do BASA (Planos PROBOR 1 e 2), bem como apresentar como produtivas perante o INCRA os 1,2 milhões de hectares de terras que possui (adquiridas em 1974 ao senador Alveir Leal). Beneficiando-se da atividade da COBAL, que abastece os seringais financiados pelo BASA, a firma mencionada fornece mercadorias aos seringueiros Kaxinawá do Jordão mediante um acréscimo de 30% de seu valor, o que configura para os índios uma situação bem mais favorável que a dependência aos antigos «patrões».

Nesse momento ampliando a sua produção de seringa, os Kaxinawá objetivam basicamente ocupar com uma atividade valorizada a terra que habitam, viabilizando e procurando transformar em um fato econômico irreversível o seu controle

sobre as terras propostas como reserva indígena, independentemente então da morosidade da ação da FUNAI. Colaborando com esse processo de elevação social formulado pelo próprio grupo, o antropólogo e sua esposa residiram parte desse semestre no alto Jordão, onde lecionavam em uma pequena escola construída pelos índios e auxiliavam no tratamento às doenças, distribuindo medicamentos obtidos junto ao CEME.

Portanto, é certamente por não legitimar uma atividade comercial que mantém o seu monopólio pela força e pelo engano, que o antropólogo estaria agora sendo acusado de «estar distribuindo terras de seringalistas aos índios».

A pressão para a demarcação das terras

Até 1975 os grupos indígenas que habitavam o Acre viviam à margem de toda a proteção oficial, sem que a tutela sobre eles estabelecida por lei (a Constituição e o Estatuto do Índio) viesse a se concretizar em qualquer atividade administrativa ou assistencial. Nesse ano, porém, visando atender a um pedido do próprio Governador do Estado, a FUNAI iniciou um conjunto de levantamentos sócio-econômicos sobre os remanescentes tribais dos Rios Juruá e Purus. Um desses estudos pioneiros foi realizado por Terri Aquino, reunindo informações sobre os Kaxinawá, Campa, Culina e Katuquina dos rios Tarauacá e Envira.

Atualmente e mesmo após a criação de uma Ajudância no estado, a presença da FUNAI no Acre se caracteriza por um precaríssimo aparelho administrativo, pela ausência de uma ação protetora ou assistencial efetiva e permanente, pelas mínguas verbas de que dispõe. As várias pesquisas promovidas pela Divisão de Estudos e Pesquisas da FUNAI possibilitaram a formulação de propostas para a constituição de reservas indígenas naquele estado todas elas até o momento engavetadas ou com sua aplicação postergada.

No caso da proposta formulada por Terri Aquino para os Kaxinawá do alto Jordão esse «congelamento» da questão tornou-se mais difícil por duas razões. Em 1º lugar essa proposta foi elaborada juntamente com a liderança indígena, sendo por esta definida como meta prioritária e polarizando a sua luta econômica e as suas reivindicações por melhores condições de vida. Segundo, a presença continuada do antropólogo na região, seu desempenho profissional e sua colaboração em atividades públicas, despertou a simpatia e o apoio de vários setores da opinião pública local, fato esse que se solidificou recentemente com a criação da Comissão Pró-Demarcção das Terras Indígenas no Acre, integrada por representantes da Comissão Pastoral da Terra, do Conselho Indigenista Missionário, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, do DCE da Universidade do Acre, da Federação de Teatro Amador e do jornal «Varadouro».

EM TEMPO